

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 4 Nº 19 / 2020

ISSN 1984-1647

Retratos da quarentena
Presidente Prudente-São Paulo
17 de julho de 2020, 17h32

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2020 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

CAPA & PROJETO GRÁFICO

Rizia Mendes Mares

FOTOS DA EDIÇÃO

Rizia Mendes Mares

(Presidente Prudente, São Paulo-BR)

DIAGRAMAÇÃO

Rizia Mendes Mares

EDIÇÃO E REVISÃO

Larissa Araujo Coutinho de Paula

Rizia Mendes Mares

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Fátima Aparecida Costa

Fredi dos Santos Bento

Guilherme dos Santos Claudino

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Mateus Fachin Pedroso

Rizia Mendes Mares

**Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2020.**

Quadrimestral v.4, n.19, 150p, set- dez/2020.

ISSN 1984-1647.

1. Geografia. 2. Racismo. 3. Educação especial. 4. Currículo. 5. Crise alimentar. 6. Estrangeirização.
7. Planejamento urbano. 8. Segregação. 9. Áreas de Preservação Permanente.

I.

Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia.

I

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

Reitor

Sergio Roberto Nobre

Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia

Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467

Telefone: (18) 32295650

Home Page: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos>

E-mail: geoatos.editorial@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente

Rizia Mendes Mares (FCT/UNESP)

Fredi dos Santos Bento (FCT/UNESP)

José Mariano Caccia Gouveia (FCT-UNESP)

Conselho Executivo

Fátima Aparecida Costa (FCT/UNESP)

Guilherme dos Santos Claudino (FCT-UNESP)

Larissa Araújo Coutinho de Paula (FCT/UNESP)

Mateus Fachin Pedroso (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2020 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

Universidade Estadual Paulista -
Câmpus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia
Quadrimestral v.4, n.19, 150 p, set-dez/2020, ISSN 1984-1647
DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8284

Retratos da quarentena
Presidente Prudente-São Paulo
29 de julho de 2020, 17h39

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Expediente | I |
| Editorial | |
| <i>Rizja Mendes Mares</i> | V |
| Apresentação | |
| <i>Larissa Araújo Continbo de Paula</i> | 6 |
| | |
| Artigos | |
| Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira | |
| <i>Elicardo Heber de Almeida Batista</i> | 11 |
| | |
| Formação docente para educação especial inclusiva: os currículos das licenciaturas em geografia nas universidades públicas do Paraná em 2018 | |
| <i>Carla Cristina Varela Araújo e Léia Aparecida Veiga</i> | 38 |
| | |
| A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? As narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior | |
| <i>Lorena Izá Pereira</i> | 63 |
| | |
| Planejamento urbano no município de Juazeiro do Norte, Ceará: concepções de desenvolvimento urbano em questão | |
| <i>David Melo Van Den Brule</i> | 83 |
| | |
| Segregação socioespacial, formas espaciais e espaços públicos: uma análise do caso de Araçatuba (SP) e Birigui (SP) | |
| <i>Augusto Marques da Silva</i> | 111 |
| | |
| Ensaio | |
| Reflexões sobre a hidrogeomorfologia dos rios intermitentes frente às definições das áreas de preservação permanente de cursos d'água no Brasil | |
| <i>Andrezza Tacyana Felix Carvalho</i> | 135 |

Editorial

A Revista Geografia em Atos (Online) é uma publicação do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, Classificada no Qualis CAPES e desde 1999 publica e divulga artigos da Geografia e áreas afins com mais de 30 números publicados.

2020 foi, antes de tudo, um ano de sobrevivência, inclusive para a produção acadêmico-científica. Nesse atípico ano pandêmico, em nome da Saúde Pública, a todos nós foi imposta uma reclusão extrema que em nada se aproxima de uma condição ideal de estímulo ao ato criativo. Além desta transformação da rotina doméstica, da sociabilidade, trabalho, lazer, consumo, concomitantemente, estamos vivenciando um luto por tantas mortes e um aprofundamento na desigualdade em todas as suas dimensões, expressa num trágico cenário de miséria, culto à ignorância, extermínio da população negra, indígena, feminina, LGBTQIAP+, sucateamento de setores públicos como a Saúde e a Educação, precarização da/do trabalhadora/trabalhador. Isso em um país (des)governado por um genocida que, em nome de uma elite conservadora e da moral cristã, arrasta-nos em uma experiência de vida dolorosa sob um enraizado poderio nefasto, mantendo-nos em estado permanente de guerra. O impacto da pandemia, ainda que de diferentes formas, acometeu a todos e todas.

Esse último editorial de 2020 é, principalmente, um agradecimento às pessoas que viveram esse ano junto com a GeoAtos, leitores, autores, avaliadores e, especialmente, a Equipe de editores, por manter o compromisso de promover e compartilhar com seriedade e respeito o trabalho de diversos profissionais que escolheram a Revista Geografia em Atos para apresentar suas pesquisas, da confiança depositada nesse periódico.

A Revista GeoAtos tem recebido e disseminado em fluxo contínuo trabalhos científicos em sua instituição sede, e de demais instituições acadêmicas nacionais e internacionais. A GeoAtos publica quadrimestralmente, artigos, notas de pesquisa, resenhas, entrevistas, ensaios, traduções, priorizando a cobertura temática da Geografia e áreas afins, que possuam qualidade, relevância, originalidade e que sejam inéditos.

Desejamos a todos vida, saúde, vacina e boa leitura.

E ...

*Quem matou Marielle Franco?
Fora Bolsonaro!*

*Rizja Mendes Mares
Editora-gerente*

A PLURALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA EM TEMPOS DE PERVERSIDADE

Larissa Araújo Coutinho de Paula¹
Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

Como citar:

PAULA, L. A. C de. A pluralidade da contribuição geográfica em tempos de perversidade. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 4, n. 19, p. 6-10, set-dez/2020. DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8267

¹Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). É integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) e do Laboratorio de Geografía y Género 'Cuerpos X' (Universidad de Chile).
E-mail: coutinholacp@gmail.com
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6585-7537>

Apresentação

Apesar do momento tenebroso pelo qual o mundo e o país atravessam, com o agravamento dos problemas sociais, econômicos, culturais e principalmente no que tange à saúde, diante da precarização do sistema público dada intensa demanda acarretada pela pandemia, a Revista Geografia em Atos tem a satisfação de anunciar e compartilhar a sua mais recente edição.

A última edição, lançada em dezembro de 2020, intitulada: “A pluralidade da contribuição geográfica em tempos de perversidade”, conta com cinco (5) artigos e um (1) ensaio, que versam sobre diferentes temas, porém que se assemelham em virtude da urgência dos debates que suscitam para a sociedade brasileira. Por trazerem à tona tópicos como: o racismo, a educação inclusiva, a estrangeirização de terras, o planejamento urbano, a segregação socioespacial e a hidrogeomorfologia em áreas de preservação permanente.

Esses diversos conteúdos demonstram o caráter interseccional da ciência geográfica, que dialoga com diferentes áreas do conhecimento. Destarte, temos uma contribuição significativa com esta edição, no sentido

de expor a pluralidade de discussões dispostas no bojo da Geografia. Pois como sabemos, se um fato ou fenômeno apresenta uma dinâmica espacial, inegavelmente pode tornar-se um objetivo de estudo a ser lido, sistematizado e compreendido pelas lentes geográficas.

O artigo “Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira” de autoria de Elicardo Heber de Almeida Batista, por meio de uma explanação histórica sobre a formação da sociedade brasileira a partir da conjuntura da escravidão de negros africanos e do surgimento das primeiras repúblicas, remonta o processo de consolidação do racismo estrutural, cujos efeitos perversos e genocidas infelizmente perduram hodiernamente. Com uma redação de forte embasamento histórico e sociológico, o autor explica diferentes interpretações para termos como raça, racismo, eugenia, branqueamento e racismo estrutural, além de articular tais opressões com a vertente da Geografia Social, enfatizando a tríade: classe-raça-gênero. Outro ponto interessante do texto é o diálogo que o autor estabelece com o rapper Djonga, trazendo trechos de suas falas e composições.

Ainda no âmbito das desigualdades, temos o texto de Carla Cristina Varela Araújo e Léia Aparecida Veiga: “Formação docente para educação especial inclusiva: os currículos das licenciaturas em geografia nas universidades públicas do Paraná”, no qual as autoras trazem apontamentos sobre aspectos da formação inclusiva nos cursos de licenciatura em Geografia do estado mencionado. Elas se debruçaram sobre a leitura e levantamento do perfil inclusivo de quatorze (14) cursos de ensino superior público, até o ano de 2018, a partir da grade de disciplinas ofertadas, dos conteúdos existentes e dos componentes curriculares pedagógicos. A educação inclusiva é um processo complexo, que depende de um conjunto de fatores bem como a adequada estrutura física, pedagógica e suporte ao professor, que deve ter uma formação sensível para o acolhimento destes estudantes. Logo, embora haja um número crescente de alunos que se encaixem neste perfil, matriculados nas escolas, isso não significa a real inclusão deles no sistema educacional. As autoras reforçam que as licenciaturas devem atentar-se para esses aspectos na formação de professores, incluindo, outras disciplinas, além

da de Libras (e que sejam obrigatórias e não optativas), além de atividades e eventos que tragam essa realidade para os(as) futuros(as) professores(as).

No que tange às relações internacionais e ao problema da crise alimentar mundial, a edição traz o artigo de Lorena Izá Pereira, intitulado “A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? As narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior”.

O manuscrito, baseado em uma ampla revisão bibliográfica e na experiência de pesquisa da autora tem como fio condutor a denúncia do fenômeno da estrangeirização de terras considerando quatro (4) países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. O caráter crítico do texto tem como cerne a desconstrução do discurso que vincula a necessidade de aumento da produção e expansão de áreas cultivadas (sobretudo por *commodities*) para sanar a crise alimentar e a fome mundial. Tal afirmação que é uma constante entre agentes mundiais do setor agrícola, nada mais representa do que a dissimulação de seus verdadeiros interesses: garantirem sua expansão e domínio territorial sobre demais países, visando a acumulação de capital, ação estratégica em períodos de crises, que são cíclicas no modelo de produção capitalista. A fome, como bem aponta a autora, não é um problema que se refere a quantidade de alimentos produzidos, mas sim ao acesso aos mesmos por parte das famílias economicamente vulneráveis ou em miserabilidade.

Em termos de planejamento urbano, tema recorrente e de suma relevância (principalmente no ano em que tivemos eleições municipais) para a produção de cidades nas quais os cidadãos possam usufruir do direito à urbanidade, há o artigo de David Melo Van Den Brule, “Planejamento Urbano no município de Juazeiro do Norte, Ceará: concepções de desenvolvimento urbano em questão”. O autor, problematiza alguns dos resultados obtidos em sua tese, ao explicar acerca do paradoxo: cidade-mercado e cidade-direito e como essas diferentes perspectivas sobre o espaço urbano se manifestam no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Juazeiro do Norte (1997-2000). Além da análise documental, o autor realizou entre os anos de 2016 a 2020 entrevistas com pessoas que participaram e que não participaram da gestão responsável pelo plano. No decorrer do texto, o ele explora as facetas antagônicas envolvidas nesse

processo evidenciando que PDDU tem sido pensado e executado a partir dos interesses das camadas mais abastadas da cidade, desprezando os conflitos sociais e a participação popular. Ademais, isso incentiva a animosidade entre as cidades, que passam a competir entre si pela atração de capital, como uma paráfrase: tornam-se empresas, em busca de seu *marketing* urbano. Há ainda o problema da adaptação de planos de cidades cujas características são muito distintas daquela que se tem como modelo, o que revela a ausência do profundo conhecimento do território local, de pesquisas fidedignas e da concreta participação popular, que possui diferentes compreensões sobre o que é desenvolvimento.

Ainda no âmbito da Geografia Urbana, temos o artigo “Segregação socioespacial, formas espaciais e espaços públicos: uma análise do caso de Araçatuba (SP) e Birigui (SP)”, de autoria de Augusto Marques da Silva. O texto consiste num esforço de concatenar os temas e conceitos trazidos no título, considerando a realidade de dois municípios do noroeste paulista. O estudo de caso privilegiou a pesquisa de espaços residenciais fechados, como formas, e suas relações com o uso de espaços públicos. Os espaços residenciais fechados implicam em um duplo processo de segregação, a segregação de classes elitizadas (geralmente as moradoras destes empreendimentos) diante das classes mais pobres da cidade, porém, também produz a autosegregação daquelas que passam a viver e realizar as suas atividades cotidianas em áreas padronizadas e homogeneizadoras. Deste modo, suas práticas espaciais restringem-se cada vez mais aos seus condomínios, escritórios, *shopping centers* e colégios de seus(suas) filhos(as), ou seja, sob o discurso da segurança, desassocia-se cada vez mais da cidade, especialmente dos espaços públicos. Por sua vez, a relação entre processo e forma se revela divergente no caso estudado, já que os espaços residenciais fechados e as ocupações irregulares e habitações populares encontram-se fisicamente próximas em ambas as cidades.

Finalmente, temos o ensaio “Reflexões sobre a hidrogeomorfologia dos rios intermitentes frente às definições das áreas de preservação permanente de cursos d’água no Brasil”, por Andreza Tacyana Felix Carvalho. A partir de revisão bibliográfica e documental, a autora suscita uma

discussão sobre o comportamento hidrogeomorfológico dos rios intermitentes presentes no semiárido do país frente à delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para os cursos d'água estipulados em lei. Segundo a autora as peculiaridades de cada sistema fluvial não são consideradas nas APPs, e a classificação generalizadora pode trazer danos aos cursos d'água intermitentes, ou rios temporários, como também são conhecidos. Esses tipos de cursos d'água possuem dinâmicas hidrológica e geomorfológica diferentes do regime perene, não sendo possível mensurar a largura de sua calha pelo fluxo regular. Tal fato prejudica a gestão adequada desses rios, reverberando em prejuízos para a natureza, a população local e sua economia. Por essa razão, a autora defende o aprofundamento de estudos dos cursos d'água intermitentes, visando a atualização da legislação de APPs ou o incentivo para criação de leis que considerem essas particularidades.

Esperamos que essa breve explicação sobre os artigos lhes atraíam a atenção para a leitura de nosso novo número. A Revista Geografia em Atos tem trabalhado permanentemente prezando pela qualidade, imparcialidade e valorização do conhecimento geográfico alcançando, assim, público de autores e leitores de diversos cantos de país e produção de temáticas plurais que enriquecem a gama de conhecimentos cuja sociedade pode acessar, e assim saber o que os(as) cientistas da geografia têm produzido. A responsabilidade deste trabalho ganha paulatinamente mais relevância, tendo em vista as persistentes tentativas de depreciação, desprezo e negação pela ciência e educação. Por isso, reforçamos a todos(as) que leiam e compartilhem essa edição.

Boa leitura e cuidem-se!

PROCESSOS DE BRANQUEAMENTO, RACISMO ESTRUTURAL E TENSÕES NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Elicardo Heber de Almeida BATISTA¹

Universidade do Estado de Minas Gerais (campus Ituiutaba)

Resumo

Como citar:

BATISTA, E. H. de A. Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. *Revista Geografia em Atos* (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 11-37, set-dez/2020. DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.7725

Recebido em: 2020-05-24

Devolvido para correções: 2020-10-19

Aceito em: 2020-10-29

Baseado em uma revisão bibliográfica, o texto tratará sobre os processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. A parte 1 (um) tratará da raça e racismo, processos de branqueamento, branquitude e racismo estrutural. Essa parte abordará como a branquitude foi construída como um marcador de privilégios que se mantêm na experiência brasileira. A parte 2 (dois) intitulada “quem lava suas cuecas? racismo estrutural e o cidadão de bem” tentará mostrar como séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram a classe média e as elites nacionais em uma situação confortável na estrutura social. O passado escravocrata se metamorfoseou e permaneceu como parte da estrutura social brasileira. Baseado no rapper brasileiro Djonga e o pesquisador estadunidense Jason Stanley, essa parte tentará mostrar como as elites constroem narrativas próprias e nem sempre verdadeiras sobre minorias sociais baseadas em discursos falaciosos, neofascistas ou até mesmo a maldade em seu estado mais puro; e por último breve considerações finais.

Palavras-chave: Racismo; Racismo estrutural; Branqueamento; Desigualdade

¹ Professor nos cursos de Ciências Agrárias (área) da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (Unidade Ituiutaba) e coordenador do curso de Tecnologia em Agronegócio da mesma Universidade). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (UNIMONTES).
E-mail: elicardoheber@yahoo.com.br/elicardo.batista@uemg.edu.br
Orcid iD: orcid.org/0000-0002-3961-3088

BLEACHING PROCESSES, STRUCTURAL RACISM AND TENSIONS IN BRAZILIAN SOCIAL FORMATION

Abstract

Based on a bibliographic review, the text will deal with the processes of bleaching, structural racism and tensions in Brazilian social formation. Part 1 (one) will deal with race and racism, bleaching processes, whiteness and structural racism. This part will try to address how whiteness was built as a marker of privileges that remain in the Brazilian experience. Part 2 (two) entitled “Who washes your underwear? structural racism and the good citizen” will try to show how centuries of slavery and structural racism have put the middle class and national elites in a comfortable position in the social structure. The slave-owning past metamorphosed and remained part of the Brazilian social structure. Based on the Brazilian rapper Djonga and the American researcher Jason Stanley, this part will try to show how the elites build their own and not always true narratives about social minorities based on fallacious, neo-fascist speeches or even evil in its purest state; and finally, brief closing remarks.

Keywords: Racism; Structural racism; Bleaching; Inequality

PROCESSUS DE “BLANCHITUDE”, RACISME STRUCTUREL ET TENSIONS DANS LA FORMATION SOCIALE BRÉSILIENNE

Résumé

À partir d'une analyse bibliographique, cet article porte sur le processus de “branchitude”, du racisme structurel et des tensions dans la formation sociale brésilienne. En ce qui concerne à la première partie, il met en relief les questions de race et de racisme. Pour le dire autrement, comment le processus de “branchitude” a été construit comme un signe de privilège qui se maintient au cœur de l'expérience brésilienne (racisme structurel). Quant à la seconde partie intitulée “Qui lave tes sous-vêtements ? Racisme structurel et le bon citoyen”, elle va démontrer comment les siècles d'esclavage et le racisme structurel conduisent les classes moyennes et les élites nationales à une situation confortable dans la structure sociale. Finalement, en ce qui s'agit de la dernière partie, à partir du rapper brésilien Djonga et du chercheur américain Jason Stanley, comment les élites construisent leurs récits, parfois invraisemblables, sur les minorités sociales en soutenant des discours fallacieux, néofascistes ou quand même le mal dans son état le plus pur.

Mots-clés : Racisme ; Racisme structurel ; processus de “branchitude” ; Inégalités

Introdução

*"... Já disse, pretos no topo, e eu falava sério". O Mundo é Nosso.
Djonga*

A questão racial no Brasil é uma temática fundamental para a compreensão do próprio país. A ideia de raça, em seu sentido moderno, “não tem história conhecida antes da América [...] Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados construída como referência as supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p.17). A formação de relações sociais fundadas nas ideias [atualmente superadas] de raças biológicas, produziu na América determinadas experiências que não marcaram apenas uma procedência geográfica ou país de origem, mas que esteve presente em todo o território brasileiro: a escravidão.

A escravidão foi uma linguagem nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2016) e esse fenômeno teve e tem imensas consequências na estrutura social brasileira. Três séculos de escravidão em todo o território e quarenta por cento da população escravizada compulsoriamente enviada do continente africano para o Brasil teve e ainda tem consequências graves para os escravizados do passado e seus descendentes na atualidade. A pobreza no Brasil tem cor: é negra¹. Os pretos (que juntamente com os pardos constituem o que o IBGE denomina de negros) não são apenas marcadores sociais da diferença, mas lidam com o racismo que é uma naturalização da perversão e o sofrimento que essa condição humana carregou: escravizados e privados da condição de existirem como seres humanos socialmente iguais.

Esse texto tratará sobre os processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. Entretanto, não tem a pretensão de esgotar um tema tão nevrálgico para entender em grande medida o que tornou o Brasil o que é: um dos países mais desiguais no mundo²: na renda, nas oportunidades, nos privilégios baseado na cor etc.

¹ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, 76% dos mais pobres no Brasil são negros, número que aumentou muito se comparado com 2004, em que o número estava em torno de 73%

² A desigualdade de renda no Brasil é um dos destaques do relatório de desenvolvimento humano divulgado hoje pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conforme o estudo, **o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo**, ficando atrás apenas de nações do continente africano. Em 2017, o índice do Brasil foi de 53,3. O mesmo valor foi registrado por Botsuana. Entre os países no topo do ranking da desigualdade, estão Namíbia (59,1), Zâmbia (57,1), República Centro-Africana (56,2), Lesoto (54,2) e Moçambique (54) — todos os países localizados no continente africano. Para esse indicador do PNUD, zero representa igualdade absoluta e 100 representa desigualdade absoluta.

Tratar desse tema retornando ao passado contribui para pensarmos o presente e como estamos construindo, enquanto nação, o nosso futuro, baseado em erros estruturais do passado, ou seja, sem movimentar consideravelmente as estruturas sociais constituindo uma sociedade menos desigual. Além da introdução, o texto está dividido em duas partes complementares.

A primeira parte tratará da raça e racismo, processos de branqueamento, branquidade e racismo estrutural. Baseado em historiadores (as) e sociólogos (a), tentará explicitar como a branquitude foi construída como um marcador de privilégios que se mantêm na experiência brasileira e os distintos tipos de racismos pensando nas questões das raças sociais.

A segunda parte intitulada “Quem lava suas cuecas? Racismo estrutural e o cidadão de bem” tentará mostrar como séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram as classes médias e as elites nacionais em situação confortável. Baseado no rapper brasileiro Djonga e o pesquisador estadunidense Jason Stanley, essa parte tentará mostrar como as elites constroem narrativas próprias sobre minorias sociais (que são maiorias minorizadas) baseadas em discursos falaciosos, neofascistas ou até mesmo o mau em seu estado mais puro. Baseado em uma discussão teórica entre distintas áreas do conhecimento (História, Antropologia, Sociologia, Direito e Geografia), e especialmente nas reflexões de um rapper brasileiro e um intelectual estadunidense, o texto pretende apresentar indicadores sobre os padrões contínuos da reprodução da desigualdade racial.

A literatura mostra que raça e racismo são historicamente construídos socialmente e que as instituições foram desenhadas para reproduzir a desigualdade racial com alta eficiência. Com textos acadêmicos ou música, distintos personagens conseguem expressar como raça social e racismo conseguem configurar a vida da/na sociedade e se perpetuarem de uma forma altamente arraigada nas estruturas sociais, dentre elas, na brasileira. Racismo é uma linguagem que desemboca em um conjunto inumerável de desvantagens sociais. E por último, breve considerações finais.

Raça e racismo: processos de branqueamento, branquidade e racismo estrutural

O Brasil é um país que teve escravidão como base de sua formação social importando mais de quatro milhões de escravizados negros ao longo de três séculos (1550 até 1888). Com a abolição da escravatura não houve qualquer política de integração social

das pessoas que eram escravizadas: estariam teoricamente livres, mas presos a uma estrutura social profundamente excludente.

Com o fim da escravidão, os anos entre as décadas 20 e 30 do século XX é considerado o período mais racista na história brasileira. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil eram declaradamente tratados com “naturalidade” considerando a proposta de raça biológica e superior/inferior. Raças no domínio biológico eram transpostas para tratar de humanos. A vertente biológica, social ou mais frequentemente no inter cruzamento de ambas sobre raça lidavam com ideias de superioridade e inferioridade, tendo, claro, a branquitude (inclusive na produção acadêmica), como “modelo racial superior” (BENTO, 1998). Esse período corresponde ao surgimento da primeira geração de negros não escravizados. No sistema escravocrata e a forma como ele estava estruturado não deixava dúvidas sobre a posição social de cada um na estrutura social: cativos, libertos, donos dos escravos etc. Com a derrocada do sistema, no primeiro quartel do século XX há um florescimento de teorias raciais, do racismo e da branquitude na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 1993).

No cenário internacional havia discussões que propiciaram uma aceitação de teses baseadas na eugenia que iriam interferir nas propostas políticas e sociais/culturais brasileiras. As discussões eugenistas giravam em torno de supostas condições propícias para a evolução das espécies, a superada, mas muito presente na época ideia de raças humanas biológicas (teria das raças biológicas) e uma diferença entre os homens baseados exclusivamente nos genes. Centravam em um conjunto de testes genéticos, químicos e físicos para definir o que era anormal dentro da estrutura social e, portanto, deveria ser eliminado. A “educação eugênica”³ aparece na constituição brasileira de 1934, inclusive era responsabilidade do Estado fomentar a referida educação.

O cenário internacional e os congressos internacionais das raças⁴ possibilitaram que a oligarquia e a burguesia brasileira defendessem teses eugênicas. Na mesma direção, Getúlio

³ No Artigo 138 da Constituição de 1934 (governo Vargas) determinava que à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934. Artigo 138. www.planalto.gov.br acesso em: 105/10/2019.

⁴ Como exemplo temos o Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911 e a presença dos médicos e antropólogos João Baptista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), os dois representantes do Brasil no congresso. O trabalho de Lacerda intitulado “Sur les métis au Brésil” (1911) tratou da miscigenação racial no Brasil e do processo de branqueamento da população mestiça. O Congresso

Vargas se aproximava de regimes autoritários de direita na Europa ocidental. A defesa de raças biológicas (e seu aprimoramento) é uma das características que aproximam as ditaduras de Getúlio Vargas (Estado Novo) e os nazistas sintetizados na figura de Adolf Hitler. Vargas⁵ e parte das elites brasileiras “estavam convencidos de que a composição étnica ‘não branca’ de boa parte dos brasileiros explicaria o atraso e as dificuldades do país” (KOIFMAN, 2007).

Entretanto, as doutrinas raciais ganharam fôlego no final do século XIX com a proclamação da república e a constituição de uma elite nacional que propunha conduzir o futuro da nação conforme moldes positivistas. Médicos, sanitaristas e juristas brasileiros já tinham acesso às ideias de raça defendidas por Georges Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707- 1788), Paul Brocca (1824-1880), Cesare Lombroso (1835-1909), dentre outros. Durante essa república, as elites nacionais defendiam a modernização do país que passaria por uma mudança em sua estrutura social, ou seja, o incentivo a entrada de imigrantes privilegiando aqueles de origem europeia, ou seja, o “branqueamento racial”.

O final do século XIX e início do século XX passaram por transformações de natureza política e social que modificariam significativamente as direções da nação a se constituir. Politicamente, a instauração da República viabilizou não apenas as modificações na organização política e administrativa do país, como também o seu desenvolvimento, de um modelo agrário para um urbano e industrial. Nesse cenário, surge um dos diversos conflitos no sentido de pensar no contexto do processo abolicionista, as lutas sociais no interior do país e ideologias fortemente marcadas por uma ordem nacional, ou seja, as diretrizes nacionais para a formação social de uma nação e seus projetos de desenvolvimento. As políticas dos anos 30, foram marcadas por um conjunto de reformas políticas pensadas e implementadas por uma oligarquia periférica. Nesse contexto, a educação ganha um espaço

Universal de Raças deve ser entendido como um contexto privilegiado para analisar tanto o debate internacional sobre as discussões raciais quanto a própria inserção do Brasil e de intelectuais e cientistas brasileiros neste contexto de debates sobre raças. Para saber mais ver SCHWARCZ (1993).

⁵ No decurso da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro restringia a entrada de estrangeiros no país, sobretudo judeus, japoneses e negros. No mesmo instante, esse mesmo governo facilitava e incentivava a entrada no país de portugueses e suecos. As leis imigratórias no Brasil foram baseadas na teoria eugênica, criada no fim do século 19 pelo britânico Francis Galton. A proposta do governo era selecionar a imigração de modo a “melhorar” a composição étnica do povo brasileiro. O ministro Francisco Campos, um dos intelectuais que inspirava o Estado Novo (ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946), era influenciado pelos fascismos português e italiano, mas a legislação de imigração foi profundamente baseada na teoria eugênica norte-americana. Para saber mais ver Koifman (2007).

na política nacional. Essa educação seria um meio que o estado utilizaria para “moldar” o indivíduo para a vida moderna.

A população, constituída em sua maioria por indivíduos pobres e analfabetos, carregados por estigmas da cor de sua pele decorrentes de ideologias racistas predominantes, estavam à margem dos “projetos de desenvolvimento” de elite nacional branca que pensava e articulava o desenvolvimento social e econômico do país. Em termos da estrutura social, a condição racial da população definia sua posição fora do referido projeto de desenvolvimento nacional.

Com a propagação de teses eugenistas, a eugenia era considerada uma ação positiva que favorecia a fecundidade dos elementos considerados “normais”, favorecendo a criação de meios legais e humanitários que facilitariam a vida em família e aumentasse os recursos indispensáveis à educação dos filhos. Por outro lado, indivíduos supostamente portadores de mal hereditário ou congênito tinham um caráter proibitivo com a finalidade de reduzir os elementos raciais inferiores, ou seja, entendiam que existiam raças humanas biologicamente distintas e que deveriam ser eliminadas no contexto de modernização social.

Os eugenistas⁶ defendiam a formação de uma consciência eugênica baseada na não contração do matrimônio entre raças e classes sociais diferentes. O objetivo era focar em casamentos que pudessem gerar filhos eugenizados em um número maior que os denominados degenerados. Jovens considerados eugenicamente sadios deveriam contrair o casamento entre “iguais” e ter um número de filhos maior que os degenerados, contribuindo dessa forma para a formação de uma sociedade moderna.

⁶ Eugenia é um termo grego que significa ‘bem-nascido’. A ideia foi propagada por **Francis Galton**, responsável por criar o termo, em 1883. Galton defendia que o conceito de seleção natural de Charles Darwin – que, por curiosidade, era seu primo – também se aplicava aos humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passaria de membro para membro da família e, assim, justificava a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Galton pretendeu alargar as sugestões da teoria da seleção natural, indicando que os seus estudos demonstravam que além da cor do olho, feição, altura e demais aspectos fisiológicos, também traços comportamentais, habilidades intelectuais, poéticas e artísticas seriam transmitidas dos pais aos filhos. No começo do século 20, a eugenia tinha status de ciência e foi praticada por Estados que buscavam “aperfeiçoar” a raça humana por meio de seleção artificial, como exemplo mais emblemático o Regime Nazista de Adolf Hitler. Entretanto, no Brasil, no decurso do Estado novo (como já afirmado anteriormente) a eugenia influenciou na elaboração e implementação de políticas públicas, dentre elas, as migratórias e educacionais (SCHWARCZ, 1993; KOIFMAN, 2007). Júlio de Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo; Oliveira Vianna, jurista e sociólogo considerado ‘imortal’ pela Academia Brasileira de Letras; e o fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo, Monteiro Lobato, escritor, são alguns dos intelectuais brasileiros que defendiam teses eugenistas.

A educação, para os eugenistas, era um meio de conscientização dos jovens e adultos para mudanças comportamentais. Essa mudança de comportamento significaria o matrimônio entre indivíduos de uma mesma classe social. A educação teria a finalidade de evitar uma má formação (física e psíquica) e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientações sexuais, relações conjugais e a criação dos próprios filhos. As meninas deveriam ser educadas para futuras obrigações da maternidade e do lar (cristalizando papéis de gênero) compreendendo seu papel nobre de uma maternidade sadia e a transmissão de suas “boas características” que seriam transmitidas às futuras gerações.

O século XIX foi marcado por teorias evolucionistas, com a tese da degenerescência racial, defendendo a existência de “tipos de raças puras” (SCHWARCZ, 1993). Nesse entendimento, o contato sexual e afetivo entre povos de “raças” e culturas distintas era considerado um perigo. A mistura racial seria prejudicial, pois promoveria uma degenerescência mental, física e social aos povos no decurso da mistura. De forma mais profunda, a eugenia, tanto como movimento científico ou social, proibia e tentava controlar determinados tipos de contato entre povos distintos com a premissa que a mistura de raças ameaçava à civilização humana.

Na experiência brasileira não havia um consenso sobre a “mistura de raças”. As teorias evolucionistas eram utilizadas como tentativa de explicar e tentar resolver o problema racial brasileiro e, nesse contexto, ganha fôlego a ideologia do branqueamento. O branqueamento foi largamente defendido por intelectuais do século XIX e nas primeiras décadas do Século XX, dentre eles, Oliveira Vianna. A tese principal defendida por Oliveira Vianna consistia na ideia de que a miscigenação entre brasileiros (negroides e indígenas) e os imigrantes europeus brancos conduziria a população brasileira ao branqueamento. Partia-se do pressuposto que a etnia branca (mais forte) iria se sobrepuser aos negroides e indígenas. Esse processo social conduziria o país a uma suposta evolução racial.

A teoria do branqueamento deixa evidente que os brancos eram o oposto da ideologia da degenerescência das raças defendida pela médica brasileira Nina Rodrigues. Ambas as teorias podem ser consideradas evolucionistas, mas enquanto Vianna tinha uma percepção positiva da miscigenação considerando que esse processo conduziria a estrutura social a branquitude, uma espécie de “seleção étnico-racial” que resultaria em uma melhoria estética, mental social e cultural do país, Rodrigues, entendia a miscigenação como um

processo negativo que traria uma degenerescência mental, física e social da população brasileira. Em ambos os casos prevalece a branquitude como superior as outras raças.

Já na década de 1930, Gilberto Freyre contribui com nova compreensão das relações raciais no Brasil. A obra *Casa Grande e Senzala* traz uma diferenciação essencial entre raça e cultura, diferenciando das propostas racistas de Vianna e Rodrigues que trabalhavam com a ideia de raças biológicas. Na perspectiva das raças biológicas, a miscigenação era considerada um elemento altamente negativo que poderia inclusive levar a uma esterilidade biológica ou cultural, comprometendo a civilização do país.

Na perspectiva freyreana, as relações raciais no Brasil seriam reciprocamente confraternizantes. O antagonismo entre o branco e o negro na sociedade brasileira estaria em equilíbrio, eram duas metades complementares. Dizia o autor: “Havia uma doçura nas relações entre senhores com escravos domésticos”, depois afirma que a casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores, vários indivíduos como amas de criar, mucamas” (FREYRE, 2001). Temos aqui uma perspectiva relacional entre brancos e negros que pode ser entendida como uma teoria que sustentou o que pode ser considerado como ideologia da democracia racial brasileira.

Grosso modo, o autor, descendente dos primeiros colonizadores portugueses do Brasil, filho da casa grande, traz em sua obra uma perspectiva idílica da sociedade colonial brasileira. Oculta as explorações, os conflitos, as discriminações inerentes ao sistema escravocrata, “escondendo” esses conflitos em uma ideia romantizada de “democracia racial”, onde escravos e seus senhores se relacionariam e confraternizariam sob uma experiência de profunda intimidade e mútua cooperação.

Em sua obra *Branços e Negros em São Paulo*, Roger Bastide (1959) traz uma explícita crítica à ideologia da democracia racial defendida por Freyre. Para Bastide, não havia legalmente uma segregação racial brasileira, ou seja, as barreiras raciais não estavam institucionalizadas, mas escondidas por elementos relativos à condição social do indivíduo, marcado, sobretudo pela cor. A ideia de democracia racial esconderia os evidentes preconceitos raciais disfarçados sob a perspectiva de classe. A principal questão: a raça seria o foco das manifestações brutais de preconceito na experiência brasileira. Bastide alertava que se o preconceito de cor se confundia com o de classe, logo, deveria se passar das relações verticais para as horizontais, ou seja, dentro de uma mesma classe social tentar perceber em que momento a cor começa a ser estigma racial e não um símbolo de status social.

A cor é apontada como uma marca racial que expressava simbólico e fisicamente a distância entre duas camadas raciais. Para Bastide (1959), nos anos 50, a cor era em um primeiro momento um estigma racial e, em um segundo, um símbolo de status social inferior. O elemento cor indicaria uma desigualdade social e apontava para uma supremacia dos brancos tendo como oposto uma inferiorização moral, mental e social dos negros. Percebeu um conjunto de representações e estereótipos relacionados à cor e às diferenciações raciais que sustentariam preconceitos e discriminações, ou seja, a questão era de raça e não apenas de classe. Essas representações negativas sobre os negros eram percebidas nas obras literárias, livros didáticos, ditos populares, folclore brasileiro e em outras esferas da cultura, com a figura negroide aparecendo como subalterno, mal-educado, carente de piedade e proteção da parte branca da população. Nesse sentido, não está mais em questão às raças biológicas (ideologia já superada), mas as raças sociais estigmatizadas e as superiores sintetizadas na branquitude.

Na percepção de Bastide (1959), a cor trazia em si o significado de uma desgraça contagiante, como exemplo, certas doenças. Com o fim da escravidão o problema do negro passa a ser o racismo e os estigmas que o excluía da vida na sociedade. A cor era um elemento de justificação e legitimação da conduta exclusiva dos senhores, sendo, nesse sentido, ela, a cor escolhida social e culturalmente como marca racial que exprimia simbólico e fisicamente a distância entre duas raças (FERNANDES, 1959). A cor é tida aqui como um elemento fundamental na classificação social. O termo negro não deveria ser considerado como injurioso e ofensivo. A cor (preta) e um grupo social (negros) eram estigmatizados e marginalizados por elementos de sua corporeidade.

Diferente da perspectiva freyreana, Azevedo (1955) aponta que na experiência da sociedade brasileira, enquanto houve escravidão, havia duas camadas raciais que formavam dois mundos socialmente separados e antagônicos, ainda que existissem contatos e intimidades entre brancos e negros. O negro era pensado como um indivíduo com características inferiores aos brancos e a cor da pele era historicamente considerada um símbolo de status. O branco e branquitude remetiam aos colonizadores europeus que dominavam a economia, a política, as terras e cujos descendentes conformariam as classes mais altas. Por outro lado, os negros remetiam aos escravos africanos, ao trabalho nas atividades braçais e de serviço doméstico, ou seja, as camadas mais pobres e menos instruídas da população brasileira. No imaginário da população brasileira, os negroides representariam

indivíduos que exerciam funções subalternas e de menor prestígio na estrutura ocupacional, permanecendo, assim, o lugar que lhe fora determinado no passado, o trabalhador menos valorizado.

A ascensão social da população negra para Bastide (1959) se daria apenas dentro da classe baixa, em ocupações de menor prestígio e remuneração, o que seria um tipo de controle social. Nesse contexto, há uma reprodução de uma sensação de que o negro nasceu para exercer ocupações subalternas obedecendo às ordens do patrão, geralmente branco.

Para a permanência do “lugar do negro” na sociedade havia a necessidade de instituições. As escolas era o início de um processo de controle social da população negra, como exemplo, nos livros didáticos. Nos referidos livros didáticos os negros eram apresentados em posições inferiores e subalternas. Nas histórias, aos negros eram sempre atribuídas profissões consideradas “inferiores” (pedreiro, empregada doméstica e jardineiro) e os brancos, profissões liberais, como médico, advogado etc., Bastide (1959). Vron Ware (2004) ao trabalhar com o conceito de branquitude sugere que o mesmo deva ser entendido como uma construção ideológica de poder. Nesse cenário, os brancos formam um grupo privilegiado, com sua identidade tida como norma e padrão. Toda uma narrativa da branquitude transcorreu baseada na construção de uma identidade branca alicerçada em um conjunto de privilégios materiais e simbólicos.

A branquitude é um discurso identitário pouco claro, mas não necessariamente desprovido de poder (LIV SOVIK, 2004). Por um lado, esse conceito traz à baila uma releitura sobre o conhecimento e posições sobre as relações raciais, levando em conta que a negritude sempre foi o foco dessas relações. Trabalhos sobre branquitude podem explicitar fenômenos como o racismo brasileiro, as desigualdades raciais e os privilégios dos brancos. Para Bento (1998) O debate em torno da discriminação racial é mais facilmente aceito se o foco estiver sobre o negro. Embora os impactos do racismo se manifestem de formas distintas nas vidas de negros e brancos, não é incomum “a tendência à negação, fugir ou procurar esquecer as condições de discriminado e de discriminador”.

Quando a discussão envolve relações raciais e, conseqüentemente, o branco, o debate pode a ser contaminado: I – pelo entendimento errôneo que ações racistas são esporádicas, ou seja, fruto do desatino de um ou outro fanático racista. Essa visão superficial desconsidera o “caráter estrutural do racismo à brasileira”. Utilizamos diversas manifestações dos preconceitos e estereótipos raciais no cotidiano da vida educacional, na escola, nos meios

de comunicação etc. Dito isso, o racismo é processual, histórico, duradouro e constante. II – Cor é condição de privilégio. Brancos nem sempre estão interessados em admitir que em alguma instância sejam beneficiários do racismo. Logo, o racismo é problema do outro (dos negros). Bento (1998) considera que “Apesar de o impacto do racismo sobre os brancos ser claramente diferente do impacto do racismo sobre os negros, o racismo tem consequências negativas para todos. Ou seja, é um problema para negros e brancos”.

As desigualdades entre brancos e negros existentes na estrutura social brasileira⁷ podem em grande medida serem entendidas pelas diferenças nos campos de possibilidade de ascensão social (do indivíduo e/ou da família) de negroides. As diferenças de renda entre brancos e negros é apenas um dos indicadores de desigualdade social. Entretanto, os negros não são pobres apenas por nascerem pobres. São aprisionados na pobreza por barreiras que impedem sua ascensão, ou seja, movimentar-se na estrutura social para extratos sociais mais altos saindo de uma condição de pobre (VALLE SILVA, 2000).

A inferiorização atribuída aos negros cria barreiras para sua ascensão social (COSTA PINTO, 1998). Ascensão não significa necessariamente integração social. A própria ascensão de uma classe média negra pode criar conflitos e tornar mais evidente as tensões. Negros ascendendo socialmente, movimento na estrutura social para cima, mas encontrando as barreiras sociais da integração. Movimenta na estrutura, mas permanece existindo como corpos negroides em uma sociedade onde o racismo é estrutural, ou seja, estrutura que (des)organiza a sociedade. Almeida (2018) trata o racismo em 3 (três perspectivas), mas complementares conforme alguns exemplos abaixo:

I - Racismo na perspectiva individualista, ou seja, discriminação sistemática de grupos sociais identificados por características físicas ou culturais. Como Patologia social

⁷ “As razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo no Brasil. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. A maior informalidade entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda é o padrão da série, mesmo em 2016, quando a proporção de ocupação informal atingiu seu mínimo. Nesse ano, havia 39,0% de pessoas ocupadas informalmente, sendo que, entre as pretas ou pardas, tal proporção atingiu 45,6%”. Fonte: Informações Demográficas e socioeconômicas do IBGE, 2019.

afeta indivíduos e privilegia outros em determinadas situações. É um desarranjo social, mas que se desenrola em um ato social;

II - Racismo institucional. Instituições que reproduzem padrões discriminatórios. Nesse cenário, temos um mau funcionamento das instituições. Ex.: escolas e formação de determinados tipos de sujeitos. **Proposição contrária:** desnaturalizar o racismo;

III - Racismo estrutural – os arranjos da sociedade - como ela é constituída-reproduz tanto na vida dos sujeitos como nas instituições parâmetros de discriminação racial – no campo da política, economia etc. O racismo se naturaliza como parte integrante do processo social. Ex.: naturalizar a diferença salarial entre brancos e negros, entre homens brancos e mulheres negras etc. Não haveria racismo se não houvesse Estado. Como exemplo, o racismo colonial com os escravizados brasileiros, a segregação racial nos EUA como projeto de Estado (As leis de Jim Crow⁸), o apartheid na África do Sul⁹ e nazismo¹⁰ na Alemanha etc. No Brasil, com a existência de juízes racistas e promotores racistas há na concepção de Almeida (2018) uma estrutura que reproduz padrões de discriminação racial contra pessoas negroides.

Entretanto, estruturas racistas conduzem em muitas das vezes a movimentos antirracistas. Um dos exemplos é a **interseccionalidade**, conceito construído inicialmente pela jurista e professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação considerando a experiência estadunidense. Grosso modo, a **interseccionalidade** representa uma ferramenta teórica e metodológica utilizada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes dessas interseções, que repetidamente colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas, dentre elas, o patriarcado (AKO'TIRENE, 2018).

⁸ As leis de Jim Crow (**Jim Crow Laws**) foram leis estaduais e locais que entre o final do século XIX e 1965 impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Todas essas leis foram promulgadas no final do século XIX e início do século XX pelas legislaturas estaduais e foram aplicadas até 1965. O princípio legal da segregação racial de "separados, mas iguais" definia a separação entre brancos e negros: nos casamentos, nas escolas, nos transportes públicos, nas piscinas públicas etc.

⁹ **Apartheid** ("separação") foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, no qual os direitos da maioria dos habitantes (negroides) foram cerceados pela minoria branca no poder, ou seja, os bôeres de origem holandesa. Para saber mais ver Capranzano (1986).

¹⁰ O **Nazismo** foi um movimento político de extrema-direita, liderado por Adolf Hitler, baseado na Alemanha na década de 1920 até 1945. Dentre outras características foi um movimento fortemente marcado pelo racismo, antissemitismo e a eugenia. Para saber mais ver Stanley (2018).

Outro aspecto perverso do racismo é a sua combinação com o patriarcado. O patriarcado tratou de naturalizar a opressão contra as mulheres, variando em seu formato e intensidade, considerando a cor e a posição social das mulheres. Mulheres brancas (na condição de senhoras com o privilégio da cor) podem atenuar a dominação em determinadas situações, mas historicamente foi construído o seu papel secular: esposa (para casar-se) e mãe. Diferentemente, a mulher negra não pode exercer o seu papel de esposa e em muitas das vezes lhe restou o papel de concubina.

Em relação ao papel de mãe, as negras da casa-grande, sobretudo quando eram amas-de-leite, não puderam desempenhar a maternidade, pois tinham a obrigação (sem escolhas) de criar os filhos da família patriarcal. A figura da mulher negra escrava ora estava relacionada à perversa condição de ama-de-leite ou a promiscuidade sexual da sociedade patriarcal. Ou seja, em uma leitura racista, as brancas eram para casar e as negras para o sexo que era parte da dominação patriarcal. É nessa relação desigual entre brancos e negros que se deu a base para as mestiçagens (estupros e/ou o nascimento dos filhos ilegítimos). Em grande medida, os nascimentos dos mestiços se deram a partir de sistemáticos estupros, o que Freyre, romanticamente denominou de democracia racial.

A inferiorização social do negro, sobretudo na sociedade escravocrata e os estupros das negras pelos senhores brancos criaram determinações do preconceito racial de outro tipo de existência: os mestiços. Ou seja, entre os brancos e os negroides retintos havia o colorismo e distintas leituras sobre as corporeidades, percepções e discriminações tendo como base a branquitude como um modelo socialmente construído como superior (MUNANGA, 1999).

Na própria literatura brasileira (em distintas épocas e gêneros) há uma leitura desvirtuada da imagem da mulher negra. Uma forte ausência da representatividade da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, marca uma ausência centrada em mulheres brancas e suas famílias (EVARISTO, 2005).

Outra ausência se dá pela história das diversas formas de resistência da mulher negra contra sua situação de escravizada. É pouco apresentado o papel das mulheres negras nas lutas organizadas contra a escravidão: as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos (GONZALEZ, 1982). As ausências dessas mulheres nessas lutas indicam uma suposta docilidade/submissão das negras contra a família branca patriarcal escravagista. No geral, a literatura mais recente mostra que a relação entre a branquitude e a população negroide no Brasil não foi baseada em afetos, mas com uma miscigenação socialmente

construída mediante violência física, sexual e psicológica praticada contra as mulheres negras. Três séculos de uma lógica perversa de um sistema escravocrata trouxe um conjunto de privilégios aos indivíduos brancos. Mesmo metamorfoseado, esses privilégios atravessaram séculos. Construiu desigualdades expressas na estrutura social brasileira e é parte do cotidiano nacional.

Essas temáticas, raça, racismo e demais marcadores sociais da diferença, por exemplo, estão e permanecem na ordem do dia, presentes tanto na paisagem social dos países quanto nas agendas de pesquisas no campo acadêmico, por pelo menos dois fatores basilares: I- pela generalidade desses fenômenos sociais: ainda que tenham características específicas e expressões distintas, apresentam-se nas paisagens sociais de todos os países, em especial e de forma mais profunda e dramática, nos países com profunda marca racial como marcador de diferença; II- por se tratar de problemas que permanecem nesses distintos países, inclusive, entre os “ricos”.

No contexto mundial, sobretudo no campo acadêmico europeu, e de forma ainda mais específica, na França, estudos de caráter social sempre foi tendência da Geografia Social, fragmento da Geografia Humana que estabelece um diálogo com as ciências sociais, notadamente a Sociologia, tendo como objeto o espaço social¹¹ e, em especial, as questões sociais¹², entre elas, as assimetrias expressas nas sociedades, as desigualdades, a pobreza, as exclusões sociais, marcadores sociais das diferenças etc. Apesar da divulgação de alguns trabalhos dispersos, elaborados nos períodos anteriores aos anos 1960 por geógrafos norte-americanos influenciados pelos sociólogos da Escola Ecológica de Chicago, foram as

¹¹ **Rochefort** (1983, p.13) na década de 1980 definiu que: « [...] “Ce qui est premier en géographie sociale, c'est la société et non l'espace. Ce sont les mécanismes, les processus sociaux et sociétaux, le jeu des acteurs publics ou privés de toutes espèces. Si l'on ne cherche pas la société au départ, on ne la trouve pas à l'arrivée [...]. Le moteur, la clé, c'est la société. L'espace est toujours second et si l'on commence par lui, on risque de ne pas comprendre. Mais il est bien évident que l'espace à son tour rend bien compte de tout un jeu de variations qui renforcent ou atténuent les décalages et les tensions entre société locale et société globale.” / O ponto principal na Geografia Social é a sociedade e não o espaço. Trata-se, sobretudo da análise dos mecanismos, dos processos sociais e societais, do jogo de atores públicos e privados de todos os tipos. Se não pesquisarmos a sociedade como ponto de partida, nós a encontraremos como ponto de chegada [...] O motor, a chave, é a sociedade. O espaço é sempre secundário e se começarmos por ele, nos arriscamos de não compreender o fenômeno. Porém, é evidente que o espaço, em seus termos, está imbricado em um jogo de variações que reforçam ou atenuam os conflitos e as tensões entre a sociedade local e a sociedade global (tradução minha). Já no século XXI, Pain *et alii* (2001, p.1), em uma coletânea mais recente sobre a Geografia Social, iriam definir que o objeto de parte da Geografia são os modos como as relações sociais, as identidades sociais e as desigualdades sociais são produzidas, bem como sua variação espacial e o papel do espaço em sua produção (grifo nosso).

¹² A Geografia Social, ao tratar de suas questões, considera que os pesquisadores têm um papel social a desempenhar com suas pesquisas. Nessa perspectiva, os geógrafos sociais também são concebidos como geógrafos militantes, posição que muitos assumem de fato.

mudanças sociais e econômicas do final dessa década que afirmaram a temática social no âmbito da Geografia. Nesse contexto, com inspiração marxista, uma perspectiva da Geografia, denominada Geografia Radical, Crítica ou Marxista, passou a entender a organização espacial como um produto das relações sociais de produção que, juntamente com as estruturas de classe, configurariam os dois fenômenos nevrálgicos para o entendimento desse processo.

Nesse sentido, a Geografia Social desenvolve-se em um contexto de alterações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas temporalmente na transição entre os anos 1960 e 1970, com uma forte centralidade de estudos voltados às assimetrias territoriais. Ou seja, “após meados da década de 80 assiste-se a uma recuperação da centralidade das temáticas sociais em Geografia Humana muito associada à emergência de novas correntes como o realismo, ou os projetos das Geografias Pós-Modernas” (MALHEIROS, 1995, p. 116). Malheiros chama a atenção para a necessidade de diversificar os sujeitos a serem pesquisados na Geografia Humana e afirma que os pesquisadores sociais (e os geógrafos) passaram a assumir uma posição crítica em relação às grandes tipologias usadas para classificar as sociedades e os grupos sociais, o que acabou exigindo um debate e permanente ajustamento referente à escala de preocupação, passando a incorporar com maior frequência estudos de pequenos grupos diversificados, gestados a partir do próprio funcionamento do sistema econômico contemporâneo.

De um ponto de vista da empiria, as preocupações sociais da Geografia Radical centravam-se, não exclusiva, mas essencialmente, em dois pontos: I- nos processos de formação do espaço urbano, com enfoque nos conflitos existentes no meio urbano e na segregação socioespacial; II- nas desigualdades do desenvolvimento na escala mundial, tratando, sobretudo, das temáticas relativas às relações de dependência e subdesenvolvimento.

Após relevante presença de geógrafos nos debates relativos à temática social, ocorre, durante os anos 1970 e 1980, um arrefecimento das questões relacionadas à justiça social na produção geográfica (MALHEIROS, 1995). Esse processo se deu na medida em que a Geografia Marxista, ao interpretar as desigualdades socioterritoriais, considerando a produção e as estruturas de classes como elementos estruturais basilares:

Viu-se impossibilitada de incorporar outras dimensões da injustiça social (designadamente o patriarcado e o racismo) que, apesar de relacionadas com as estruturas de classes, não decorrem, necessariamente, dela. Por outro lado, a crise estrutural [...] veio reforçar o domínio da temática econômica em Geografia, desenvolvendo-se os estudos relativos às implicações territoriais dos processos de reestruturação econômica, bem como as análises urbanas e regionais centradas nos elementos de competitividade econômica. (MALHEIROS, 1995, p. 116).

Além dos fatores citados por Malheiros (1995), o declínio do *Welfare State* e a ampliação de políticas de caráter liberalista como, por exemplo, o Thatcherismo, que apregoavam a redução do intervencionismo público e do papel do Estado na criação de um ambiente favorável ao funcionamento dos agentes econômicos privados e dos mecanismos de mercado, conduziram a um recuo dos estudos que tratavam de experiências empíricas relacionadas às questões sociais.

Em período seguinte, porém, há no âmbito da Geografia Humana uma maior presença das temáticas sociais, muito associadas às ditas “geografias pós-modernas”, nas quais se incluem, por exemplo, os estudos de Soja (1989), que trouxe à Geografia a relevância do debate relacionado às questões sociais gerais e, em particular, aos grupos sociais desfavorecidos, marginalizados e oprimidos. Entre estes, a mão de obra explorada como parte do capitalismo, populações tiranizadas e mulheres excluídas, três grupos que exemplificam a tríade classe-raça-gênero que configurou parte central na discussão da Geografia Social.

Ganham força, então, nas Ciências Sociais, e na Geografia, temas relacionados ao racismo e ao patriarcado, para pensar as relações entre os grupos sociais na sociedade capitalista, enfocando, além das posições nas estruturas de classe, outros elementos, tais como sexo, raça/cor e idade. Se já havia exclusões e discriminações relativas a sexo e raça, entendia-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista reforçava posições de subalternidade e assimetrias sociais em relação a mulheres e pessoas não brancas.

Como exemplo, se no âmbito do grupo familiar, o trabalho feminino e, de forma mais específica, o trabalho doméstico, possibilitava as condições de reprodução social que, por sua vez, permitia o funcionamento da esfera da produção que era considerado um domínio exclusivamente masculino e *par excellence* com maior valoração positiva, a mulher e o trabalho doméstico permaneciam desvalorizados ou marginalizados.

Trata-se aqui de uma das discussões centrais da Geografia Social: a que envolve gênero, trabalho e desvalorização social¹³. Todavia, além da afirmação de uma determinada condição social e posicioná-las na estrutura social, é preciso entender as dinâmicas e os processos de formação socioespacial que as empurram para essa situação ou as fazem nela permanecer.

Dessa forma, na análise do processo de formação socioespacial das cidades, com os problemas nelas presentes, como a exclusão social, a gentrificação, o desemprego, a marginalização, a pobreza urbana etc., deve-se dar visibilidade também aos grupos marginalizados no mundo rural, ao ambiente social em que vivem e aos processos de que participam. Se há, no mundo urbano, distintos grupos sociais desfavorecidos e, entre estes, um subconjunto de parcelas marginalizadas, entende-se ser igualmente importante identificar os marginalizados do campo. Antes, porém, cabe esclarecer o que se entende por marginalização.

A marginalização pressupõe um desvio em relação aos comportamentos-padrão, estabelecidos pelo grupo-dominante (homens de meia-idade, brancos e da classe média ou média alta) e que podem ser definidos enquanto um conjunto de normas e valores que regulam os sistemas econômico, social, político-administrativo. Enquanto a maioria das mulheres, dos idosos e, em larga medida, dos membros das minorias étnicas tem uma atuação funcional conforme os papéis sociais que lhes são reservados pela sociedade contemporânea, existem diversos outros grupos que ocupam uma posição claramente marginal face ao conjunto de normas e valores que constituem os padrões sociais de referência, assumindo-se que podem pôr em causa, ou mesmo ameaçar, certas dimensões da ordem social vigente (MALHEIROS, 1995, p.119).

Como um fenômeno relativo, a marginalização abarca um conjunto de grupos sociais, que embora variados, podem ser identificados por alguns fatores:

I - Grupos marginalizados pela condição econômica: compostos por aqueles, por exemplo, que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas mínimas, as vítimas da fome, uma das mais expressivas e elementares formas de pobreza. Os desempregados urbanos e as famílias de agricultores descapitalizados podem compor esses grupos que conformam indivíduos e famílias vulneráveis à insegurança alimentar;

¹³ No campo acadêmico brasileiro, no caso específico da Geografia Humana, trata-se de temas de pesquisa da Geografia do Gênero.

II- Grupos marginalizados por uma condição social: compostos por pessoas que não correspondem ao padrão hegemônico dominante, tais como os migrantes pobres, os analfabetos (sem educação formal), os negros, as mulheres, os homossexuais, entre outros;

III- Grupos marcados por atividades econômicas desvalorizadas: como, por exemplo, os pequenos agricultores pobres, marginalizados social e economicamente.

Não raro, há pessoas que reúnem mais de uma dessas condições, o que as coloca numa posição de extrema marginalidade, como por exemplo, mulheres agricultoras, negras, analfabetas e inseridas em famílias monoparentais. Isso significa que no interior de grupos desfavorecidos, alguns indivíduos agregam um conjunto de elementos em níveis distintos, como aqueles que além de terem uma determinada condição social e econômica, seguem religiões de matriz afro, fator que amplia o grau de marginalidade dentro do seu próprio grupo social. Grupo social este que, por sua vez, carrega outros elementos de marginalização.

Essa tipologia de grupos marginalizados, sob as óticas econômica e social e das atividades econômicas, representa divisões que têm proposição heurística extremamente sintética. A realidade social, no entanto, é consideravelmente mais complexa do que podem demonstrar os instrumentais de análise e explicação que temos à nossa disposição.

Se focarmos, por exemplo, os estudos que envolvem gênero, sexualidade, idade, condição física etc., surgirá, nas geografias do cotidiano, um conjunto diversificado de grupos sociais excluídos baseados na condição de gênero (sobretudo as mulheres e transexuais), na orientação sexual (sobretudo os homossexuais), na idade (destaque para idosos e crianças), numa determinada condição social marginal (pobres rurais e urbanos, migrantes pobres), na cor da pele (negros, e entre eles, os quilombolas, os indígenas etc.), bem como na religião e na cultura.

Dentre os grupos excluídos e marginalizados, destacam-se os jovens negros e pobres, os transexuais e os travestis, grupos que até mesmo inconscientemente participam de processos de categorização que também são construções sociais de exclusão e de poder de uma sociedade heteronormativa, as quais incluem e excluem pessoas de uma vida digna em sociedade, por carregarem em sua corporeidade características que não escolheram, mas que limitam as oportunidades empurram-nas para a marginalidade e a inviabilidade social, podendo, assim, definir drasticamente até mesmo o fim de suas existências¹⁴.

¹⁴ No ano de 2013, de um total de 8.153 adolescentes brasileiros mortos, com idade entre 16 e 17 anos, quase a metade foi vítima de homicídio (3.749 - 46%), ou seja, uma média de 10,3 adolescentes assassinados por dia no Brasil.

Se há distintas categorias marginalizadas, entende-se, portanto, ser preciso distinguir desfavorecidos e marginalizados. Uma agricultora pobre, negra, mãe solteira e seguidora de religião de matriz afro agrega em si um conjunto de desvantagens que a marginaliza. Mas, já mulheres jovens, brancas, de classe média, embora carreguem em sua corporeidade uma condição de mulher, que as desfavorece, têm bastante reduzido seu processo de marginalização. Nesse contexto, a marginalização é uma classificação relativa, uma vez que depende principalmente das normas e dos valores da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Os marginalizados são fruto de uma construção social desigual de poder baseado em relações sociais, às quais:

Os geógrafos sociais têm dedicado a sua atenção a classe, gênero, sexualidade, raça, idade e deficiência – estão em torno do poder, opressão e distribuição de recursos na sociedade. A geografia social está também preocupada com as identidades, que estão sempre associadas a modos de vida, e por isso não são apenas relacionadas com ideologias, mas também poder e recursos (PAIN ET ALII, 2001, p. 4).¹⁵

Em uma sociedade desigual, como a brasileira é importante pontuar que há outras pobreza para além dos rendimentos, considerando que em maior ou menor grau pessoas e grupos são excluídos considerando o gênero, raça e etnias. Tratar dos pobres (rurais e urbanos), dos migrantes pobres e de outros grupos sociais desfavorecidos é dar visibilidade aos excluídos da sociedade.

Obviamente, nos meios urbanos, sobretudo nas grandes cidades, os marginalizados são mais facilmente identificados, devido, entre outros fatores, às relações sociais mais formais, tendendo a serem mais frágeis, à forte segregação socioespacial, com significativos níveis de precarização da vida, ao desemprego, às relações flexíveis de trabalho, à menor coesão social, com sociedades mais diversificadas, bem como à forte mobilidade ocupacional das pessoas - ainda que precárias.

Geralmente são jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades. No ano de 2014, 61% das mortes violentas no Brasil foram de negros. Os negros e pardos correspondem a 61% da população carcerária nacional. Em 2012, a população carcerária nacional era predominantemente jovem (266.356), num universo de 480.393 pessoas, e com largo predomínio de negros (295.242). Em 2013, o Brasil liderou o *ranking* entre os países onde mais se matou a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Naquele ano, a homotransfobia foi à causa da morte de 312 representantes desses grupos e, entre 2008 e 2013, foram assassinados 486 transexuais no Brasil. Fonte: Mapa do encarceramento (2015); Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), Grupo Gay da Bahia (GGB, 2014); Internacional Transgender Europe (2015).

¹⁵ Tradução livre realizada por Renato Ferreira do Centro de Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC).

Quem lava suas cuecas? Racismo estrutural e o cidadão de bem

Para que as cuecas da classe média sejam lavadas existe uma hierarquia social e racial na base e que é conservada: geralmente mulheres, pobres e com baixo capital cultural. Para permanência dessa hierarquia social perversa iremos utilizar dois pensadores em campos distintos: a entrevista¹⁶ o rapper mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga e o pesquisador Jason Stanley (2018) e seu já aclamado livro: Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”.

Para o Djonga, “o fascismo é um *modus operandi*. Uma forma de se agir politicamente”. Para Stanley (2018) fascismo é um método para conquistar poder. O fascismo é também uma técnica e parte dessa técnica está baseada na vitimização. Não se trata aqui em crenças ou verdades. O fascismo tem apenas um interesse: conquistar ou manter o poder. Com técnica, as elites dominantes dizem que são vítimas das minorias. Quando as pessoas são obrigadas a lavar as suas cuecas ou realizar o trabalho em suas próprias casas elas se sentem vitimadas. As pessoas que atacam a verdade e se vitimizam são na concepção de Stanley também racistas. Fascismo e racismo passam a ser componentes de um mesmo lado.

O fascismo se baseia em *fake news* (mentiras) e não pós-verdades: se eu acho, logo é verdade- mesmo sem evidências. No século 21, a mistura entre racismo, fascismo, *fake news* e pós-verdade desembocam em pelo menos um fenômeno: a vitimização das elites. Na vitimização, os grupos dominantes se sentem vítimas de minorias que supostamente usurpam seus lugares (ou que acreditam ser) e se colocam em “pé de igualdade”. Os homens se sentem vítimas do feminismo. Os cristãos se sentem vítimas no Hanukkah. Os héteros se sentem vítimas dos grupos LGBTQIA +, etc.

Originalmente o fascismo adquire grande relevância na Itália da década de 1920 (ditador Benito Mussolini), baseado na valorização das ideias de nação e raça centrado nos valores individuais representados por um líder autoritário. No século XXI, Stanley (2018) considera que democracias caminharam em direção a regimes mais ou menos totalitários. Líderes democraticamente eleitos usaram de retóricas fascistas para fazer política, como exemplo, Donald Trump. O autor traz princípios fundamentais do fascismo que são

¹⁶ Entrevista completa disponível em: Canal quebrando o Tabu - "**Vai falar que todo preto é bandido? Mentira!**" - <https://www.youtube.com/watch?v=aG07G9MwGN4>

resgatados no início do século XXI: 1 – Ideia de reviver um passado mítico e glorioso; 2 – Uso de propaganda para distorcer e minar conceitos e instituições democráticas (tendo como fundo a ideia de combate a corrupção); 3 – Ataques às universidades e intelectuais; 4 – Forte noção de hierarquia; 4 - Política da lei e da ordem e foco na proposta de grupos minoritários criminosos; 5 – Valorização do trabalho duro; 6 – Críticas ao estado de bem estar-social. Esses princípios apoiam-se uns nos outros com o objetivo de criar e reforçar divisões, simultaneamente minando as bases da democracia: eleições livres, judiciário independente, liberdade de imprensa e expressão, dentre outros, ou seja, elementos que poderiam combater a ascensão totalitária.

Stanley (2018) trabalha com a ideia de “Arbeit Macht Frei” (do alemão, o trabalho liberta), ou seja, as minorias seriam supostamente preguiçosas e precisam ser estimuladas ao trabalho (até com violência física, se necessário). Para Stanley, quando um branco repete que um negro é preguiçoso, ele repete o lema nazista. A ideia aqui, diferente do contexto nazista, é que os grupos dominantes acreditam que as minorias (dentre elas, os negros), são naturalmente preguiçosas e “mamam nas tetas do estado” [*ipsis litteris*]. Os nazistas acusavam os judeus de se apropriarem dos bancos para evitar o trabalho que exigia grande esforço físico e mental. Os livros infantis alemães mostram os judeus como pessoas com mãos macias, ou seja, desacostumadas ao trabalho. Nesse sentido, o fascista defende a ideia de forçar seu opositor ao trabalho gratuito até que aprendam a ética do trabalho.

Para Djonga, o Rapper brasileiro, a classe média sente arrepios ao ver o pobre em momentos de lazer. Diz ele: “tem que conciliar trampo pesado, estudo e inclusive lazer que nós merecemos. Todo mundo merece lazer. Tem que parar com essa coisa que os caras têm que ter ego, pode viajar para a Europa, pode fazer tudo e nós não”. Quando os pobres estão em momento de lazer, Djonga afirma haver uma leitura de reprovação, ou seja, “só quer curtir a vida. Por que você não vai trabalhar? Só a classe média pode, não é? Classe média é f***”. Nesse sentido, percebe-se o lazer feito nas periferias como algo subversivo e até mesmo revolucionário: os pobres além de lavar as cuecas da classe média se divertem. Para um branco rico conservador nada é mais ofensivo que um “pobre curtindo a vida”. Quando um branco privilegiado vê um pobre se divertindo há uma tensão por sentir que a hierarquia racial e social está ameaçada. Logo, pobres de todo o mundo. Divirtam-se.

A adoção da emenda constitucional 72 de abril de 2013, conhecida como a "PEC das Domésticas", e da lei complementar 150 de 2015, iniciativas para coibir a exploração das

trabalhadoras domésticas, deu maior amparo e formalização a este tipo de trabalho, mas apesar dos esforços dos governos recentes inserir as empregadas para a formalidade, o que ocorreu foi um aumento da informalidade. As relações sociais do trabalho doméstico em si não têm necessariamente uma relação com a escravidão moderna, mas deve ser entendida dentro da dinâmica racial que se estabeleceu no período pós-alforria, sobretudo a partir de 1888. Entendendo que as domésticas têm uma cor predominante e no Brasil há um racismo estrutural, essas duas coisas combinadas convergem para um cenário contemporâneo de um trabalho doméstico mal remunerado e formas de contratação esporádicas para driblar quais direitos reconhecidos para as domésticas (carteira assinada, férias, 13º salário etc.).

Séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram as classes médias e as elites nacionais em uma situação confortável. O passado escravocrata se metamorfoseou e permaneceu como parte da estrutura social brasileira. Um exemplo são as estruturas das casas: saem às senzalas, entram os quartos de empregada (um simulacro de senzalas “modernas”). As diaristas e principalmente as empregadas domésticas são resquícios de escravidão que permite que pessoas com maior poder aquisitivo não precisem lavar as suas cuecas. Lavar ou não as cuecas¹⁷ é um bom parâmetro de justiça social: em uma sociedade justa e menos desigual cada um lavaria a sua.

Por isso, em grande medida, a classe média brasileira discorda de políticas afirmativas. “Não querem pretos nas universidades e não querem cotas: querem quem lave as suas cuecas”, afirma Djonga que cresceu e viveu grande parte de sua vida em áreas pobres (economicamente) em Belo Horizonte (MG). Sabe-se que o Brasil tem o maior número de empregadas domésticas no mundo: 7 milhões de pessoas no setor (OIT, 2017), ou seja, um número como a população da Dinamarca (pouco mais de 5 milhões de pessoas). No Brasil, são três empregados para cada grupo de 100 habitantes. Sobre as empregadas domésticas há três fatores predominantes: feminino, afrodescendente e de baixa escolaridade.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão. Se olharmos a predominância da cor das domésticas e as dificuldades de ascensão social dos pretos pós-escravatura, percebe-se que Brasil do século 21 herdou do seu passado colonial, imperial e escravista uma profunda desigualdade não solucionada na sociedade e um racismo estrutural. O racismo enquanto estrutura é a base sobre a qual a sociedade se organiza. Por

¹⁷ O/A leitor (a) deve entender a ideia de “lavar as cuecas” apresentada pelo Djonga como uma metáfora.

um lado, há uma negação que essa base estrutural exista. A existência de brancos pobres e a ideologia da democracia racial são acionadas para justificar que há no país um problema de classe e não necessariamente de raça. Entretanto, mesmo negado, o racismo estrutural sempre está presente na paisagem social.

Se focarmos, por exemplo, os estudos que envolvem gênero, sexualidade, idade, condição física etc., surgirão, nas geografias do cotidiano, um conjunto diversificado de grupos sociais excluídos baseados na condição de gênero (sobretudo as mulheres e transexuais), na orientação sexual (sobretudo os homossexuais), na idade (destaque para idosos e crianças), numa determinada condição social marginal (pobres rurais e urbanos, migrantes pobres), na cor da pele (negros, e entre eles, os quilombolas, os indígenas etc.), bem como na religião e na cultura (BENTO, 1999; QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2018; AKOTIRENE, 2018).

Dentre os grupos excluídos e marginalizados, destacam-se os jovens negros e pobres, os transexuais e os travestis, grupos que até mesmo inconscientemente participam de processos de categorização que também são construções sociais de exclusão e de poder de uma sociedade heteronormativa, as quais incluem e excluem pessoas de uma vida digna em sociedade, por carregarem em sua corporeidade características que não escolheram, mas que limitam as oportunidades empurram-nas para a marginalidade e a inviabilidade social, podendo, assim, definir drasticamente até mesmo o fim de suas existências¹⁸.

Considerações finais

Este texto não teve e não tem a pretensão de esgotar uma discussão tão relevante para parte expressiva da população brasileira. O ponto central do artigo foi tentar mostrar como historicamente a branquitude foi socialmente construída como um marcador social da diferença e de privilégios, e como este fato se reflete com clareza na experiência brasileira. A

¹⁸ No ano de 2013, de um total de 8.153 adolescentes brasileiros mortos, com idade entre 16 e 17 anos, quase a metade foi vítima de homicídio (3.749 - 46%), ou seja, uma média de 10,3 adolescentes assassinados por dia no Brasil. Geralmente são jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades. No ano de 2014, 61% das mortes violentas no Brasil foram de negros. Os negros e pardos correspondem a 61% da população carcerária nacional. Em 2012, a população carcerária nacional era predominantemente jovem (266.356), num universo de 480.393 pessoas, e com largo predomínio de negros (295.242). Em 2013, o Brasil liderou o *ranking* entre os países onde mais se matou a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Naquele ano, a homotransfobia foi à causa da morte de 312 representantes desses grupos e, entre 2008 e 2013, foram assassinados 486 transexuais no Brasil. Fonte: Mapa do encarceramento (2015); Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), Grupo Gay da Bahia (GGB, 2014); Internacional Transgender Europe (2015).

ideia de raça (primeiramente biológica), em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Originou como marcador das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, europeus e não europeus.

A formação de relações sociais fundadas na ideia de raças produziu na América identidades sociais historicamente novas tais como os índios, negros e mestiços e redefiniu outras. Termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial e privilégios. Quanto mais distante de um modelo europeu de “ser e existir” maior é a exclusão e a ausência de oportunidades.

Os dados do IBGE mostram como a pobreza no Brasil é maior entre os pretos e pardos. Tratar dessas raças sociais é lidar com configurações de relações de dominação (nem sempre claras) e identidades fortemente associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como respostas a papéis historicamente construídos. Concorde-se aqui com Quijano que raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Entender como as categorias raciais foram socialmente construídas é fundamental para lidar com grande parte das mazelas nacionais.

Os negros historicamente explorados, parte importante da economia, mas com uma presença perversa por ocupar os postos de trabalho mais precários diz muito sobre a permanência de uma mentalidade racista colonizadora. O que resta no Brasil de uma sociedade colonial? A falta de oportunidade para os negros pode apontar para as mais distintas respostas: poucas positivas. O que não podemos é manter relações de dominação impostas pelas ideologias da conquista que trata “o outro” como um “ser sem importância” apto apenas para o trabalho braçal. Sem demérito aos trabalhos braçais, mas a constituição de uma mentalidade limitada sobre os negros precisa ser superada.

O reconhecimento dos privilégios dos brancos deve ser explicitado e a elaboração de novas perspectivas sobre as relações e estruturas sociais devem ser aceitas, dentre elas, os negroides ascendendo socialmente rompendo barreiras de exclusão social. As políticas afirmativas e a própria movimentação (ainda que parcial) dos negros na estrutura social já apontam para uma das possibilidades de outras práticas para além das relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

A desconstrução da ideia de raça social é importante na medida em que devemos reconhecer ser ela um elemento estável e duradouro como instrumento de dominação social

universal e especialmente na experiência brasileira. Devemos repensar a ideia de raça como definidor de níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade Brasileira. Espera-se uma nova sociedade em que todos/as lavem “suas cuecas” independente de qual cor seja. Enquanto os brancos não reconhecerem seus lugares de privilégios, o Brasil será o que sempre foi até aqui: um país que foi insuficiente em seu papel de ser grande enquanto nação.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade.** Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2018.
- AZEVEDO, Thales. **As Elites de Cor: Um Estudo de Ascensão Social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955ç
- BASTIDE, Roger. **Negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BENTO, Maria Aparecida Da. Silva. **Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as Relações Raciais.** São Paulo: Ática, 1998.
- CRAPANZANO, Vicent. **Waiting. The whites of South Africa.** New York: Random House, 1986.
- COSTA PINTO, Luís de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- DJONGA. **"Vai falar que todo preto é bandido? Mentira!"**. Entrevista. Quebrando o Tabu. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aG07G9MwGN4>. [Acesso em 02 de fevereiro de 2020.](#)
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira.** Brasília: Fundação Palmares/Minc, Ano 1, nº. 1, agosto, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001
- FERNANDES, Florestan. Um mito revelador. In: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1959.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira.” In: LUZ, Madel, T., (Orgs.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MALHEIROS, Jorge. **Tendências recentes na Geografia social: o estudo dos grupos sociais desfavorecidos.** Lisboa: Inforgeo, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

KOIFMAN, Fábio. **“Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur, 2005a, pp.118-142.

PAIN, Rachel. **Introducing Social Geographies**. London : Arnold, 2001.

ROCHEFORT, René. **Réflexions liminaires sur la géographie sociale**. Colloque géographie sociale, Lyon, ed. D. NOIN, 1983.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. (Org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz; Starling, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia** - Caderno de atividades: resumos, atividades propostas e conceitos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Nelson Do Vale. Cor e Mobilidade Ocupacional". In: Nelson do Vale Silva e José. Pastore (eds.), **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo, Makron. 2000

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”**. L&PM e-books, 2018.

WARE, Vron. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:
OS CURRÍCULOS DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA NAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ EM 2018**

Carla Cristina Varela ARAUJO¹

Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA

Léia Aparecida VEIGA²

Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA

Resumo

Como citar:

ARAUJO, C. C. V.; VEIGA, L. A. Formação docente para educação especial inclusiva: os currículos das licenciaturas em geografia nas universidades públicas do Paraná em 2018. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n.19, p. 38-62, set-dez/2020.
DOI: 10.35416/geoatos.v4i197723

Recebido em: 2020-04-25

Devolvido para correções: 2020-05-30

Aceito em: 2020-08-15

Objetivou-se, nessa pesquisa, analisar as grades curriculares dos cursos de licenciatura em Geografia das universidades públicas de âmbito estadual e federal no Estado do Paraná, até o ano de 2018, buscando-se identificar as disciplinas que abordam a educação inclusiva, bem como a organização destas, no caso de disciplinas e/ou conteúdos presentes em determinados componentes curriculares pedagógicos das Instituições de Ensino Superior/IES públicas do Paraná. Delimitou-se como *locus* da pesquisa, portanto, os Projeto Pedagógico do Curso/PPC dos cursos de Geografia, em vigor até o ano de 2018. Em relação aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas fontes secundárias (documentos institucionais, como o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Geografia, grade curricular e o componentes) e estas foram discutidas à luz de referencial teórico acerca do Currículo, Educação Inclusiva e da Formação Inicial de Professores, temáticas essas abordadas por Hummel e Silva (2017), Jesus (2012), Pimenta e Anastasiou (2008), Romanowski (2016), Saviani (2009), Tanuri (2000), Callai (1995) e Pontuschka; Tomoko e Cacete (2009). Verificou-se que, em grande parte das universidades, a presença da educação especial na perspectiva inclusiva na grade curricular ainda é incipiente, pois, na maioria delas, a única disciplina com cunho inclusivo é a de Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS, dada a obrigatoriedade prevista na Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Conclui-se que essa pouca oferta de disciplinas voltadas para educação inclusiva reflete no cotidiano dos professores no exercício da docência, que se sentem inseguros para trabalhar com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluso no ensino regular, o que tem resultado em estresse para professor e na exclusão pedagógica dos alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Formação inicial de professores, Licenciatura em geografia, Universidades públicas do Paraná

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA.

E-mail: carlacris.06@hotmail.com

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-5589-4334

² Professora Visitante na Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA. Professora no curso de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) na Universidade Estadual de Londrina/UUEL. Doutora em Geografia pela UEM

E-mail: lveiga.geo@gmail.com

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-7870-293X

TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION: THE CURRICULA OF UNDERGRADUATE DEGREES IN GEOGRAPHY OF PUBLIC UNIVERSITIES IN PARANÁ IN 2018

Abstract

The objective of this research was to analyze the curricular grades of undergraduate courses in geography at state and federal public universities in the State of Paraná, until the year of 2018, aiming to identify the disciplines that address inclusive education, as well as the organization in case of disciplines and / or content present in certain pedagogical curricular components of public Higher Education Institutions/HEI in Paraná. For that matter, the Pedagogical Research Project / PPC of the courses in geography were in practice until 2018. To the methodological procedures, secondary sources were used (institutional documents such as the Pedagogical Project of the university degree in Geography, curriculum and components) and discussed in the light of a theoretical framework about the Curriculum, Inclusive Education and the Initial Teacher Training, thematic addressed by Hummel and Silva (2017), Jesus (2012), Pimenta and Anastasiou (2002), Romanowski (2016), Saviani (2009), Tanuri (2000), Callai (1995) and Pontuschka; Tomoko; Cacete (2009). It was found that in most universities the presence of inclusive education in the curriculum is still insipient, since in most of them the only discipline with an inclusive nature is LIBRAS (Brazilian language signals system) given the mandatory nature provided for by law. It is concluded that this little offer of disciplines focused on inclusive education reflects in the daily life of teachers in the exercise of teaching, who feel in-secure to work with students with disabilities, global developmental disorders or high skills that are included in regular education, which has resulted in stress on the teacher and the pedagogical exclusion of students.

Keywords: Inclusive Education, Initial teacher training, Degree in Geography, Public Universities in Paraná

FORMACIÓN DE DOCENTES PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: LOS PLANES DE ESTUDIO DE LOS TÍTULOS DE PREGRADO EN GEOGRAFÍA DE LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN PARANÁ EN 2018

Resumen

El objetivo de esta investigación fue analizar las calificaciones curriculares de los cursos de pregrado en geografía en las universidades públicas estatales y federales en el Estado de Paraná, hasta el año 2018, buscando identificar las disciplinas que abordan la educación inclusiva, así como la organización en caso de disciplinas y/o con-tenidos presentes en ciertos componentes curriculares pedagógicos de Instituciones de Educación Superior/IES públicas en Paraná. Por lo tanto, el Proyecto de Investigación Pedagógica/PPC de los cursos de pregrado en

geografía en práctica hasta 2018. Para los procedimientos metodológicos, se utilizaron fuentes secundarias (documentos institucionales como el Proyecto Pedagógico del Grado Superior en Geografía, currículo y componentes) y se discutieron a la luz de un marco teórico sobre el Currículo, la Educación Inclusiva y la Formación Inicial de Maestros, temática los abordados por Hummel y Silva (2017), Jesus (2012), Pimenta y Anastasiou (2008), Romanowski (2016), Saviani (2009), Tanuri (2000), Callai (1995) y Pontuschka; Tomoko; Cacete (2009). Se encontró que en la mayoría de las universidades la presencia de educación inclusiva en el currículum aún es insipiente, ya que en la mayoría de ellas la única disciplina con una naturaleza inclusiva es la de LIBRAS dada la naturaleza obligatoria prevista por la ley. Se concluye que esta pequeña oferta de disciplinas centradas en la educación inclusiva se refleja en la vida cotidiana de los maestros en el ejercicio de la enseñanza, quienes se sienten inseguros para trabajar con estudiantes con discapacidades, trastornos del desarrollo global o altas habilidades que se incluyen en la educación regular. lo que ha resultado en estrés para el maestro y la exclusión pedagógica de los estudiantes.

Palabras clave: Educación Inclusiva, Formación inicial del profesorado, Licenciatura en geografía, Universidades públicas en Paraná

Introdução

Diferente da Educação Especial, porém, ligada a ela, está o princípio da Educação Inclusiva, que é resultado de uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os alunos, independente de suas condições, físicas ou mentais, de permanecerem juntos durante o processo de ensino e aprendizagem de forma que não ocorra qualquer tipo de segregação.

A educação inclusiva é norteada pela aceitação do outro, sem a preocupação com a dita 'normalidade', ou seja, olhar sem estereótipos, sem querer enquadrar a pessoa segundo o conceito de normalidade/anormalidade, “[...] categoria socialmente construída” (LOPES, 2014, p. 4).

Em se tratando do direito a educação para pessoa com deficiência/necessidade especial, a Declaração de Salamanca (1994) é considerada um marco porque estabelece propostas e recomendações aos países acerca da criação de políticas públicas para a educação especial. Essas recomendações voltadas não somente ao poder público, mas também à comunidade, família e instituições de ensino, sinalizaram para a importância da criação de comunidades acolhedoras que avançassem na construção de uma sociedade inclusiva, com educação para todos, dentre outros direitos.

Após as recomendações de Salamanca (1994), leis e decretos, ao longo dos anos, foram sendo criados, a fim de garantir o acesso da pessoa com necessidade especial aos

diferentes níveis de educação, de forma inclusiva. As leis criadas foram direcionadas ora para garantir o acesso dos estudantes, ora para assegurar nas licenciaturas a obrigatoriedade de formar futuros professores em uma perspectiva da educação inclusiva.

Com relação à formação de futuros professores, foco dessa pesquisa, em termos de legislação, observa-se como marco importante o ano de 2002, quando, através da Resolução CNE/CP (BRASIL, 2002), foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da educação básica.

Nessas diretrizes, estabeleceu-se a necessidade de um debate amplo “[...] sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas [...]” (BRASIL, 2002, p. 3.) No entanto, não há nas referidas diretrizes o indicativo sobre como esse debate deve acontecer, ainda que sua necessidade e obrigatoriedade sejam bem claras, deixando margem para que o mesmo ocorra em eventos ou em forma de disciplinas.

Situação semelhante pode ser observada no Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 10), que tem por objetivo assegurar a inclusão escolar, estipulando, entre outros fatores, a “[...] formação de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado”.

Nesse contexto de obrigatoriedade da inserção da educação inclusiva nas grades curriculares dos cursos de licenciaturas, pergunta-se: a educação especial na perspectiva inclusiva se fez presente na matriz curricular dos cursos de graduação em Geografia nas IES estaduais e federais do PR, até o ano 2018? E estando presente, como foi organizada (componente curricular e/ou conteúdos presentes em determinados componentes curriculares pedagógicos; é obrigatória ou optativa)?

Assim, este trabalho objetivou analisar as grades curriculares dos cursos de licenciatura em geografia das universidades públicas de âmbito estadual e federal no Estado do Paraná, em vigor até o ano de 2018, buscando identificar as disciplinas que abordam a educação inclusiva, bem como a organização destas, no caso de disciplinas e/ou conteúdos presentes em determinados componentes curriculares pedagógicos das IES públicas do Paraná.

Metodologicamente, essa pesquisa pode ser caracterizada como do tipo exploratória, porque pode “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com

vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. [...]” (GIL, 2002, p.41).

A abordagem foi qualitativa, por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013) e por oferecer subsídios para a reflexão sobre como a disponibilidade ou não de disciplinas voltadas para inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidade, durante a formação inicial de professores, podem influenciar no exercício da docência.

Para tanto, enquanto procedimentos metodológicos foram utilizados fontes secundárias, com levantamento bibliográfico de livros, trabalhos acadêmicos e revistas acadêmicas, realizou-se também uma análise documental (documentos da matriz curricular, ementa do curso geografia e a legislação do sistema educacional).

A educação inclusiva e a formação inicial de professores

A história dos cursos de formação de professores a nível superior tem como marco inicial o século XIX, quando, no Brasil “[...] paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais [...]” (TANURI, 2000, p.62). Essas escolas objetivavam a formação dos futuros professores do ensino básico na alfabetização, cálculos e conhecimentos gerais, atendendo aos interesses da elite brasileira da época.

Em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foi criado o primeiro curso de Pedagogia, o qual visava uma dupla função, formando bacharéis para atuar como técnico em educação e licenciados para a docência. O curso era estruturado em três anos de conteúdos e um ano dedicado à didática (TANURI, 2000).

O curso de geografia, assim como os demais de licenciatura, foram organizados segundo esse modelo clássico, tendo de um lado as disciplinas didático-pedagógicas e de outro as disciplinas do campo da ciência geográfica, técnico-científicas (PONTUSCHKA; TOMOKO; CACETE, 2009). Sob esse formato ‘3 + 1’, a formação de professores de geografia passou a ser realizada nas décadas seguintes, em instituições de ensino públicas e particulares.

A quantidade de cursos de geografia (assim como de outras licenciaturas) em

instituições privadas foi crescente, principalmente na década de 1970, quando foi criada a Lei nº 5692/1971, que instituiu a Licenciatura Curta no Brasil. Inúmeros cursos foram organizados curricularmente no formato de licenciaturas curtas, contribuindo assim, segundo Saviani (2009, p. 148), para a promoção de “[...] uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração”. Em geografia, Pontuschka; Tomoko e Cacete (2009, p. 91), destacam que nas faculdades privadas passou a ser ofertado “[...] um curso duplamente curto, que estabelecia dois anos para a licenciatura polivalente em estudos Sociais e mais dois anos para a habilitação em geografia”.

Por outro lado, segundo as autoras, nas instituições públicas, ofertados no grau de bacharel e de licenciatura, os cursos de geografia foram se constituindo de forma separada, em muitos casos sem relações entre si. E a licenciatura, era vista como inferior ao bacharel, como um curso complementar e secundário.

Tem-se assim, por décadas, a formação do professor de geografia segundo um modelo formacional [...] que concebe o professor como transmissor de conhecimentos, um aplicador de regras derivadas do conhecimento científico e uma categoria subprofissional no mercado ocupacional” [...]. (PONTUSCHKA; TOMOKO; CACETE, 2009, p.92).

Assim, verifica-se que, desde o início, a docência foi tratada de maneira secundária, possuindo um tempo menor para formação pedagógica do futuro professor, além de estar desarticulada das disciplinas dos três primeiros anos do curso.

Desta maneira, questiona-se: atualmente, após 80 (oitenta) anos, quais são os moldes de formação dos cursos de licenciatura? É nítido que a formação carrega consigo essa herança, a qual faz com que a licenciatura, em grande parte das universidades brasileiras, tenha um olhar mais conteudista nos primeiros anos, e que a parte pedagógica seja – ainda - vista como algo de incumbência dos professores de ensino somente.

Essa visão de licenciatura pautada no modelo clássico ‘3 + 1’, que perdura ainda nos dias atuais em diversos cursos, faz com que os cursos tenham “[...] reduzido sua carga horária ao que se refere o campo da didática, valorizando os domínios específicos dos conhecimentos [...]” (ROMANOWSKI, 2016).

Callai (1995), ao discutir sobre a formação de professores de geografia, chama a atenção para a importância do futuro professor ter domínio tanto do conhecimento científico da área quanto do pedagógico-didático. Nas palavras da autora,

[...] É inegável que o professor precisa de uma carga de informações, de conteúdos para ter condições de realizar o seu trabalho, mas é também imprescindível compreender como fazer o trato destes conteúdos em sala de aula de primeiro e segundo graus. E para tanto são necessários conhecimentos que vão além do conteúdo de Geografia, e que tenham a ver com o processo de construção do conhecimento, com os aspectos pedagógicos e a psicologia de aprendizagem. Sem isto passam a ocorrer em sala de aula do primeiro grau verdades absurdas em nome de desenvolver o conteúdo previsto (CALLAI, 1995, p. 40).

A escola é um ambiente político e social, que requer um olhar muito além da transmissão de conteúdo, por isso, a formação de professores necessita de uma prática pedagógica mais extensiva do que vemos hoje, pois, somente com a vivência nas escolas, é que certos aspectos da prática pedagógica podem ser verificados e discutidos com propriedade, como por exemplo, a heterogeneidade presente nas salas de aula.

Cavalcanti (2014), ao discutir sobre a formação inicial de professores de geografia, destaca que a partir dos anos 2000, as políticas públicas referentes a formação dos professores implementadas por uma série de normativas, orientam a estruturação e/ou reestruturação dos cursos de licenciatura, com vistas a romper com a organização '3 + 1'.

A autora coloca que os cursos de licenciatura de geografia, podem adotar como saída, a oferta do “[...] estágio a partir do 2º. ano do curso, com a intenção de garantir um dos princípios preconizados que é o de articulação teoria e prática” [...] (CAVALCANTI, 2014, p. 5). Da mesma forma, além das disciplinas com conteúdos do campo da geografia (área de tecnologias, de humana e física), o curso pode contemplar na grade curricular, disciplinas pedagógicas diversificadas desde o início 2º ano da graduação.

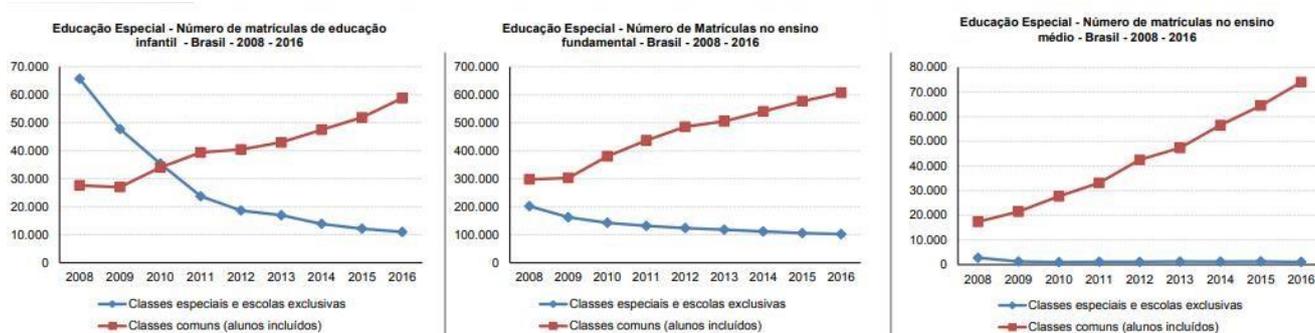
Para a referida autora, o/a estudante, ao cursar disciplinas do campo específico da geografia e as pedagógicas assim como aquelas do campo do estágio, poderá realizar a “[...] integração de conhecimentos, problematiza melhor e de modo fundamentado as práticas observadas e vivenciadas, provoca debates sobre a profissão, enfim, realiza sínteses teórico-práticas que vão compondo seus saberes profissionais”. (CAVALCANTI, 2014, p. 6)

Com as reformas que o ensino vem passando nos últimos anos e com a educação inclusiva tendo mais espaço, é mais comum ter estudantes com necessidades especiais nas salas de aulas de ensino regular do que há dez ou quinze anos atrás. Conseqüentemente, faz-se necessária uma formação de futuros professores envolvendo diferentes saberes pedagógicos, os quais possibilitem, concomitantemente, aproximações teórico-práticas,

educação inclusiva e reflexões sobre a realidade vivenciada nas escolas, além da sensibilização para a questão.

A esse respeito Hummel e Silva (2017, p. 243), asseveram que é fundamental ao futuro professor “[...] preparar-se para atuar numa sociedade em que muito se discute sobre a Educação Inclusiva é buscar constantemente uma formação adequada”. Além disto, as instituições de ensino contam com um número significativo de matrículas de estudantes com necessidades especiais no ensino básico. Ou seja, além da discussão sobre educação inclusiva, a mesma vem ocorrendo de forma gradativa no ensino regular (Figura 1).

Figura 1. Matrículas na Educação Especial 2008-2016-MEC



Fonte: Censo Escolar 2016 - MEC/INEP

A figura 1 apresenta dados referentes a matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, nos diferentes níveis de ensino, (Infantil, Fundamental e Médio), no Brasil, de 2008 a 2016.

Os dados apresentados demonstram que em todos os níveis, a matrícula em classe especial apresenta características do período da integração na qual o aluno está inserido no ambiente escolar, porém, em um ambiente à parte, de modo que este não está incluso em classe regular.

Na educação infantil, em 2008, o número de matrícula nas classes especiais girava em torno de 70 mil, enquanto matriculados em classe regular eram quase 30 mil. Essa diferença só se equipara no ano de 2010, com o mesmo número de matrículas tanto em classe regular, quanto na especial, contudo, nos anos posteriores, as matrículas no ensino regular cresceram exponencialmente, ao passo que as mesmas para as classes especiais passaram de

70 mil, em 2008, para 10 mil, em 2016.

No ensino fundamental, com mostra o gráfico 1, o número de matrículas em classe regular sempre foi maior do que em classes especiais, no entanto, essa diferença era relativamente pequena. Já em 2008, nas classes especiais, havia cerca de 200 mil matriculados e no ensino regular, cerca de 300 mil. Durante o período de oito anos, a matrícula nas classes especiais diminuiu, enquanto no ensino regular aumentou e, em 2016, essa diferença foi de 500 mil matrículas. Os dados de matrículas no ensino médio demonstram que as mesmas, em classes especiais, sempre foram baixas, quase nulas, enquanto os inclusos foi crescendo ano após ano, chegando a mais de 70 mil matriculados, em 2016.

É inegável que dominar o conteúdo que se dispõem a ensinar seja fundamental para o professor, assim como o conhecimento pedagógico, tendo em vista que um não anula o outro. Pelo contrário, ambos são aliados, porque fornecem ao professor uma bagagem conceitual e pedagógica que capacitam este último, para que ele possa lecionar em um ambiente cada vez mais heterogêneo, como mostram os dados do Censo Escolar, de 2016, e a própria vivência nas escolas.

Mesmo o aumento da matrícula sendo uma conquista, ela por si só não contempla a inclusão, que demanda outros fatores como: estrutura física, pedagógica e um suporte ao professor, o qual traz consigo uma formação inicial fragilizada quanto à inclusão. Sem toda essa a estrutura que a inclusão necessita, matrículas se resumem apenas a números, algo distante da inclusão real, como destaca Jesus (2012, p.39):

Com efeito, a inclusão não significa simplesmente oferta de matrículas, garantia de vagas, adaptação arquitetônica, inserir o aluno com deficiência nas classes comuns. Mas, sobretudo, precisa ser oferecido à escola e ao professor o suporte necessário à sua ação pedagógica.

A falta de uma formação inicial que aborde a inclusão, aliada à falta de infraestrutura de apoio nas escolas, gera consequências negativas tanto ao professor, quanto ao aluno, estando esse último fadado à exclusão, mesmo estando presente na sala de aula. A formação inicial dos futuros professores deve contemplar ações pedagógicas voltadas para a educação inclusiva, fazendo com que licenciando desenvolva aspectos como o de perceber, valorizar, flexibilizar, avaliar e atuar em equipe, a fim de promover e valorizar a educação inclusiva, conforme previsto no Plano Nacional para Educação Inclusiva, artigo 18 (BRASIL, 2001, p. 4):

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- I - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- II- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- III - Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Embora haja, em termos legais, todo um aparato de leis voltadas para a educação inclusiva, não é difícil encontrar lugares onde a legislação não é cumprida, ora por falta de recursos, ora de profissionais da área. Um exemplo dessas disparidades está no fato de que nem todos os alunos, mesmo tendo o direito ao professor auxiliar, contam com um professor que os auxilia em suas atividades diárias.

Desta maneira, o professor regular acaba sobrecarregado, algo que o impede de ter tempo para realizar um trabalho diferenciado. A presença desse professor auxiliar está disposto na lei 13.146 art 3º, a qual estabeleceu o papel do profissional de apoio da seguinte maneira:

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, s/p).

Com a lei de inclusão, as classes estão cada vez mais heterogêneas, com alunos apresentando as mais diversas necessidades de intervenção em termos de ensino e aprendizagem. O professor faz parte de uma engrenagem que conta com o corpo escolar, família e sociedade, para que esse aluno possa se sentir incluso e ter todas suas necessidades educacionais atendidas. Porém, quando a formação inicial desse professor é negligenciada, toda essa engrenagem fica comprometida, sendo o aluno o maior prejudicado.

As universidades não podem ficar alheias ao que acontece na sociedade, restringindo a mesma a seu campo de estudo. É imperativo que haja sempre uma troca, a qual, certamente, será benéfica para ambos.

Logo, em relação ao ensino inclusivo nas universidades, qual é o perfil de formação do estudante do curso de licenciatura? A educação inclusiva se faz presente na grade curricular, conforme preconizado pela legislação vigente?

Os componentes curriculares com vista na formação inclusiva nos cursos de Geografia licenciatura no Paraná

A inclusão não se limita à educação especial, uma vez que incluir parte do princípio de que vivemos em uma sociedade multicultural, diversa e desigual. Sendo a escola o reflexo da sociedade, e “[...] a profissão docente uma forma de intervir na realidade social [...]” (PIMENTA E ANASTASIOU, 2008, p. 178), a mesma deve contempla-la em sua totalidade, estando bem distante da ideia de homogeneização.

Assim, nesse processo, cabe ao professor um papel de destaque, como evidencia a Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. É neste dispositivo legal que se encontra amparada a educação inclusiva, a qual apresenta também como obrigatória nas grades curriculares a Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS (BRASIL, 2015).

A educação inclusiva, ainda que muito longe do ideal, avançou consideravelmente nos últimos anos, com mais espaços de discussões e estudo. No âmbito curricular, é possível verificar avanços em cursos de licenciatura, ao trazerem dentre os componentes curriculares, temas que tratem ou perpassam pela educação inclusiva, em particular, da educação especial na perspectiva inclusiva.

No tocante a formação inicial de professores, especificamente nos cursos de Geografia paranaense, verificou-se que até 2018, foi ofertado em 14 universidades públicas; destas, 12 estaduais e duas federais, sendo apenas um curso em modalidade Educação à Distância/EaD, caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa (tabela 02).

Tabela 2. Componentes curriculares voltados para educação inclusiva ofertadas nas Universidades Estaduais do Paraná

| Universidade | Campus | Disciplina Obrigatória/Ana | Disciplina optativa | Carga horária | Ano implantação do Curso | Ano de implantação da Grade |
|---|-------------------------|--|--|---------------|--------------------------|-----------------------------|
| Universidade Est. de Londrina (UEL) | Londrina | LIBRAS 4º ano | | 30 h. | 1958 | 2010 |
| Universidade Est. de Maringá (UEM) | Maringá | | | | 1966 | 2016 |
| Universidade Est. de Ponta Grossa (UEPG) | Ponta Grossa | - LIBRAS 1º ano | | 51 h. | 1949 | 2015 |
| | | -Educação Inclusiva 1º ano | | 34 h. | | |
| Universidade Est. de Ponta Grossa (UEPG)/EaD | Ponta Grossa | - LIBRAS 1º ano | | 51 h. | 2008 | 2013 |
| Universidade Est. do Centro-Oeste UNICENTRO | Guarapuava | -LIBRAS 1º ano | | 68 h. | 1997 | 2014 |
| Universidade Est. do Centro-Oeste UNICENTRO | Irati | -LIBRAS 1º ano | Geografia Ensino Multiculturalis-Mo ^e | 68 h. | 2011 | 2011 |
| Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) | Cornélio Procopio | -LIBRAS 4º ano | | 60 h. | 1997 | 2018/2019 |
| | | - Relações Étnico Raciais e a Educação 1º ano | | 72 h. | | |
| Universidade Est. do Oeste do Paraná (UNIOESTE) | Francisco Beltrão | -LIBRAS 3º ano | | 68 h. | 1985 | 2016 |
| | | -Educação especial e inclusiva 4º ano | | 68 h. | | |
| Universidade Est. do oeste do Paraná (UNIOESTE) | Marechal Cândido Rondon | LIBRAS 4º ano | | 68 h. | 1997 | 2016 |
| Universidade Est. do Paraná (UNESPAR) | Campo Mourão | LIBRAS 4º ano | | 72 h. | 1966 | 2016 |
| Universidade Est. do Paraná (UNESPAR) | Paranavaí | LIBRAS 3º ano | | 68 h. | 1966 | 2016 |
| Universidade Est. do Paraná (UNESPAR) | União da Vitória | LIBRAS 2º ano | | 72 h. | 1997 | 2018 |

Fonte: UEL, 2019; UEM, 2019; UEPG, 2015; UEPG/EaD, 2013; UNICENTRO, 2014; UNICENTRO, 2011; UENP, 2018; UNIOESTE, 2016; UNIOESTE, 2016b; UNESPAR, 2016; UNESPAR, 2016b; UNESPAR, 2018. Org. As autoras, 2019.

Nas instituições de ensino superior no estado do Paraná, tendo por base as grades dos cursos de Geografia em vigência até 2018, verificou-se que em treze (exceto a UEM em Maringá) há a oferta de LIBRAS, obrigatória por lei. A carga horária da disciplina tem

variações, sendo que na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), em dois de seus três campi - Campo Mourão e União da Vitória – a referida disciplina foi disponibilizada com 72 horas-aula, e na Universidade Estadual de Londrina (UEL), com apenas 30 horas-aula.

É evidente a necessidade que a Língua Brasileira de Sinais tem no currículo do futuro licenciado, no entanto, ela é uma língua, e como tal, há diversos símbolos e formas que devem ser apreendidos, além de trazer ao debate os aspectos da inclusão, tendo em vista que, na maioria dos cursos, LIBRAS é o único contato do discente com a educação inclusiva, logo, uma carga horária maior se faz necessária.

Já as disciplinas sobre educação inclusiva, como é possível observar na (tabela 02), são privilegiadas em duas Universidades nos currículos em vigência até o ano de 2018. Ressalta-se que, diferentemente de LIBRAS, a disponibilidade da educação inclusiva como disciplina não é obrigatória, porém sua abordagem sim, portanto cabe à universidade implementar formas de promover essa abordagem.

Conforme a tabela 02, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o curso de geografia licenciatura era ofertado até 2018 em dois campi, nas cidades de Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon. Em Francisco Beltrão, o curso é ofertado desde 1985 e o último PPC (Projeto Pedagógico do Curso) foi aprovado no ano de 2016, quando as leis de inclusão já estavam em vigor.

A grade curricular contava com duas disciplinas: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), com carga horária de 68 horas e Educação Especial e Inclusiva, também com 68 horas. A discussão sobre a educação especial e inclusiva ficava a cargo dessas disciplinas, tendo em vista que nas ementas das demais disciplinas não verificou-se tópicos relacionados à Educação Inclusiva e Especial (UNIOESTE, 2016).

O que difere a apresentação destes conteúdos do Campus de Marechal Cândido Rondon, no qual no último Projeto Pedagógico do Curso implantado no ano 2016, não verificou-se a disponibilidade da disciplina Educação Inclusiva e Especial, tendo apenas LIBRAS (tabela 2) na grade curricular. Porém, é possível encontrar referências à educação inclusiva e especial nas ementas de duas disciplinas: Psicologia da Educação, que destacou o item “As relações entre homem que ensina e o homem que aprende: as dificuldades de aprendizagem. Educação especial” (UNIOESTE, 2016b), e em Políticas Educacionais, que contemplou “A construção da cidadania e políticas de inclusão” (UNIOESTE, 2016b).

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), possuía, até 2018, dois cursos de Geografia licenciatura, sendo um presencial e outro na modalidade EAD (Ensino à Distância). O curso presencial, implantado no ano de 1997 e com PPC aprovado em 2015, apresentou em sua grade curricular duas disciplinas que abordavam a inclusão: LIBRAS, com 51 horas-aula, e Educação inclusiva, com 34 horas - aula. Ainda que estas disciplinas apresentem um período menor de horas-aula, esse espaço já possibilita discussões e incentivo à pesquisa na área.

O curso licenciatura em Geografia na modalidade EAD, na UEPG, implantado no ano de 2008 e com PPC do curso em vigor desde o ano de 2013, apresentou em sua grade curricular apenas a disciplina de LIBRAS, com 51 horas-aula. No entanto, no referido curso, dentre as demais disciplinas, duas apresentavam elementos na ementa que permitem a abordagem inclusiva. Na ementa da disciplina Psicologia da Educação, verificou-se o tópico “Educação inclusiva” e na disciplina Cidadania e Sociedade, o item “Princípios e características da educação inclusiva” (UEPG/EaD, 2013).

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), cujo curso de Geografia foi criado em 1958, tem ofertado o curso na modalidade licenciatura em dois períodos: matutino e noturno. O PPC do curso em vigor atualmente foi aprovado em 2018 e entrou em vigor em 2019, mas para fins desta pesquisa, analisou-se o PPC aprovado em 2010 e que estava vigorando até o ano de 2018, recorte temporal de interesse.

Na grade curricular de 2010 do curso de Geografia da UEL, consta apenas a disciplina de LIBRAS, com 30 horas-aula. E nas demais disciplinas relacionadas ao campo pedagógico, não constavam tópicos sobre educação inclusiva nas ementas. Essa grade de 2010, em comparativo com a nova, em vigor desde início de 2019, no curso de Geografia da UEL, apresentou diversas alterações quanto a disciplinas que abordam o tema da inclusão, por contemplar as seguintes disciplinas: Educação Geográfica para a Inclusão de Alunos com NEE (Necessidade Educativas Especiais), com 90 horas-aula; Ensino de Geografia da Diversidade, com 60 horas-aula e LIBRAS, com 30 horas-aula.

A Universidade Estadual de Maringá, com sede em Maringá, tem ofertado o curso de Geografia licenciatura nos períodos matutino e noturno. Em relação à grade curricular do referido curso, chama a atenção o fato do Projeto Pedagógico do Curso (aprovado em 2016, após a aprovação da lei brasileira de inclusão, n 13.146 de 2015), ainda não conter uma

disciplina envolvendo educação inclusiva ou que mencione a temática da inclusão nas ementas das demais disciplinas pedagógicas.

O decreto nº 5.626/2005 estabelece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura em todo Brasil, como deixa claro o Art. 3º “[...] A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior [...]” (BRASIL, 2005, s/p).

Contudo, mesmo com essa lei, a grade do curso da Universidade Estadual de Maringá não apresentou LIBRAS, nem como disciplina obrigatória, nem como optativa (tabela 2). Nas ementas das disciplinas voltadas para o ensino, como Psicologia de educação e Metodologias do ensino, não foram verificados tópicos que abordassem a inclusão.

Na Universidade Estadual do Centro-Oeste, o curso de Geografia licenciatura era ofertado no período noturno até o ano de 2018, nos campi localizados nas cidades de Guarapuava e Irati. Em ambos os campi, o PPC entrou em vigência em 2011, sendo que no campus de Irati houve, em 2014, alterações, porém não se verificou nenhum acréscimo de disciplina voltada à educação especial na perspectiva inclusiva (tabela 02). A disciplina de LIBRAS era ofertada nos dois polos, ambas com 68 horas-aula.

Na ementa do campus de Irati consta a disciplina “Geografia, Ensino e Multiculturalismo”, como optativa. A mesma aborda temas como a diversidade étnico-cultural e suas implicações na organização escolar. Dentre os tópicos da ementa desse componente curricular, tem-se “[...] A análise dos rituais de ensino que fundamentam a exclusão dos alunos não brancos do sistema de ensino. [...]” (UNICENTRO, 2011).

Ressalta-se que, embora referida disciplina não contemple na ementa algo referente a educação especial na perspectiva inclusiva, acredita-se que o docente ao discutir sobre exclusão de grupos de estudantes não brancos no ensino básico e superior, pode levar os estudantes a refletirem sobre a exclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Essa disciplina é importante, pois possibilita discutir como o sistema, por vezes, promove a exclusão. Um possível lado negativo seria o fato da mesma não ser uma disciplina obrigatória e ser ofertada apenas em um campus.

Como consta na tabela 2, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) oferta o

curso de Geografia nas cidades de Campo Mourão, Paranavaí e União da Vitória.

Na matriz curricular do curso de Geografia licenciatura de Campo Mourão, como disciplina de inclusão, é ofertada LIBRAS, com 72 horas-aula. Dentre as demais disciplinas do curso, consta na ementa de “Política Educacional” um tópico sobre inclusão da pessoa com necessidades especiais.

Na sede da universidade em Paranavaí, o curso de Geografia licenciatura ofertava a disciplina LIBRAS, com 68 horas-aula. No PPC, dentre as demais disciplinas, a de Estágio obrigatório previa a realização do mesmo na educação especial, como deliberado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 02/2009. Mas não há uma disciplina de educação inclusiva que prepare esse estudante de licenciatura para realizar horas de estágio em estabelecimentos de ensino que ofertem a educação especial.

No campus de União da Vitória, o curso de Geografia licenciatura era ofertado no período noturno e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) do curso em vigor foi elaborado no ano de 2018. No texto introdutório do PPC, no tópico sobre atividades pedagógicas, no trecho que destaca as aptidões que os acadêmicos deveriam desenvolver, encontra-se destacado que, após a formação, o mesmo deve estar apto a “[...] auxiliar no acompanhamento de alunos com necessidades especiais, oficinas temáticas.[...]” (UNESPAR, 2018).

Para que os professores se apropriem de conhecimentos e ferramentas para auxiliar os alunos com necessidades especiais, a formação inicial é extremamente importante. Mas, na grade curricular do referido curso há uma única disciplina que aborda a inclusão, no caso, a de Libras, com 68 horas-aula. A Universidade Estadual do Norte do Paraná, a última universidade estadual a ser analisada (tabela 2), tem sua sede na cidade de Jacarezinho e o curso de Geografia licenciatura é ofertado no campus de Cornélio Procópio.

O curso foi ofertado pela primeira vez em 1966 e desativado em 1981, sendo reativado em 1997. No site da Universidade consta o PPC do curso elaborado em 2018, que entrou em vigor em 2019. A única disciplina voltada para educação especial foi LIBRAS, com 60 horas-aula. Mesmo tendo sido elaborado após a instituição da lei de inclusão em 2015 (BRASIL, 2015), a exceção de LIBRAS, não constam no PCC de Geografia da UENP disciplinas específicas de educação especial inclusiva ou outras disciplinas que abordem tal tema nas ementas. Ressalta-se que a inclusão para formação do futuros professores, na forma

de conteúdo, já foi sinalizada pela Declaração de Salamanca, de 1994.

De acordo com a referida declaração “[...] As habilidades requeridas para responder às necessidades educacionais especiais deveriam ser levadas em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores.[...]” (SALAMANCA, 1994, p 11), ou seja, foi apontada a importância do desenvolvimento de habilidades acerca da educação especial no decorrer da formação inicial dos professores.

Em termos de educação inclusiva, consta na grade curricular a disciplina ‘Relações Étnico Raciais e a Educação’ de 72 horas/aulas. Embora não contemple a educação especial inclusiva na ementa, no decorrer das aulas o docente pode, caso tenha formação em educação especial ou inclusiva, abrir espaço para essa discussão. Nos próximos parágrafos, apresentam-se as duas Universidades Federais que ofertam o curso de geografia licenciatura (tabela 3).

Inicia-se a análise pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), cuja sede fica localizada na cidade de Foz do Iguaçu, região de fronteira, que faz divisa com outros dois países, Paraguai e Argentina.

Tabela 3. Disciplinas inclusivas nas Universidades Federais do Paraná

| Universidade | Campus | Disciplina Obrigatória/a no | Disciplina optativa | Carga horária | Ano implantação do Curso | Ano de implantação da Grade |
|---|---------------|-----------------------------|--|---------------|--------------------------|-----------------------------|
| Universidade Federal da Integração Latino-Americana | Foz do Iguaçu | LIBRAS | Educação Inclusiva | 68h | 2015 | 2015 |
| Universidade Federal do Paraná | Curitiba | LIBRAS | -Educação Especial na Área Não Escolar | 60 h. | 1938 | 2010 |
| | | | -LIBRAS Fundamentos da Educação Especial I | 30 h. | | |
| | | | -Problemas de Aprendizagem Escolar I | 30 h. | | |
| Universidade Federal do Paraná | Setor litoral | LIBRAS | | 60 h. | 2017 | 2017 |

Fonte: UFPR, 2010 e 2017; UNILA, 2015. Org. As autoras, 2019.

Dentre as universidades federais e estaduais analisadas, a UNILA é a que tem a história mais recente, com atividades iniciadas em 2010, com uma proposta diferente, integrando países latinoamericanos, com 50% das vagas reservadas aos estudantes destes países. Isso

proporciona aos estudantes a convivência com diferentes culturas e línguas que, na prática, auxiliam o futuro professor a respeitar e trabalhar em sala de aula a diversidade sociocultural.

O curso de Geografia licenciatura passou a ser ofertado no ano de 2015, com um PPC que entrou em vigor no mesmo ano. A matriz curricular contemplava como disciplina obrigatória, na temática da inclusão, LIBRAS, a qual estava dividida em duas disciplinas de 34 horas-aula cada, sendo nominadas de LIBRAS I e II. Há também a disponibilidade da disciplina de Educação Inclusiva como optativa pedagógica, ofertada pelo núcleo de educação, semestralmente, em todos os anos letivos e também pelo curso de Geografia, mas de forma pontual, não ocorrendo em todos os anos letivos.

Chama-se a atenção para a disponibilidade da disciplina de educação inclusiva como optativa para o curso de licenciatura em Geografia da UNILA, tendo em vista que a mesma consta na grade dos outros cursos de licenciatura como Filosofia (17 hora-aula), Letras (68 horas-aula), Matemática (68 horas-aula) e Química, com 68 (horas-aula), como obrigatória.

A Universidade Federal do Paraná, concentra, ao mesmo tempo, o curso mais antigo de Geografia do Paraná, com implantação do mesmo em 1938 (Curitiba), e o mais novo, de 2017 (Setor Litoral). O setor litoral foi implantado afim de atender a demanda das cidades litorâneas de Guaqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. O PPC do curso, em sua introdução, já destaca como focos do curso justiça social e bem viver.

Na grade curricular do curso de Geografia da UFPR, no campus de Curitiba, consta a disciplina de LIBRAS como obrigatória, com 60 horas-aula, além dela ser optativa também, com mais 30 horas-aula. No rol de disciplinas optativas voltadas para a educação inclusiva, estão as disciplinas de Fundamentos da Educação Especial I e Problemas de Aprendizagem Escolar I, bem como a disponibilidade Educação Especial na Área não-escolar, todas com 30 horas-aula.

As disciplinas, apesar de extremamente importantes, são ofertadas como optativas, o que pode levar o acadêmico a cursá-las ou não. A única disciplina obrigatória é LIBRAS. É válido lembrar que a grade curricular UFPR sofreu alteração em 2018, com a nova grade entrando em vigor em 2019.

Nesse novo PPC do curso, essas disciplinas não constam mais como optativas, porém, como obrigatória, apenas a LIBRAS continua como obrigatória no PPC de 2018 do

curso, cujo objetivo é alcançar uma formação de professores mais humanística com olhar mais crítico. Para tanto, foram incorporados temas transversais que permeiam os direitos humanos e educação ambiental:

Em virtude da necessidade de uma formação de professores mais humanística e de valores sociais críticos que permitam um diálogo intenso e qualificado com seus futuros alunos no ensino médio e fundamental, a nova matriz curricular incorpora de forma decidida e explícita os temas transversais referentes a Educação Ambiental e Direitos Humanos que terão disciplina específica. No primeiro caso será no 7º período com o mesmo nome, e no segundo caso será no 8º período com o nome de Educação em Direitos Humanos. O tema História e Cultura AfroBrasileira e Indígena, será trabalhado nas disciplinas Diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade. (UFPR - PPC, 2018)

Apesar de abordar aspectos da educação inclusiva, a educação especial não é devidamente trabalhada, o que chama atenção, pois ao acessar o site do curso de geografia de UFPR, é possível verificar que no tópico sobre mercado de trabalho, ou seja, em quais áreas o licenciado de geografia pode atuar, está a educação especial, porém, para que isso ocorra, o mesmo deveria ter uma formação na área, com disciplinas obrigatórias, o que não há nem no novo, nem no antigo PPC.

A UFPR, desde 2017, possui no setor litoral, que atende as cidades litorâneas de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, o curso de licenciatura em Geografia, ofertando, como disciplina obrigatória a na área de inclusão, a disciplina de “Introdução a LIBRAS”, com 60 horas/aula.

A Universidade, em seu PPC, aborda o tema inclusão destacando a existência do Laboratório do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – (LabNapne), formado por discentes, docentes e técnicos administrativos que colaboram nas diversas áreas do conhecimento para inclusão do acadêmico com necessidades especiais, como também na melhoria da infraestrutura, adequando-a para cada necessidade.

O que chama atenção dentre as atividades desenvolvidas pelo laboratório é o fato de ocorrer a “[...] observação, divulgação e problematização da política pública de inclusão escolar advinda do Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP e da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. [...]” (PPC, 2017).

Não fica claro no PPC do curso como o laboratório vai trabalhar a inclusão com os acadêmicos de licenciatura em Geografia, pois não constam disciplinas com esta temática na grade curricular do curso, bem como não há nenhuma referência, no PPC, de um cronograma

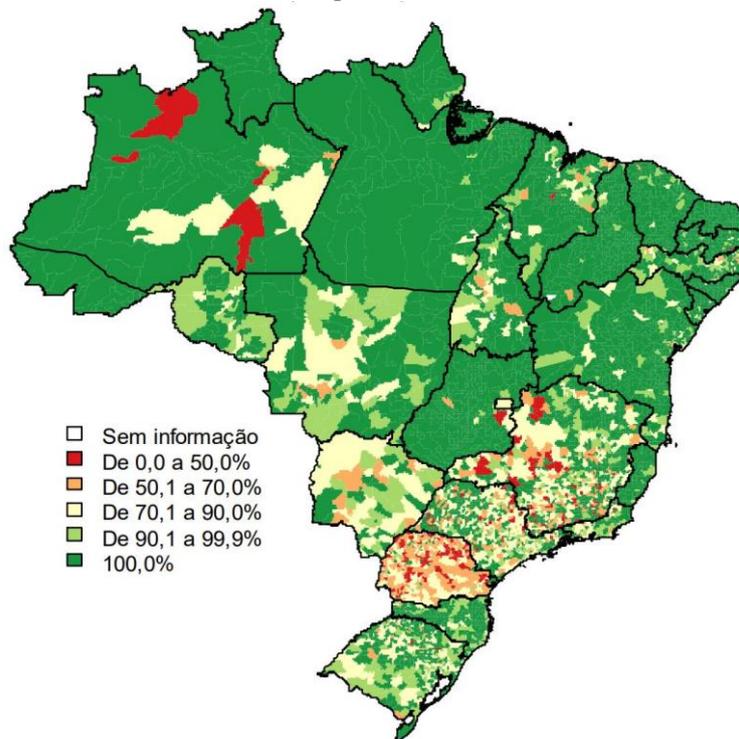
de eventos para trabalhar o tema.

A UFPR setor litoral possui o curso de Geografia mais recente, sem nenhuma turma formada ainda, mas foi possível observar que houve uma adequação das disciplinas quanto ao Decreto nº 5.626/2005, que estabelece LIBRAS como disciplina obrigatória. Porém, em relação às matérias de inclusão, poucas são as que ofertam o conteúdo de forma obrigatória, de forma que, quanto há mesção aos mesmos, estes são optativos.

Essa formação inicial é parte de um conjunto maior de ações que compõe o processo de inclusão, do qual faz parte também a sociedade, o poder público e escola básica. A ocorrência de lacunas na formação inicial pode comprometer a realização da inclusão em sua totalidade, ao passo que professores sem formação adequada poderão encontrar dificuldades ao atuarem em salas de aulas, as quais, a cada ano, comportam números crescentes de estudantes com necessidades especiais ou outras demandas inclusivas.

A figura 2 destaca o percentual de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades de 4 à 17 anos, matriculados em classe regular, por estado brasileiro.

Figura 2: Representação do percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades de 4 a 17 anos que estão incluídos em classes comuns, por município em 2016.



Fonte: MEC/ INEP - Censo Escolar (2016, p. 11). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf

Verifica-se na figura 2 que, no Estado do Paraná, foco do estudo da pesquisa em questão, a defasagem na inclusão dos alunos com deficiência, em comparação com outros Estados, é significativa, ficando entre 0 a, no máximo, 70%. Esse baixo percentual de alunos inclusos no Paraná tem suas raízes em políticas públicas deficitárias, que perpassam, entre outros aspectos, pela formação inicial e continuada dos professores.

Uma universidade inclusiva forma profissionais inclusivos ao viabilizar uma formação que ofereça elementos os quais servirão como “[...] suporte necessário a sua ação pedagógica” (JESUS, 2012, p. 39) no seu início de carreira. E esse ciclo depende de fatores que o sustentem, como políticas públicas em todos os níveis de poder, assim como a participação da sociedade com toda sua força de transformação.

Deixar a inclusão apenas sobre os ombros do Professor sobrecarrega o profissional, o qual, desde seu início acadêmico, não recebeu uma formação ideal para realizar um trabalho

pedagógico inclusivo de qualidade.

Considerações Finais

Neste trabalho foram analisadas as grades curriculares, ementas e matrizes curriculares adotadas até o ano de 2018 pelos cursos de licenciatura em geografia nas universidades públicas do Paraná. Pode-se afirmar que, a exceção da disciplina de LIBRAS, a grande maioria das IES não apresentou, até o referido ano, disciplinas voltadas para a educação especial na perspectiva inclusiva. Dentre as 14 universidades pesquisadas, com exceção da Universidade Estadual de Maringá (UEM), verificou-se que há a disponibilidade da disciplina de Língua Brasileira de Sinais na grade curricular do cursos de geografia em IES públicas do Paraná, com variação na carga horária entre 34 a 72 hora-aula.

Em se tratando da disciplina de educação especial na abordagem inclusiva, dentre as estaduais, somente a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campos Francisco Beltrão, e a Universidade Estadual Ponta Grossa (UEPG), têm em sua grade disciplinas de educação inclusivas e especiais como obrigatórias no currículo. Nas federais, tanto a Universidade Federal de Curitiba campus de Curitiba como a Universidade Federal da Integração Latino Americana em Foz do Iguaçu apresentaram disciplinas envolvendo ora educação especial ora educação inclusiva.

Após a Declaração de Salamanca, a fim de se enquadrar nos padrões exigidos pelos poderes internacionais, o Brasil se proveu de um arcabouço de leis e decretos, cujo objetivo foi promover a inclusão escolar e social da pessoa com deficiência. Todavia, no decorrer da elaboração do trabalho, podemos verificar que há uma distância entre o que a Lei preconiza e a sua aplicação, frente ao enorme déficit na formação inicial dos discentes no tocante à educação especial e inclusiva.

Para corrigir essas lacunas, é necessário rever a educação inclusiva enquanto disciplina nas universidades, passando de simples sugestão para adoção de práticas pedagógicas de fato inclusivas na formação de professores, de modo que seja obrigatória a implantação de disciplinas nas diferentes etapas da graduação.

Da mesma forma, deve-se rever o estágio obrigatório, no qual o acadêmico precisa ter o contato com alunos de inclusão, para que o futuro professor possa elaborar aulas, materiais didáticos e instrumentos avaliativos, ainda na graduação, e refletir sobre a eficácia dos

mesmos.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. 2002a. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em 24 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. 2008. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em 02 de junho de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=%C3%89%20assegurado%20%C3%A0%20pessoa%20com,3%C2%BA%20desta%20Lei. Acessado em 02 de junho de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.

CALLAI, H. C. A formação do professor de geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre n. 20 p.3-192, dezembro/1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032/24535>. Acessado em abril de 2020.

CAVALCANTI, L. de S. O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia: breves considerações sobre práticas curriculares. **Rev. Bras. Educ. Geog.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 01-18, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUMMEL, E. I; SILVA, R. D. Educação Inclusiva: Complexidades na Formação Docente. **REVELLI** v.9 n.2. junho/2017. p. 240-254.

JESUS, M, D. **O que nos impulsiona o pensar a pesquisa-ação colaborativo- crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas?**. Educação especial diálogos e pluralidades. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LOPES, S. A. Considerações sobre a terminologia Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**. v. 27, n. 50, p. 737-750, set./dez. 2014 Santa Maria/RS.

PIMENTA, S. G. ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PONTUSCHHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível <http://www.feevale.br/>.

ROMANOWSKI, J.P. **Práticas formativas de formação de professores: da educação básica à educação superior**. Curitiba: PUCPress, 2016.

SALAMANCA. **Declaração Mundial e Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais. 1994. Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40, p.143-155, jan./abr. 2009.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, pp.61-88. ISSN 1413-2478.

UEL. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual de Londrina. 2010. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2009/resolucao_265_09.pdf

UEM. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual de Maringá. 2015. <http://www.dge.uem.br/graduacao/componentes-curriculares-2015-2016-curso-de-geografia>

UENP. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Cornélio Procópio. 2018. https://uenp.edu.br/images/campus/storage-ccp/graduacao/geografia/ppc_-_geografia_-_2019.pdf

UEPG. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2015. <https://www.uepg.br/catalogo/cursos/2015/licenciaturageografia.pdf>

UEPG. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Ponta Grossa. Educação à Distância. 2013.

<https://www.uepg.br/cepe/atosoficiais/2012/060.pdf>

UFPR. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2010. <http://www.geografia.ufpr.br/portal/graduacao-2/curriculo-novo-projeto-pedagogico-dos-cursos-de-geografia-licenciatura-e-bacharelado-2019/>

UFPR. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. 2017. <http://www.litoral.ufpr.br/portal/>

UNESPAR. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Paraná. Paranavaí. 2016.

<http://paranavai.unespar.edu.br/graduacao/graduacao/geografia-1>

UNESPAR. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão. 2016.

<http://prograd.unespar.edu.br/sobre/cursos/campo-mourao/geografia-licenciatura.pdf>

UNESPAR. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Paraná. União da Vitória. 2018. http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/pauta_online/2018-4a-sessao-06-11-paranavai/paranavai-ppc-geografia.pdf

UNICENTRO. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava. 2014.

<https://www3.unicentro.br/proen/cursos/matrizes-curriculares/#1536185524210-8dfb07fb-a2d7>

UNICENTRO. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati. 2011. <https://www3.unicentro.br/cursos/geografia-irati/>

UNILA. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2015. <https://portal.unila.edu.br/graduacao/geografia-licenciatura/ppc>

UNIOESTE. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. 2016.

<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/prograd-outros/cursos-campus-todos/campusbeltrao?campi=0&curso=FB0033>

UNIOESTE. **Projeto Pedagógicos do Curso de Geografia Licenciatura** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2016b.

<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/prograd-outros/cursos-campus-todos/mrcrcampus?campi=0&curso=MCR0011>

A ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA É A SOLUÇÃO PARA A CRISE ALIMENTAR? AS NARRATIVAS DE AGENTES ESTRANGEIROS PARA JUSTIFICAR A APROPRIAÇÃO DE TERRAS NO EXTERIOR

Lorena Izá PEREIRA¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Como citar:

PEREIRA, L. I. A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? as narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 63-82, set-dez/2020.

DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8093

Recebido em: 2020-09-06

Devolvido para correções: 2020-10-31

Accito em: 2020-12-02

Em 2007/2008 o mundo vivenciou um aumento nos preços dos alimentos. Ao mesmo tempo, ocorreu a ascensão das crises energética e financeira. Juntos, estes fenômenos atraíram o interesse de diferentes agentes para o mercado de terras e produção agrícola. A segurança alimentar, que é uma questão geopolítica, tornou-se justificativa para a apropriação de terras no exterior por parte de agentes públicos e privados. Contudo, o objetivo da estrangeirização da terra não é garantir o acesso ao alimento a todos, mas sim sustentar a acumulação do capital em tempos de crise. O objetivo deste artigo é discutir como os agentes promotores da estrangeirização da terra utilizam da crise alimentar para justificar a sua expansão em direção ao exterior. Por meio da revisão da literatura ao longo de quase uma década de pesquisas sobre a estrangeirização da terra na América Latina, concluímos que a estrangeirização da terra apenas acentua a crise alimentar porque a sua base é a acumulação de capital e não a resolução do problema da fome.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Regimes alimentares; Estrangeirização da terra; Geopolítica

¹ Doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e Rede DATALUTA. Pesquisadora colaboradora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Pesquisadora do Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Compõe a Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ocupando o cargo de presidenta (2020-2022).
E-mail: lorena.izap@gmail.com
Orcid iD: orcid.org/0000-0002-2352-1760

IS THE LAND FOREIGNIZATION THE SOLUTION FOR THE FOOD CRISIS? NARRATIVES OF FOREIGN AGENTS TO JUSTIFY LAND APPROPRIATION ABROAD

Abstract

In 2007/2008 the world experienced an increase in food prices. At the same time, the energy and financial crises rose. Together, these phenomena attracted the interest of different agents for the land and agricultural production market. Food security, which is a geopolitical question, has become a justification for the appropriation of land abroad by public and private agents. However, the objective of the land foreignization is not to guarantee access to food for all, but to support the accumulation of capital in times of crisis. The purpose of this article is to discuss how the agents promoting the foreignization of the land use the food crisis to justify its expansion abroad. By reviewing the literature over almost a decade of research on land foreignization in Latin America, we conclude that land foreignization only accentuates the food crisis because its base is the accumulation of capital and not the resolution of the problem of hunger.

Keywords: Food security; Food regimes; Land foreignization; Geopolitic

¿LA EXTRANJEIRIZACIÓN DE LA TIERRA ES SOLUCIÓN PARA LA CRISIS ALIMENTARIA? NARRATIVAS DE AGENTES EXTRANJEROS PARA JUSTIFICAR LA APROPIACIÓN DE TIERRAS EN EL EXTERIOR

Resumen

En 2007/2008 el mundo experimentó un aumento en los precios de los alimentos. Al mismo tiempo, las crisis energética y financiera aumentaron. Juntos, estos fenómenos atrajeron el interés de diferentes agentes para el mercado de producción agrícola y de tierras. La seguridad alimentaria, que es un tema geopolítico, se ha convertido en una justificación para la apropiación de tierras en el extranjero por parte de agentes públicos y privados. Sin embargo, el objetivo de la extranjeirización de la tierra no es garantizar el acceso a los alimentos para todos, sino apoyar la acumulación de capital en tiempos de crisis. El propósito de este artículo es discutir cómo los agentes que promueven la extranjeirización de la tierra utilizan la crisis alimentaria para justificar su expansión en el extranjero. Al revisar la literatura durante casi una década de investigación sobre la extranjeirización de la tierra en América Latina, concluimos que la extranjeirización solo acentúa la crisis alimentaria porque su base es la acumulación de capital y no la resolución del problema del hambre.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; Extranjeirización de la tierra; Regímenes alimentarios; Geopolítica

Introdução

“A fome – eis um problema tão velbo quanto a própria vida”.
Josué de Castro (1984)

“Under present political arrangements feeding the world is a pipe-dream”.
Philip McMichael (2007)

“Food is Gold. So Billions Invested in Farming”.
The New York Times (June, 5th, 2008)

Iniciamos a pesquisa sobre a estrangeirização da terra ainda em 2012, momento no qual a corrida mundial por terras, que teve seu *boom* em 2008, já apresentava um ritmo menor de crescimento, segundo os pesquisadores da área (GRAIN, 2014; 2016). Ao mesmo tempo, em 2012, a corrida acadêmica em torno da estrangeirização mostrava uma guinada, sobretudo no exterior (PEREIRA, 2017), configurando-se como um tema da moda (SAUER; BORRAS JR., 2016). Nestes oito anos de investigação procuramos analisar a estrangeirização da terra em sua teoria, os seus agentes (empresas transnacionais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos soberanos, pessoas físicas, entre outros), estratégias de acesso, justificativas e narrativas, impactos e resistências.

A partir dessa construção, entendemos a estrangeirização da terra como o controle de terras nacionais por agentes estrangeiros. Este controle não se refere somente a propriedade legal da terra, por compra ou arrendamento, mas também o controle por meio de práticas ilegais, como grilagem ou propriedades registradas em nomes de laranjas (PEREIRA, 2019a). A mesma se constitui em um processo histórico e que em cada momento se materializa de uma forma, visto que é resultado de dinâmicas globais (gerais), regionais (particulares) e nacionais (singulares) em interação (CHEPTULIN, 1982; PEREIRA, 2019a). Assim, as formações sociais preexistentes, características edafoclimáticas, os marcos regulatórios, o regime político e de propriedade da terra exercem influências sobre como a estrangeirização da terra se manifesta em cada país e localidade em específico.

Dedicamos parte da pesquisa para entender os motivos que levaram ao avanço da estrangeirização da terra a partir da corrida mundial por terras de 2008. Chegamos à conclusão que a expansão geográfica é essencial para o modo de produção capitalista sair das suas crises. Em contextos de crises, o capital precisa de novos territórios e novos mercados para investir o capital sobreacumulado, isto é, necessita de ajustes espaciais e temporais

(HARVEY, 2005b; 2014) para acumulação de capital. Assim, as crises são justamente “fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica” (HARVEY, 2005a, p. 115).

Por ser um processo amplo, a estrangeirização envolve múltiplos agentes que são impulsionados por diferentes situações que, por sua vez, abrangem diversas estratégias de apropriação. Cada agente possui suas motivações e intencionalidades. De fato, agentes vinculados a Estados Nações, como empresas estatais e fundos soberanos, entendem a questão alimentar como geopolítica e investem na aquisição de terras no exterior por motivos de garantia da segurança alimentar, afinal, uma nação exposta a pressões do mercado internacional é vulnerável. Assim, ao falar de alimentação também estamos debatendo uma questão de segurança nacional. Segundo Coca (2019, p. 261): a “incorporação do alimento como ferramenta de poder pelas grandes potências, sejam elas Estados-Nação ou empresas, é um dos componentes da Geopolítica contemporânea”.

Porém, majoritariamente, a justificativa dada pelos agentes “estrangeirizadores” privados, como empresas transnacionais e fundos de investimento, é que a estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar, para “acabar com a fome no mundo”. É necessário considerarmos dois elementos. O primeiro é que a dita crise alimentar de 2008 é tratada por parte hegemônica das análises, especialmente econômicas, como uma questão acerca do aumento dos preços dos alimentos (McMICHAEL, 2012) e não um problema de produção em si. O segundo elemento é que estes agentes partem do princípio malthusiano de que o aumento da população mundial, projetado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (FAO, 2009) em nove bilhões de habitantes para 2050 e a mudança da dieta alimentar de países emergentes como a China (ARRIGHI, 2008; OLIVEIRA, 2018) demandam uma maior produção de alimentos. Neste artigo, partimos do entendimento da crise alimentar além do preço, considerando a produção e o seu modo desigual de distribuição.

A questão alimentar é um tema de interesse de governos e de instituições multilaterais, não apenas da FAO, mas de outras secretarias e cátedras vinculadas a Organização das Nações Unidas, o que acaba institucionalizando a estrangeirização da terra, pautando-a como única solução possível para “acabar com a fome no mundo”. Este artigo surge das inquietações referentes aos argumentos utilizados por diferentes agentes para

justificar a apropriação de terras no exterior, porque, em quase todos os momentos da ascensão da corrida mundial por terras, a crise alimentar decorrente da escassez da produção de alimentos aparece como justificativa central do processo de estrangeirização. Foi assim na década de 1970, como nos relatam Burbach e Flynn (1982) e a história se repete nas duas primeiras décadas do século XXI (PEREIRA, 2019a). Isso é reflexo das crenças dominantes, da verdade única do monopólio do capital.

Os agentes da estrangeirização não pontuam que a fome é uma criação humana (CASTRO, 1959a). Nas palavras de Josué de Castro (1959a, p. 62): “o problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição”. Concomitantemente ao fim da comida barata e a dificuldade de acesso a esta por parte da população, empresas transnacionais aumentaram o seu lucro (GRAIN, 2008). Assim, os agentes privados se apropriam de um cenário de aumento dos preços dos alimentos para especular com estes e garantir a continuidade do processo de acumulação do capital. A fome, que é um problema tão velho, é acentuada em um contexto em que o alimento se torna “ouro”, no sentido de possibilitar a acumulação de capital.

Argumentamos que a estrangeirização da terra apenas acentua a crise alimentar porque a sua base é a acumulação de capital e não a resolução do problema da fome, que se acentua mais no atual regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2013; 2016). O referido regime é caracterizado pelo monopólio das corporações transnacionais sobre a questão alimentar, desde a produção, distribuição e comercialização, representado pela reestruturação da ordem alimentar mundial ao estilo neoliberal da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste sentido, o alimento é tido como ferramenta de controle pelas grandes potências (COCA, 2016). A mercantilização do alimento é a principal causa da fome no globo.

Assim, o objetivo deste artigo é debater como os agentes promotores da estrangeirização da terra utilizam da crise alimentar para justificar a sua expansão em direção ao exterior com o objetivo de garantir a acumulação de capital em tempos de crise de sobreacumulação, buscando identificar as narrativas e os discursos. Para atingir tal objetivo, utilizamos como procedimento metodológico a revisão da literatura referente à estrangeirização da terra, focando naquelas que abordam temas como crise alimentar,

escassez de alimentos e segurança alimentar. Este artigo está fundamentado em oito anos de pesquisa sobre a estrangeirização da terra no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Adiantamos que mesmo que este manuscrito seja resultado de reflexões de pesquisas teóricas e empíricas, o nosso objetivo não é abordar os estudos de caso, mas sim elementos gerais que permitam entender as narrativas em torno da crise alimentar que são utilizadas para justificar a estrangeirização da terra. Os agentes da estrangeirização citados ao longo do texto correspondem a corporações do agronegócio e, em menor escala, a agentes vinculados aos Estados.

Também destacamos que neste artigo não abordaremos os possíveis impactos relacionados à pandemia da COVID-19, causada pelo Coronavírus. Isso é justificado pelo fato de as reflexões apontadas serem desenvolvidas em período anterior a pandemia. Ademais, os acontecimentos ainda são recentes para dimensionarmos os impactos da situação pandêmica na questão da estrangeirização da terra e alimentar. Contudo, julgamos que o problema alimentar será aprofundado e que, possivelmente, o mesmo será apropriado por diferentes agentes para justificar a estrangeirização. Este tema deverá ser abordado nas próximas pesquisas acerca da temática.

O artigo está estruturado em duas seções. Primeiramente discutiremos a relação entre a estrangeirização da terra e a crise de segurança alimentar. Em um segundo momento, evidenciaremos como a estrangeirização não é a solução para a questão alimentar, concluindo que o processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar, porque a sua base é a acumulação de capital que, por sua vez, promove o aumento da desigualdade e não resulta na solução da fome no mundo.

A estrangeirização da terra e as narrativas de escassez

Primeiramente, faremos aqui alguns esclarecimentos conceituais, a começar pela estrangeirização da terra. No século XXI, em meio à convergência de múltiplas crises e mudanças geopolíticas globais, intensificou-se a corrida mundial por terras, frequentemente chamada de *land grabbing* e *land rush* (BORRAS JR.; FRANCO, 2010; WILY, 2012). Na nossa concepção, a crise financeira, que teve seu ápice em 2007/2008, é a principal preocupação dos agentes privados e a partir desta crise, as demais são apropriadas pelo capital para garantir sua acumulação.

Não há uma definição consensual do *land grabbing*. Há autores que pontuam o mesmo como apropriação (trans)nacional de grandes extensões de terras (BORRAS JR.; FRANCO, 2010), há aqueles que destacam que o *land grabbing* necessariamente envolve agentes estrangeiros (SASSEN, 2016), outros que focam apenas nas transações de terras para fins corporativos e do agronegócio (AKRAM-LODHI, 2012). Existem investigadores que apontam a relação entre *land grabbing*, acumulação primitiva e acumulação por despossessão (LEVIEN, 2012; PEREIRA, 2019b), entre demais inúmeras definições e concepções. Aqui entendemos o *land grabbing* como o poder de controlar terras e demais recursos – água, biodiversidade, minérios – e obter benefícios a partir deste domínio, provocando uma mudança no uso do território. A estrangeirização da terra é um elemento do processo de controle do território.

A relação entre *land grabbing* e segurança alimentar constantemente é pautada nas pesquisas (ARAGHI, 2009; GHOSH, 2010; DIXON, 2014). Contudo, os relatórios produzidos por instituições multilaterais merecem destaque, pois legitimam o processo. Em 2012 a FAO publicou o documento “*Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*”, cujo objetivo foi a análise das dinâmicas agrárias de 17 países da América Latina. No relatório em questão, a FAO delimitou o assim chamado *land grabbing* a partir de três critérios: I) transações em grandes escalas (acima de 1.000 hectares); II) participação de Estados estrangeiros, tanto na compra quanto na venda de terras e; III) terras adquiridas devem ser destinadas à produção de alimentos básicos e necessariamente afetar negativamente a segurança alimentar do país receptor de tal investimento.

Compartilhamos com McMichael (2009 e 2012) que a corrida mundial por terras (e consequentemente a estrangeirização da terra) também é uma expressão da reestruturação do regime alimentar. Entendemos o regime alimentar como “estrutura regulamentada de produção e consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1993, p. 30). Assim, um regime alimentar compreende o ordenamento global das relações internacionais de produção, circulação e consumo de alimentos dentro de conjunturas históricas mundiais institucionalizadas específicas (McMICHAEL, 2016).

McMichael (2009) propõe três regimes alimentares distintos: o primeiro entre 1870 e 1930, marcado pelo imperialismo inglês; o segundo entre 1950 e 1970, centrado nos EUA como potência mundial e o terceiro, de 1980 até atualmente com a ascensão do mercado

neoliberal, intitulado de regime alimentar corporativo, que é representado pela reestruturação da ordem alimentar mundial ao estilo neoliberal da OMC, como já destacamos na introdução deste manuscrito. No atual regime alimentar há o incentivo à agroexportação universal, exigindo que os países do Sul global abram suas economias ao comércio internacional de alimentos dominado pelo Norte.

Nesta reestruturação do regime alimentar corporativo, a escassez global de recursos tornou-se uma preocupação central. Frisamos que Josué de Castro, já em 1959, argumentava acerca de duas teorias que, segundo o autor, falseiam a realidade social do problema: I) aquelas que tentam provar que a fome coletiva é um fenômeno natural e irremediável e; II) as que apresentam o controle forçado da natalidade, para retardar o crescimento da população no mundo, como única salvação para a questão.

Atualmente, a principal narrativa de escassez ainda se baseia no argumento malthusiano do aumento da população mundial, o mesmo elencado por Castro (1959a; 1959b). O *cálculo* “um maior número de bocas para alimentar somado com a diminuição de terras destinadas a produção de alimentos” é utilizado como justificativa por diferentes agentes, nem todos preocupados com a segurança alimentar. Como já dito, a questão da fome sem si não é a quantidade de alimentos produzidos, mas o acesso aos mesmos.

As narrativas de escassez são acompanhadas de outras narrativas, tais como os I) limites da natureza em suportar as taxas de crescimento populacional e da exploração de recursos; II) a abundância e consequente “subutilização” de recursos (incluindo a terra) em certos continentes e regiões do globo e; III) a solução é o investimento em tecnologias de manejo de recursos. Todos estes discursos são utilizados nos relatórios do Banco Mundial, como no “*Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*”, publicado em 2011 com o objetivo de identificar áreas “subutilizadas” para a expansão do capital¹. Assim, segundo Scoones, Smalley, Hall e Tsikata (2019), as narrativas de escassez justificam ações para aproveitar os recursos considerados “subutilizados”.

Assim, as narrativas de escassez não apenas descrevem, mas justificam mudanças no acesso e controle dos recursos, de maneira a realocar escassez entre regiões e populações, isto é, transferir as necessidades para outros locais e povos. Essas narrativas projetam uma

¹ Estas áreas identificadas não são vazias ou desocupadas, apenas não estão incorporadas na lógica do capital. Geralmente são terras de uso comum e de propriedade coletiva.

nova preocupação com a segurança alimentar baseada na apropriação de terras “subutilizadas” no Sul global para “South expand yields via global value chains organized by agribusiness” (McMICHAEL, 2014, p. 35). Nas palavras de Scoones, Smalley, Hall e Tsikata (2019, p. 231) “notions of scarcity are presented as a deliberate political strategy, justifying resource control, appropriation, dispossession, population restrictions and the securing of exclusionary property rights”.

Enclosures, and appropriations of resources as individual, private property, for example, are the direct result of such capitalist processes, creating scarcities for some, but resource access for others, differentiated by class, gender, ethnicity and other social axes of difference² (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2019, p. 235).

Estas narrativas geram uma nova escassez em outros territórios, intensificando a estrangeirização, promovendo a concentração fundiária e a insegurança alimentar da população afetada. A título de exemplo, quando um agente se apropria de terras em outro país utilizando a justificativa de promoção da segurança alimentar de sua nação de origem, promove conflitos e a insegurança alimentar no território alvo da transação. Nesse sentido, a estrangeirização está inserida na lógica do desenvolvimento desigual³, pois, ao mesmo tempo se utiliza de um discurso de escassez para criar escassez em outros territórios.

Não desconsideramos aqui agentes vinculados a Estados Nações que realmente possuem preocupações não apenas com a escassez de recursos e, conseqüentemente, alimentos. Tais agentes consideram a dimensão geopolítica da questão alimentar, que pode ser caracterizada tanto pela impossibilidade de produção de alimentos em um determinado país, como também pelas relações de dependência do mercado internacional. Exemplos são fundos soberanos oriundos da Arábia Saudita, China, Coreia do Sul e Qatar que investem na apropriação de terras na Argentina para fins de segurança alimentar (MURMIS; MURMIS, 2012) e empresas estatais de Cabo Verde que desde a década de 1980 compram terras no Paraguai para produção de milho para a exportação⁴ (PEREIRA, 2019a).

² “Cercamentos e apropriações de recursos como propriedade individual, privada, por exemplo, são o resultado direto de tais processos capitalistas, criando escassez para alguns, mas acesso a recursos para outros, diferenciados por classe, gênero, etnia e outros eixos sociais de diferença” (tradução nossa).

³ Com base em Smith (1988, p. 16), entendemos o desenvolvimento desigual como “a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital”.

⁴ Na década de 1970, após constatar que devido as condições edafoclimáticas o país africano Cabo Verde não conseguiria garantir a alimentação da sua população, o governo cabo-verdiano passou a investir na aquisição de terras no exterior afim de garantir a segurança alimentar e, de certa forma, a soberania em relação ao alimento. Após estudos da Direção Nacional de Planejamento do Ministério de Finanças de Cabo Verde, foram

Contudo, repetidamente, agentes privados têm utilizado da justificativa de promoção da segurança alimentar para se apropriar de terras no exterior, tratando a questão alimentar como um fenômeno puramente econômico e não político (CASTRO, 1959a e 1959b). O real objetivo destes agentes é a garantia da acumulação de capital em tempos de crise de sobreacumulação, por meio da especulação com o alimento, suscitando o aumento da insegurança alimentar em países alvos dos investimentos em terra.

A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar?

Apesar dos agentes “estrangeirizadores” utilizarem como pretexto a promoção da segurança alimentar, o processo de estrangeirização da terra nos leva a questionar até que ponto, de fato, a apropriação de terras no exterior atua em prol da segurança alimentar. Lima e Oliveira (2019, p. 16) pontuam que o “processo se retroalimenta e essas aquisições geram ainda mais distorções na cadeia de produção de alimentos”. Neste sentido, nos cabe retornar aos escritos de Josué de Castro sobre a Geografia e a Geopolítica da Fome. A fome não é uma questão quantitativa de produção de alimentos e número de habitantes, como a maior parte das abordagens consideram, mas sim resultado da distribuição desigual das riquezas, endêmica do modo de produção capitalista.

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade (CASTRO, 1959a, p. 49-50).

Neste caminho, a fome não é natural e, muito menos uma questão de produção. O setor agroalimentar e todos os demais a este vinculados são controlados por um grupo restrito de corporações transnacionais que, por sua vez, utilizam de uma crise alimentar para justificar a sua expansão em direção a novos mercados e novos territórios, considerados desocupados ou marginais no ponto de vista do modo capitalista de produção (NALEPA, 2011).

adquiridos via compra aproximadamente 10.000 hectares no distrito de Nueva Esperanza, departamento de Canindeyú, na região Oriental do Paraguai. Apenas em 2013 o primeiro carregamento de milho produzidos no Paraguai chegou à Cabo Verde (PEREIRA, 2019a). Neste caso, o interesse do Estado cabo-verdiano é exclusivo para a garantia da segurança alimentar da população, não estando preocupado com a especulação com terras agrícolas e *commodities*.

A crise financeira de 2007/2008 gerou incertezas no mercado internacional. Diante dos riscos em investimentos nos ativos ditos tradicionais, como mercado de títulos e ações, intensificou-se a busca do capital financeiro de ativos alternativos e reais, promovendo a diversificação do portfólio dos investimentos. Agentes, especialmente privados, muitos dos quais anteriormente nem atuavam no setor (GRAIN, 2014), enxergaram no aumento do preço dos alimentos no mercado internacional uma alternativa para diversificar o portfólio de investimentos (FREDERICO; GRAS, 2017) e assim sair da crise de sobreacumulação, garantindo a permanência do processo de acumulação de capital.

Além de o modo de produção capitalista criar um mercado suplementar e em outros extratos gerar a sua acumulação, conforme argumenta Luxemburgo (1976), há outras saídas possíveis para a crise de sobreacumulação, tais como a expansão geográfica e a reorganização espacial, intitulada de ajustes espaço-temporais⁵, que, segundo Harvey (2005):

(...) a superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b. (HARVEY, 2005b, p. 11).

É a partir da entrada e da criação de novos mercados e da expansão geográfica que a estrangeirização da terra, sob justificativas para solucionar a crise alimentar, se materializa no século XXI. Porém, o processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar, pois a sua base é a acumulação de capital e não a distribuição equitativa de alimentos. Ao contrário, a estrangeirização da terra no regime alimentar corporativo tem acentuado o processo de mercantilização do alimento e a despossessão dos pequenos produtores (COCA, 2019).

A incorporação de terras de uso coletivo (como no caso da maior parte dos países do continente africano) e de pequenos produtores à lógica hegemônica do agronegócio, resulta na alteração da territorialidade. Assim, terras que antes eram utilizadas para a

⁵ Originalmente chamado de *spatial fix*.

produção de alimentos, especialmente para a manutenção de sistemas agroalimentares locais, passam a ser destinadas para a produção de *commodities* para a exportação. Ou seja, deixa-se de atender as demandas alimentares locais para responder às necessidades da acumulação do capital e manter os padrões de consumo do Norte global.

Ademais, o modelo de desenvolvimento promovido pela estrangeirização da terra está assentado na monocultura, no uso intensivo de agroquímicos, na exploração de recursos naturais e degradação da natureza. Como este modelo pautado na acumulação e concentração promove a segurança alimentar e, conseqüentemente auxilia na redução da fome no mundo segundo a narrativa dos agentes estrangeiros e do Estado? A resposta é simples: a estrangeirização da terra tem como objetivo fundante a garantia da acumulação interminável do capital, logo, ao cumprir com os seus propósitos, apenas reproduz a desigualdade e concentração, fragilizando sistemas agroalimentares locais a partir da apropriação de uma questão que é de interesse de todos: a fome.

O que ocorre na América Latina é um exemplo explícito deste processo. A estrangeirização da terra aumentou desde 2007/2008 aumenta vertiginosamente no subcontinente. Segundo dados do portal *LandMatrix*⁶ (2020), desde o início do século XXI 9.761.438 hectares foram transacionados na América Latina, totalizando 322 negociações. Seguindo as narrativas hegemônicas da estrangeirização da terra, com toda esta extensão em posse das corporações e dos agentes financeiros, a fome na região tenderia a diminuir. Contudo, o que observamos na realidade é o aumento da quantidade de pessoas na linha da insegurança alimentar, intensificação da desnutrição e também da obesidade.

Segundo o relatório anual intitulado “*Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2019*”, organizado pela FAO, pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP), pela Organização Pan-americana de Saúde (OPS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre 2016 e 2018, 31,1% da população da América Latina sofria de insegurança alimentar moderada ou grave. No período de 2014 a 2016, a insegurança alimentar moderada ou grave atingia 26,2% da população latino-americana. Ainda de acordo com o relatório, a insegurança alimentar atinge sobretudo

⁶ É uma iniciativa criada em 2009 pelo *International Land Coalition* (ILC) para o monitoramento das transações de terra, envolvendo compra, arrendamento e concessão, com mais de 200 hectares a partir do ano de 2000. Concordamos com Edelman (2013) a respeito da dificuldade e dos limites destes bancos de dados, uma vez que a superfície de terras transacionadas é um dado de difícil quantificação.

mulheres e crianças e decorre de um processo de aumento da concentração fundiária e de renda.

No Paraguai, país no qual centramos a nossa pesquisa de doutorado, é possível observar que a estrangeirização da terra, que é histórica no país, apenas serve para aumentar a concentração fundiária e de renda – lembrando que o índice de Gini é de 0,93, um dos maiores do mundo (FOGEL, 2018) – e para ampliar a criminalização e a violência para com os movimentos de luta pela terra. Ademais, a estrangeirização significa a intensificação da insegurança alimentar, que ocorre através da alteração do uso do território, antes destinado à produção de culturas alimentares e agora, cada vez mais, alienado à produção de *comodities* para a exportação. Isso revela um aumento progressivo da dependência do mercado internacional, pois a importação de alimentos é crescente.

Considerando algunos productos básicos consumidos en el país, em 2016, 98% de la papa ingresó de Argentina, 96% del ajo de China y Argentina, 78% del locote de Brasil, 60% de la cebolla de cabeza de Argentina y Brasil, 56% del tomate de Argentina, 50% de la sandía de Brasil, 30% de la naranja de Brasil y 10% de la piña de Brasil⁷ (IMAS R., 2018, p. 82).

Assim, o Paraguai produz e exporta *commodities*, principalmente soja, mas, ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais frágil, pois depende da importação de alimentos básicos para a alimentação da sua população. Essa dinâmica encarece o preço dos alimentos, tornando-o cada vez mais inacessível por uma parcela significativa da população. Ao mesmo tempo, as grandes redes de supermercados e de *fast-food* se espalham pelos centros urbanos, nos trazendo a ditadura do alimento. Assim, o modelo levado a cabo pela estrangeirização da terra no Paraguai faz jus ao regime alimentar corporativo. Isso evidencia que a estrangeirização, a consequente intensificação da concentração e a alteração do uso do território, apenas contribuíram para o aumento da insegurança alimentar, fazendo cair por terra a narrativa utilizada pelos agentes do capital hegemônico. O Paraguai é apenas um dos tantos exemplos do par indissociável: estrangeirização da terra e insegurança alimentar.

⁷ “Considerando alguns produtos básicos consumidos no país, em 2016, 98% da batata veio da Argentina, 96% do alho da China e Argentina, 78% do pimentão do Brasil, 60% da cebola da Argentina e do Brasil, 56% do tomate da Argentina, 50% da melancia do Brasil, 30% da laranja do Brasil e 10% do abacaxi do Brasil” (tradução nossa).

Considerações finais

A estrangeirização da terra, assim como a fome (CASTRO, 1984), não é um processo recente. Porém, no século XXI, em uma conjuntura sublinhada por mudanças geopolíticas globais e pela ascensão de múltiplas crises, especialmente no que se refere à crise financeira de 2007/2008, a estrangeirização assume qualidades recentes. Das quais enfatizamos: um grupo cada vez mais diverso de agentes, novas formas de apropriação de territórios e a (re)criação de narrativas/discursos que justificam a expansão da estrangeirização.

Muitas destas narrativas/discursos se referem a questões que assolam a sociedade há décadas, senão séculos e que, em um cenário de crise de sobreacumulação, são apropriadas por agentes capitalistas para justificar a sua expansão para outros mercados e territórios. Ao centrarmos o foco nas narrativas da estrangeirização, observamos que a crise alimentar frequentemente é utilizada por diferentes agentes privados para legitimar a apropriação de terras no exterior.

A crise alimentar de 2008 é tratada sob a perspectiva do fim da comida barata (McMICHAEL, 2012). Porém, cada vez mais as narrativas do aumento da população mundial e da escassez de alimentos são apropriadas pelos agentes hegemônicos e apontadas como as grandes causas de uma crise alimentar. Contudo, quando empresas transnacionais e fundos de investimentos utilizam a narrativa da crise alimentar, colocam a estrangeirização da terra como a única alternativa possível para acabar com o problema da fome no mundo, como se esta fosse uma questão apenas de preço e de produção e não como política, geopolítica e social.

Assim, diferentes agentes veem na crise alimentar uma oportunidade para acumular capital em um contexto de crise de sobreacumulação. Como já pautou Harvey (2013), as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, sendo motor e produto de suas contradições internas. A estrangeirização e a fome também são processos políticos, logo, são resultados de relações de poder (McMICHAEL, 2007; HOLT-GIMÉNEZ, 2012). A acumulação internável de propriedade e o controle de mercados e territórios necessitam da acumulação interminável de poder (ARENDDT, 1989).

Atualmente, um grupo seletivo de corporações transnacionais controla a maior parte dos sistemas agroalimentares (COCA, 2019). Controlar o sistema agroalimentar não significa

apenas exercer sobre domínio da terra ou da produção de alimentos em si, mas o controle da comercialização, do consumo, de órgãos de regulação e de diversas políticas públicas que visam a promoção da segurança e soberania alimentar. A estrangeirização é uma ameaça direta segurança e soberania alimentar, visto que é um modelo que promove a desterritorialização de camponeses e, conseqüentemente, altera a territorialidade, ou seja, a terra antes destinada ao cultivo de alimentos passa a produzir *commodities* comercializadas em mercados de futuro e com destino a exportação.

Ademais, a estrangeirização está estritamente relacionada com o regime alimentar corporativo, onde poucas corporações controlam todo o processo produtivo e o que chega na mesa dos cidadãos. O processo de estrangeirização da terra apenas agrava a crise alimentar porque o seu objetivo primordial é a acumulação de capital por meio da monocultura e da exploração desenfreada da natureza. Defendemos que o acesso à terra por meio da reforma agrária popular⁸, pautada na soberania da terra, bem como a institucionalização de políticas públicas que fortaleçam sistemas agroalimentares locais, são alguns dos caminhos que podem solucionar a crise alimentar.

Embora estas reflexões tenham sido redigidas anteriormente à pandemia da COVID-19, não podemos negligenciar tal acontecimento. Isso porque, em decorrência da pandemia, há um agravamento da situação alimentar em todo o globo. Segundo a OXFAM Brasil (2020), a projeção é de que cerca de 12.000 pessoas poderão morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia. A FAO, na publicação anual “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*” (FAO, 2020), informou que antes da pandemia, em 2019, quase 690.000.000 de pessoas (8,9% da população global) estavam subnutridas. Segundo o mesmo documento, as projeções preliminares é de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passem a integrar o grupo de subnutridos. É importante pensarmos na alimentação como causa e efeito da pandemia, uma vez que o vírus pode apresentar conseqüências mais graves à população subnutrida.

⁸ A reforma agrária popular é a bandeira de luta de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). É um projeto de sociedade construído de baixo para cima e que visa a redistribuição de terras por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e grilados, a produção de alimentos saudáveis, a preservação na natureza, das águas e dos modos de vida. Em meio a pandemia, o MST lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular (MST, 04 jun. 2020).

Ao mesmo tempo em que temos esta situação de aumento do número de pessoas subnutridas, o agronegócio tem apresentado uma expansão e um crescimento do lucro de forma exponencial, batendo recordes de produção (FOLHA DE S. PAULO, 08 ago. 2020). No Brasil, além dos recordes de produção e lucro, o agronegócio tem se tornado atrativo, sobretudo, para fundos soberanos estrangeiros, que mesmo com a discussão em torno da preservação da Amazônia⁹, continuam investindo no país. Isso evidencia, mais uma vez, que os agentes capitalistas se aproveitam da situação de crise para expandir mercados e lucros. O par agronegócio e questão alimentar em tempos de pandemia deve ser melhor explorado por nós Geógrafas e Geógrafos em pesquisas futuras.

Iniciamos este texto com três epígrafes. A primeira do geógrafo Josué de Castro que desde 1946 (ano da publicação da primeira edição do livro “Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço”) nos alertava sobre como o problema da fome era de ordem social e política e não apenas econômico. A segunda do sociólogo Philip McMichael, que desde a década de 1980 se dedica ao debate dos sistemas agroalimentares inseridos no sistema-mundo. E, por fim, o título de uma reportagem publicada no jornal *The New York Times*, afirmando que a comida é ouro.

O que as três passagens, mesmo apresentando naturezas e contextos tão distintos, nos permitem concluir? O problema da fome é tão antigo quanto a própria humanidade e põe em jogo a própria sobrevivência da espécie humana (CASTRO, 1984). Porém, o mesmo é político e a configuração de poder atual permite a sua resolução, porque o mesmo é utilizado para acumular capital. Assim, comida é uma das riquezas que permite a manutenção do modo capitalista de produção.

Referências

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. **Political Economy Perspectives on the World Food Crises**, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

⁹ A partir de julho de 2020 há uma intensa discussão sobre o avanço do agronegócio e as medidas ineficazes do governo brasileiro em relação à preservação da Amazônia. Diferentes investidores estrangeiros têm cobrado o governo em relação à promulgação de medidas mais eficazes e consequente redução do desmatamento no país. Mesmo com tais ameaças de restrição no investimento, o setor continua crescendo.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

AKRAM-LODHI, A. Haroon. Contextualizing land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 2, p. 199-142, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo – volume 01**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959a.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo – volume 02**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959b.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, ano19, n. 32, dossiê soberania alimentar, p. 14-33, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. O alimento e a atualidade da Geopolítica. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do (Org.). **A dimensão política no espaço**. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019, p. 261-276.

DIXON, Marion. The land grab, finance capital and food restructuring: the case of Egypt. **Review of African Political Economy**, v. 41, n. 140, p. 232-248, 2014.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

FAO. **Global agriculture towards 2050**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2009.

FAO. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago: Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura, 2012.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2019**. Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura: Santiago, 2019.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura, 2020.

FOGEL, Ramón B. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-140.

FOLHA DE S. PAULO. Agronegócio bate recordes e amplia mercado apesar da pandemia de Covid. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Economia, publicado em 08 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/agronegocio-bate-recordes-e-amplia-mercado-apesar-de-pandemia-de-covid.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2020.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: a Global Crisis. **New Left Review**, 197, p.29-57, 1993.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&MP (1971), 2010.

GHOSH, Jayati. The unnatural coupling: food and global finance. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 72-86, 2010.

GRAIN. **Food crisis** – how do we get out of it? Barcelona: Grain, 2008.

GRAIN. **The many faces of land grabbing**. Barcelona: Grain, 2014.

GRAIN. **El acaparamiento global de tierras en el 2016 sigue creciendo y sigue siendo malo**. Barcelona: Grain, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005a.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. *Lutas Sociais*, n. 13/14, p. 09-21, 2005b.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Background**, v. 4, n. 18, p. 01-03, 2012.

IRAS R., Víctor J. Producción e importación de alimentos en el Paraguay: aumenta la dependencia alimentaria. PALAU, Marielle (Org.). **Con la Soja al Cuello 2018**. Informe sobre agronegocios en

Paraguay. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018, p. 778-783.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Declaração da Via Campesina**. Tlaxcala: La Via Campesina, 1996.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional**. Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

McMICHAEL, Philip. Feeding the world: agriculture, development and ecology. **Socialist Register**, p. 170-194, 2007.

McMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

McMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

McMICHAEL, Philip. Rethinking land grab ontology. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 34-55, 2014.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MST. Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida Digna. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**, publicado em 04 jun. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MURMIS, Miguel; MURMIS, María Rosa. Land Concentration and Foreign Land Ownership in Argentina in the Context of Global Land Grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 490-508, 2012.

NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Eat: the new food revolution. **National Geographic**, may 2014.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas. **Revista Ideias**, v. 9, n. 2, p. 99-34, 2018.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome**: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. Soberania e segurança alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 19, n. 32, dossiê soberania alimentar, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. “**Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019a.

PEREIRA, Lorena Izá. A acumulação por despossessão na análise do land grabbing. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 41, p. 03-20, 2019b.

SASSEN, Saskia. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 231-241, 2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THE NEW YORK TIMES. Food is Gold. So Billions Invested in Farming. **The New York Times**, The food chain, publicado em: 05 jun. 2008. Disponível em: https://www.nytimes.com/2008/06/05/business/05farm.html?_r=1&adxnnl=1&pagewanted=print&adxnnlx=1223021628-ITYB/fGmhillI33AmcxZXdw&oref=slogin. Acesso em: 25 abr. 2020.

WILY, Liz Alden. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 03-04, p. 751-775, 2012.

PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ: CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM QUESTÃO

David Melo Van Den BRULE¹

Universidade Federal do Pernambuco

Resumo

Como citar:

BRULE, D. V. D. Planejamento urbano no município de Juazeiro do Norte, Ceará: concepções de desenvolvimento urbano em questão. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 83-110, set-dez/2020.

DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.7795

Recebido em: 2020-06-09

Devolvido para correções: 2020-10-10

Aceito em: 2020-11-03

É possível perceber dois ideais em torno da cidade: a cidade-mercado e a cidade-direito. Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho, fruto de nossa tese de doutorado, objetivou identificar como a concepção de desenvolvimento urbano foi abordada no Plano Diretor do município de Juazeiro do Norte-CE (1997-2000), bem como na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente da mencionada gestão, por meio de entrevistas realizadas no período de 2016 a 2019. Como metodologia, foi utilizada a análise de conteúdo com base na técnica da análise temática, ao elaborarmos como núcleo de sentido o desenvolvimento urbano. Quanto aos resultados, vimos que o PDDU (1997-2000), mesmo que guiado pelo ideal de desenvolvimento sustentável e justiça social, foi marcado por sua aproximação com a ideia de empreendedorismo urbano, especialmente quando se observam as linhas estratégicas traçadas no documento. Já para nossos entrevistados, de modo geral, a ideia do bem-estar aparece como propósito do desenvolvimento urbano, aspecto que vai desde a garantia ao acesso à infraestrutura até a ideia de gerar mais acesso à saúde, educação, moradia, segurança e saneamento.

Palavras-chave: Unidades de Vizinhança; Planejamento estratégico; Concepções de mundo; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Geografia na Universidade Federal da Paraíba (2011). Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2008).

E-mail: naturezageografia@gmail.com

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-1181-2130

URBAN PLANNING IN THE MUNICIPALITY OF JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ: CONCEPTIONS OF URBAN DEVELOPMENT IN QUESTION

Abstract

It is possible to perceive two ideals around the city: the market city and the right city. From this perspective, the present work, result of our doctoral thesis, aimed to identify how the concept of urban development was addressed in the Master Plan of the municipality of Juazeiro do Norte-CE (1997-2000), as well as in the conception of people who participated and people who did not directly participate in the aforementioned management, through interviews carried out in the period (2016 to 2019). As a methodology it was used to analyze the content based on the thematic analysis technique, to elaborate as a nucleus of meaning or urban development. As for the results, we saw that the PDDU (1997-2000), even if guided by the ideal of sustainable development and social justice, was marked by its approximation to the idea of urban entrepreneurship, especially when observing the strategic lines traced in the document. As for our interviewees, in general, the idea of well-being appears as the purpose of urban development, this aspect ranges from guaranteeing access to infrastructure to the idea of generating more access to health, education, housing, security and sanitation.

Keywords: Neighborhood Units; Strategic planning; World conceptions; Urban Development Master Plan

PLANEAMIENTO URBANO EN EL MUNICIPIO DE JUAZEIRO DEL NORTE, CEARÁ: CONCEPCIONES DE DESARROLLO URBANO EN DEBATE

Resumen

Es posible notar dos ideales alrededor de la ciudad: la ciudad de mercado y derecho a la ciudad. Desde esa perspectiva, el presente trabajo es resultado de nuestra tesis doctoral que tuvo como objetivo identificar cómo fue abordado el concepto de desarrollo urbano en el Plan Maestro del municipio de Juazeiro del Norte-CE (1997-2000), así como en la concepción de las personas que participaron y las que no de la gestión mencionada, a través de entrevistas realizadas en el período de 2016 a 2019. Como metodología se utilizó el análisis de con base en la técnica de análisis temático, cuando elaboramos como núcleo el significado de desarrollo urbano. En cuanto a los resultados, vimos que el PDDU (1997-2000), aunque guiado por el ideal de desarrollo sostenible y justicia social, estuvo marcado por su cercanía a la idea de emprendedorismo urbano, especialmente al observar las líneas estratégicas trazadas en el documento. Para nuestros entrevistados, en general, la idea de bienestar aparece como el propósito del desarrollo urbano, un aspecto que abarca el acceso a la infraestructura hasta

la idea de generar más acceso a la salud, educación, vivienda, seguridad y saneamiento.

Palabras clave: Unidades Vecinales; Planeamiento estratégico; Concepciones del mundo; Plan maestro de desarrollo urbano

Introdução

De modo geral, é possível perceber diversos ideais e valores em torno da cidade, separados e distintos em suas formas de avaliar. I. A cidade como mercadoria (ideário do empreendedorismo urbano); II. A cidade em busca de reduzir as desigualdades (ideário da reforma urbana). De um lado, o empreendedorismo urbano, que vê a cidade como mercadoria, destaca o *marketing* urbano e a valorização da economia com a ideia de cidade-empresa, permeada pelo modelo de planejamento estratégico por meio da parceria público-privada. Do outro lado, tem-se aquele que provém da reforma urbana, busca a redução da desigualdade e a correção das injustiças por meio da perspectiva distributiva da riqueza, da renda e do poder. O novo modelo preconiza a ampliação da democracia por meio de mecanismos participativos de controle social e tem por objetivo o bem-estar e a cidadania ativa (SANTOS JUNIOR, 2007).

Partindo da observação desses dois modelos supracitados, este artigo buscou identificar como a questão do desenvolvimento urbano foi abordada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (doravante PDDU) do município de Juazeiro do Norte-CE, elaborado na gestão do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no período de 1997 a 2000.

Este estudo nasce de uma inquietação¹, após observar a negligência com documentos legais, em específico o Plano Diretor e Estatuto da Cidade, no município de Juazeiro do Norte, interior cearense. À época, como servidor público, pude ver mais de perto as desigualdades de poder decisório e o quanto há para progredir na produção de um planejamento urbano mais inclusivo.

A cidade média de Juazeiro do Norte aparece como interessante caso, pois ao mesmo tempo em que apresenta uma forte religiosidade popular (iniciada pelo padre Cícero Romão Batista) está inserida dentro do modelo de produção capitalista, ao pensar a produção e dinâmica do seu espaço urbano, como veremos.

¹ Quando estive como servidor público à frente da Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplad) da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE (2011-2012).

De acordo com os dados do IBGE, a população urbana local em 1991 era de 164.922 residentes. Subiu para 202.227 em 2000 e para 240.128 em 2010, correspondendo a 96,07% do total da população municipal. Estima-se que em 2019 tinha um total de aproximadamente 274.207² habitantes. Esse crescimento urbano é também um crescimento de produtores e consumidores, de necessidades e conflitos.

Ao considerarmos o conjunto de valores conflitantes que atravessam nossas relações sociais, nos interrogamos sobre qual a visão de mundo predominante que o PDDU assume. Elegemos o seguinte pressuposto: o PDDU incorpora as questões físicas do espaço, prioriza o desenvolvimento no viés do crescimento econômico — ao qual corresponde mais aos grupos abastados —, promove um modelo de cidade como mercadoria, negligencia o espaço pouco atraente para investimento empresarial e deixa de lado os conflitos sociais e a participação popular.

Para este trabalho foram realizadas entrevistas que desempenharam papel central. Por meio delas buscamos captar os principais valores, interesses e propósitos nas questões do desenvolvimento urbano — na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente da gestão mencionada. De acordo com Duarte (2009, p. 215), as entrevistas “são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. Aqui selecionamos a análise de conteúdo com base na técnica da análise temática e elaboramos um núcleo de sentido que foi o desenvolvimento urbano. A partir desse recorte temático, construímos o quadro acerca da visão do que seja desenvolvimento urbano.

No primeiro momento, mostraremos as concepções e interesses do PDDU, e no segundo, as concepções e interesses do desenvolvimento urbano na visão dos entrevistados. Antes de adentrarmos alguns aspectos que marcaram o ideário do planejamento estratégico e, em contraposição, o ideário da cidade direito.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Planejamento do desenvolvimento urbano: concepções em disputa

O planejamento urbano não é uma área restrita do conhecimento, inclui os mais diversos profissionais nessa atividade³. Planejar leva à reflexão sobre a cidade que queremos, seus problemas e suas contradições. O planejamento é uma qualidade da ação pensante e possui, no mínimo, duas dimensões: as condições materiais existentes e as relações sociais, a primeira bastante desigual e a segunda bastante conflitante. Por vezes, a prática de planejar se concretiza em projetos, planos, e até formaliza leis. E visando a ação futura com vias a objetivar algum tipo de “desenvolvimento”, organiza a conjuntura de um dado presente com base em suas metas.

O planejamento aplicado ao Estado surgiu devido aos problemas gerados em decorrência do processo de revolução industrial (primeiramente na Inglaterra) e do vertiginoso crescimento urbano. No caso europeu nasceu no século XIX, ligado a três aspectos: a busca da resolução dos problemas concernentes à crescente cidade industrial – quando recebeu o nome de planejamento urbano; o planejamento social com vias à conquista do bem-estar proposto pelo Estado; a de base econômica, sob a formulação da economia política clássica (ESCOBAR, 2000). Segundo Escobar, ocorre que “desde o fim do século XVIII, o planejamento esteve inextricavelmente ligado ao progresso da modernidade ocidental” (ESCOBAR, 2000, p. 211).

Em um período mais recente, segundo Harvey, o planejamento ganha um perfil mais ousado após a década de 1960. Nas palavras do autor:

[...] a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 2005, p. 167).

Surge, desse novo contexto urbano, a saída de um regime fordista para um regime de acumulação flexível, no qual o empreendedorismo urbano impulsionou essa transformação (HARVEY, 2005). Esse novo modelo de regime urbano tem como

³ Para saber mais sobre o seu caráter multidimensional ver Norma Lacerda no artigo, “o campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade”. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4171>> Acesso em: 1 jun. de 2016.

fundamentos a desregulamentação, a produção flexível e a inserção na globalização. A finança passa a operar com mais facilidade no espaço por meio da flexibilidade e da informação.

A construção de um espaço para atender a essas características se tornou cada vez mais imprescindível, o que possibilitou algumas gestões aderirem um clima de competição entre cidades. Com essa finalidade, o planejamento estratégico, inspirado pelo planejamento empresarial, passou a tratar as cidades como empresas e desenvolveu o *marketing* urbano.

O modelo de planejamento para tal ideário ficou conhecido como Planejamento Estratégico. Surgido na década de 1980 nos Estados Unidos, e em seguida adotado na Espanha — onde ficou bastante conhecido devido aos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 —, chega na América Latina no início dos anos noventa, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em Curitiba (HARVEY, 2005; SÁNCHEZ, 2010; SOUZA, 2006; 2008; VAINER, 2002). Vainer considera que o Planejamento Estratégico esteve:

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2002, p. 76).

As questões urbanas mudam no tempo e espaço. Com o período técnico científico informacional, momento dos grandes eventos, a questão da competitividade urbana ganhou contornos cada vez mais sofisticados. Assim, aumentaram-se os serviços de consultorias que já se faziam presentes após a Segunda Guerra. As cidades, ao assumirem esse modelo, passaram a buscar o elo cada vez mais estreito entre ciência e informação.

A abertura para o mercado internacional e os novos meios de comunicação possibilitaram o crescimento vultoso da propaganda. A imagem da cidade eficiente e conectada se faz de suma importância para o seu crescimento. Borja e Castells destacaram:

[...] assim que uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando sua economia e sociedade locais, a instalação de um nó urbano para serviços avançados se torna um pré-requisito e é invariavelmente organizada em torno de um aeroporto internacional, sistema de telecomunicações por satélite, hotéis de luxo com sistemas de segurança adequados, apoio de secretariado em língua inglesa, empresas financeiras e de consultoria familiarizadas com a região, escritórios governamentais locais e regionais capazes de fornecer informações e infraestrutura para apoiar investidores internacionais e um mercado de trabalho local com pessoal especializados em serviços avançados e

infraestrutura tecnológica (BORJA;CASTELLS, 1997, p. 51, tradução nossa).

As cidades mais inseridas nesse processo são comandadas por um espaço-tempo global que, ao medir o tempo em fluxos de capitais, perde em observar possíveis grandezas em outras esferas da vida. Vainer (2002) destaca ainda alguns elementos necessários para o capital avançar mediante o planejamento estratégico: o estabelecimento de consensos, a consciência de crise e o sentimento de patriotismo.

Sánchez (2010) afirma o papel preponderante da mídia para disseminar o novo modelo. A competição entre as cidades estava instalada, o principal atrativo é o “novo” e a tecnologia responde com um arsenal cada vez maior de objetos, tornados obsoletos em pouco tempo.

O novo empreendedorismo promove a articulação público-privada. O Estado assume o risco da atividade empreendedora e prioriza avanços econômicos (indústria, mercado local, redução salarial, requalificação) em detrimento dos gastos sociais (educação, saúde, moradia) (HARVEY, 2005). Por outro lado, Villaça aponta que no Brasil “a década de 1990 foi selecionada como fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro porque marca o início do seu processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares” (VILLAÇA, 2010, p. 235).

No ideário cidade-mercado, tem-se a democracia representativa sob o prisma da política liberal alicerçada no planejamento estratégico, sob o *modus operandi* do empreendedorismo urbano, o qual vê a cidade como mercadoria, adota como valor prioritário a liberdade (entendida como a possibilidade de livre iniciativa e garantia da propriedade privada). Esse modelo tem a economia como fio condutor das decisões políticas e o cidadão é visto como um consumidor. Há estímulo à competitividade entre as cidades, busca-se inserção no cenário mundial com investimento direcionado às tecnologias e ao turismo, adota a modernização como meta e como consequência amplia-se o endividamento público. Valoriza-se a pouca interferência do Estado na economia, a iniciativa privada aparece em primeiro plano, busca-se referência em cidades modelos e a participação, quando ocorre, acontece sob a forma da coerção, manipulação, informação, consulta e/ou no máximo cooptação.

No ideário cidade-direito, tem-se a possibilidade da incorporação da participação popular, a qual surge primeiro nos grandes centros como consequência da urbanização excludente. Tal polo possui um teor progressista, luta pela descentralização do poder, pelo fortalecimento de grupos minoritários e combate às injustiças sociais. Sua perspectiva redistributiva prioriza as necessidades coletivas, luta contra a exclusão social e está inclinada a um modelo mais igualitário de vida urbana. A justiça social é um valor prioritário, e como consequência, os cidadãos são vistos como usuários que possuem o direito de decidir na condução de seus destinos. São ainda características desse ideário: o investimento em moradia, acessibilidade, infraestrutura, transporte coletivo e equipamentos urbanos, prioridade aos espaços públicos; crítica o caráter técnico do planejamento urbano e considera a pluralidade dos modos de vida.

Nesse segundo polo, o Plano Diretor poderá se tornar um instrumento de luta pela reforma urbana ao tratar as contradições urbanas. Segundo Grazia:

[...] lembramos que o PD é apenas um instrumento que se articulado a outros e renovado seu conteúdo poderá se transformar em um instrumento que acumule forças na luta pela Reforma Urbana. Poderá ser também um meio para setores populares e progressistas iniciarem um processo de análise global da cidade e participarem efetivamente de sua gestão, produzindo no processo de negociação novas políticas públicas que respondam aos interesses dos cidadãos que reivindicam justiça social e democratização da cidade (GRAZIA, 1990, p. 12).

Neste sentido, deve-se incluir a singularidade dos espaços vividos e possuir uma linguagem clara e simples. O Plano Diretor pode incorporar os demais planos de governo, contribuir para diminuir a segregação e a exclusão social, preservar o meio ambiente e as práticas culturais. Regularização fundiária, estabelecimento de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), dentre outros instrumentos, são formas ligadas à luta pelo direito à cidade (GRAZIA, 1990; HARVEY 2005; LEAL, 2003; PEREIRA, 2015; RIBEIRO; CARDOSO, 2012; ROLNIK, 2009; SÁNCHEZ, 2010; SANTOS JUNIOR, 2007; SOUZA, 2006, 2008; VAINER, 2002).

Concepções e interesses no Plano Diretor de desenvolvimento urbano de Juazeiro do Norte-CE

O *locus* de investigação dessa pesquisa é a cidade de Juazeiro do Norte, situada em uma posição estratégica, na região do Cariri, sul do Estado do Ceará. No atual recorte administrativo do Nordeste brasileiro, localiza-se em seu centro geográfico. Forma, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um arranjo populacional com os municípios de Crato e Barbalha⁴. Para Souza (2008, p. 32), “uma *aglomeração urbana* se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um minissistema urbano em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes”.

Sua área administrativa de 248,558km² conta com a sede municipal e mais dois distritos: Marrocos e Padre Cícero (ambos criados em 1938). Em 2010, apresentou uma densidade populacional⁵ de 1.006,91hab/km², distribuída em 36 bairros⁶. Possui relevante influência para a Região Metropolitana do Cariri, institucionalizada em julho de 2009⁷ por Lei complementar nº 78 e conta com projeção populacional, no ano de 2017, segundo o IBGE, em torno de 601.817 habitantes⁸ na região supracitada. Juazeiro do Norte-CE se destaca com o maior PIB e população (44,92%), esboçando um centro de referência para diversos municípios próximos a ela.

Para realizarmos as entrevistas (semiestruturadas) elaboramos dois roteiros específicos, um para políticos e técnicos, e outro para pessoas que não participaram diretamente da gestão. Aqui, privilegiamos a pesquisa qualitativa na forma da análise de conteúdo com base em temas. Ao centrarmos no tema, elaboramos unidades de registro por núcleo de sentido, e depois da categorização procedemos a descrição, a interpretação e a inferência.

Nas palavras de Bardin, a análise de conteúdo é:

⁴IBGE, Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>> Acesso em: 15 set. 2017.

⁵IBGE, Sinopse do Censo demográfico 2010, Ceará. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=23&dados=21>>. Acesso em: 12 set. 2017.

⁶ Alterado pela Lei Municipal nº 4.945 de 18 de março de 2019. Atualmente somando 43 bairros. Disponível em: <<https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/2019/LEI%20N%204945-2019-Altera%20o%20Perimetro%20Urbano%20e%20a%20divisao%20de%20Bairros%20da%20Cidade%20de%20Juazeiro%20do%20Norte%20e%20estabelece%20as%20Sedes%20dos%20Distritos%20de%20Padre%20Cicero%20e%20Marrocos.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2020.

⁷ Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf>> Acesso em: 15 set. 2017.

⁸ FONTE: IBGE, Cidades@ <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>> Acesso em: 12 set. 2017.

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15).

Veja que esta análise busca recortar, no conjunto das entrevistas, os principais conteúdos através do tema escolhido no nosso recorte: desenvolvimento urbano⁹. Assim, obteve-se visão de conjunto ao observar as particularidades para proceder com sua sistematização, e quando necessário se utilizou da explicação da análise temática em Gomes (2009).

Quanto às entrevistas, registramos oito¹⁰, sendo duas com pessoas da equipe técnica do PDDU, quatro com pessoas que participaram na elaboração do Plano (mas não compuseram a equipe técnica, com o nome no documento final) e dois vereadores daquele período (Quadro 1, 2 e 3).

⁹ Na nossa tese elaboramos três núcleos de sentido: desenvolvimento urbano, justiça e injustiça, para avaliar o processo de incorporação (ou não) da participação popular no planejamento urbano do município de Juazeiro do Norte-CE. Assim, buscou-se identificar como a questão do desenvolvimento urbano e da justiça/injustiça foi considerada em documentos oficiais, bem como na concepção de pessoas que participaram e de pessoas que não participaram diretamente das gestões municipais. Como recorte analítico, partimos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (elaborado no período de 1997 a 2000), passando pela tentativa de revisão (nos anos de 2009 a 2012), e, finalmente, chegando à atualidade (2016-2019), ao considerar a concepção de municípios que foram entrevistados. No entanto, o presente artigo visou focar nas concepções de desenvolvimento urbano como já mencionado.

¹⁰ Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, consideramos substancial um recorte de oito entrevistados para o escopo tratado neste artigo. Quanto à escolha, ela se justifica pela delimitação temporal (pessoas que de alguma forma estiveram ligadas ao período de elaboração do PDDU 1997-2000), outro fator se deve ao próprio limite temporal (prazo) da nossa pesquisa.

Quadro 1. Entrevistados da pesquisa (participantes da equipe técnica municipal)

| NOME ¹¹ | FORMAÇÃO |
|-----------------------|--|
| Entrevistado A | É doutor em Ciência da Educação (2010) e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na Fametro na cidade de Fortaleza. Foi professor substituto da Universidade Regional do Cariri (URCA) em 2008 e trabalhou na administração (na equipe técnica municipal na elaboração do Plano Diretor), ocupando a função de coordenador do Prourb e do PDDU. Atualmente faz seu segundo doutorado (início em 2015). |
| Entrevistado B | Participou da elaboração do PDDU como assistente social, profissão que atuou durante trinta anos (1986-2017) na prefeitura, tempo em que esteve em diversos setores da administração municipal. Atualmente leciona na Faculdade Leão Sampaio e encontra-se aposentada pelo município. |

Fonte: Entrevistas. Elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 2. Entrevistados da pesquisa (participantes que não configuraram nome na equipe técnica municipal)

| NOME | FORMAÇÃO |
|-----------------------|--|
| Entrevistado C | Engenheiro civil, concursado da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE, trabalha na prefeitura há pouco mais de 32 anos. Participou na elaboração do PDDU. Mário foi também secretário em diversas ocasiões. |
| Entrevistado D | Advogado que participou da elaboração do Fundo Municipal do Plano Diretor e da criação do Conselho Municipal do Plano Diretor. Ele destaca que sua participação foi mais técnica. |
| Entrevistado E | Engenheiro mecânico e empresário, o ex-vice-prefeito foi uma das pessoas mais citadas em nossa investigação sobre a participação no Plano Diretor, tendo atuado como representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). |
| Entrevistado F | Formado em Ciências Exatas e Biológicas, graduando em Administração de Empresa e técnico em Agropecuária. Participou do movimento comunitário popular, luta esta que culminou na Constituição de 1988. Foi líder comunitário do bairro Romeirão e do bairro Frei Damião. Foi ainda presidente da Federação das Associações Comunitárias (FECECE) e participou de vários conselhos de controle social. Romão ainda cita que foi secretário na cidade de Salgueiro (PE) e professor. |

Fonte: Entrevistas. Elaborado pelo autor, 2020.

¹¹ Por opção ética, no sentido de preservar o sigilo dos entrevistados — em razão dos riscos e perigos que as pessoas entrevistadas podem eventualmente estar expostas — iremos utilizar categorização que não indicará os nomes dos entrevistados, além disso é importante frisar que alguns entrevistados não permitiram a utilização dos seus nomes reais e por isso estamos lançando mão de nomes fictícios.

Quadro 3. Entrevistados da pesquisa (vereadores)

| NOME | FORMAÇÃO |
|-----------------------|---|
| Entrevistado G | Foi vereador no período de 1997 a 2000, é ativista ambiental, graduado em Fisioterapia e conta com experiência nos serviços públicos municipal, estadual e federal. |
| Entrevistado H | Atuou como vereadora no período de 1997 a 2000 e foi chefe de gabinete em vários governos (intercalado), somando aproximadamente 16 anos na administração pública. |

Fonte: Entrevistas. Elaborado pelo autor, 2020.

Na gestão do prefeito Mauro Sampaio (1996-2000), foi elaborado pelo consórcio VBA/Espaço Plano, em parceria com a administração municipal de Juazeiro do Norte e comunidade local, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), legitimado por meio da lei em setembro de 2000. O trabalho foi desenvolvido no governo de Tasso Jereissati, dentro do programa de ações do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Prourb), e contou com a coordenação geral de três arquitetos, sendo o mais citado Fausto Nilo Costa Júnior.

O Plano Diretor foi compreendido como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, está composto por alguns documentos e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento econômico sustentável com justiça social e assegurar melhor qualidade de vida para seus habitantes (CEARÁ, 2000d).

De acordo com o PDDU, as zonas da cidade estão divididas da seguinte maneira: Zona Residencial (ZR), subdividida em quatro categorias de densidade, uso e ocupação do solo: ZR1, ZR2, ZR3 e ZR4; Zona Comercial e de Serviços Especiais (ZCSE); Zona de Uso Misto (ZUM); Centro de Unidade de Vizinhança (CEUV); Zona de Renovação Urbana (ZRU); Zona Industrial (ZI); e Zona Especial (ZE), subdividida em: ZE1, ZE2, ZE3, ZE4 e ZE5, essas últimas só identificam áreas de proteção e preservação ambiental e um parque urbano.

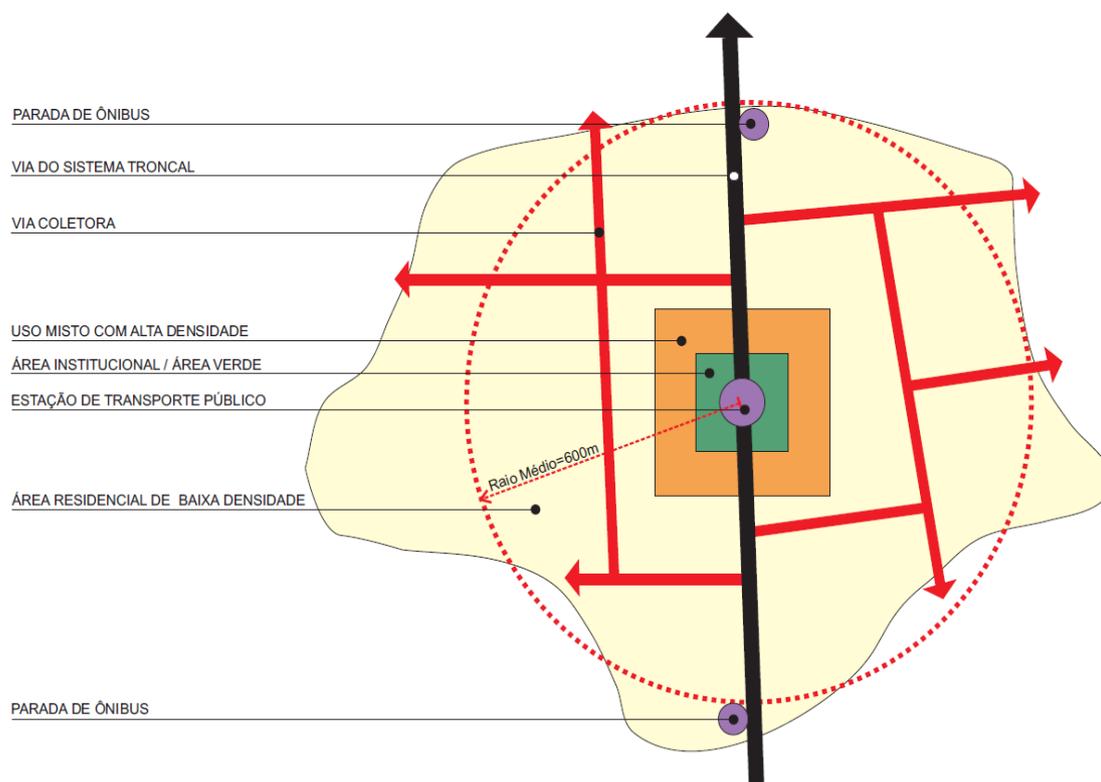
O Plano Diretor do município de Juazeiro do Norte-CE se utilizou da proposta de organizar a cidade em Unidades de Vizinhança. O artigo 2º da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 2.570 de 08 de setembro de 2000), diz: “a cidade de Juazeiro do Norte configurar-se-á espacialmente como um conjunto de Unidades de Vizinhança, interligadas entre si por um Sistema de Transporte Público” (CEARÁ, 2000b, p. 7). Na visão do entrevistado D, o PDDU foi estruturado dentro da chamada Unidade de Vizinhança.

Para ele, nunca foi possível colocar em prática a Unidade de Vizinhança “em função de não ter existido por parte da gestão pública interesse em praticar o Plano Diretor” (Entrevistado D, entrevista cedida em outubro de 2018).

A perspectiva era que a Unidade de Vizinhança pudesse promover um maior controle social da comunidade, minimizar custos de transportes e, em um raio médio de 600m, oferecer serviços essenciais, como: central comunitária; centro de educação infantil (creche); centro de saúde; escola de 1º e 2º grau; polo de atendimento para adolescentes; estação de transporte público, incluindo o comércio de abastecimento, o lazer, a saúde, a educação, a segurança. O Plano estabeleceu 37 Unidades de Vizinhança através da Lei de Organização Territorial (Lei 2.569 de 2000), onde previa núcleos habitacionais de 7.000 a 15.000 habitantes. A previsão foi de que as Unidades de Vizinhança fossem implementadas em 240 meses (o prazo encerraria em 2020), porém, a proposta da Unidade de Vizinhança foi iniciada apenas no papel.

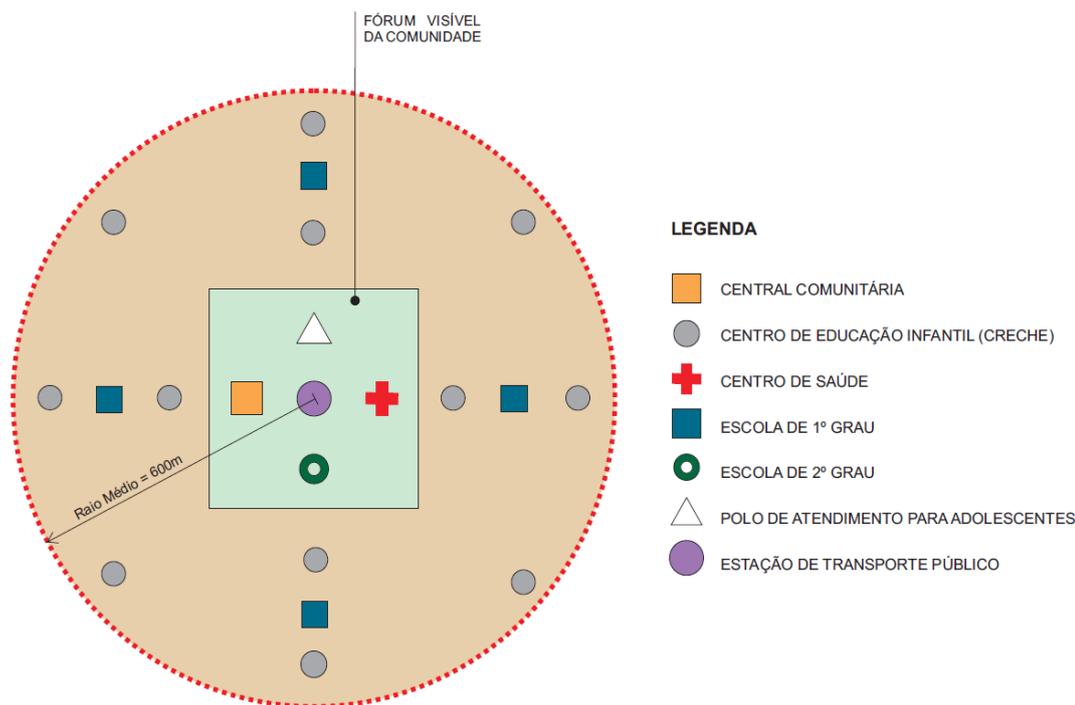
A seguir, a figura 1(AeB) apresenta o modelo esquemático para a proposta de Unidade de Vizinhança:

Figura 1a. Croquis para Proposta de Unidade de Vizinhança



Fonte: CEARÁ, 2000n.

Figura 1b. Croquis para Proposta de Unidade de Vizinhança



Fonte: CEARÁ, 2000n.

Segundo o entrevistado C, engenheiro civil, o projeto da Unidade de Vizinhança é algo valioso, mas ao mesmo tempo observa sua inoperância em alguns bairros, como no caso do bairro Centro, onde se deveria demolir algumas construções. Na visão dele, as Unidades de Vizinhança “foram criadas, a maior parte, em locais já urbanizados que não teriam a mínima condição de se mexer” (Entrevistado C, entrevista cedida em junho de 2018). A assistente social (entrevistada B) também criticou a ideia da Unidade de Vizinhança, afirmando que era uma ideia romantizada, pois “nas ruas de Juazeiro, estreitas como são, nem ambulância passava” (Entrevistada B, cedida em junho de 2018).

Assim, encontra-se mais um exemplo daquilo que Villaça classifica como “as ilusões do plano diretor”. Ao criticar, o autor ironiza que muitos colocam os planos diretores como a salvação da cidade. Sobre as propostas contidas em um plano diretor de São Paulo, observou que as promessas não foram capazes de vigorar na cidade.

O Plano Diretor também é tido como instrumento de desenvolvimento e ordenamento das funções sociais da cidade. Para isso, o documento traçou diretrizes (físico, social, econômico, ambiental) de acordo com as “necessidades da comunidade local”

(CEARÁ, 2000d, p. 39). Conforme o documento, a ideia de desenvolvimento está condicionada ao princípio de sustentabilidade, segundo os escritos do próprio Plano:

Nas palavras de Gregory Bateson, o que mais conta para o projeto de uma cultura sustentável é a ecologia, entendida como uma rede balanceada e adaptativa, ajustada entre os produtos da mente humana e os processos da natureza. Dessa forma, a condição estratégica para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida urbana decorrerão do ajustamento entre o cenário natural devidamente preservado e o ambiente cultural [...] (CEARÁ, 2000f, p. 15).

Bitoun (2001) analisa os planos estratégicos elaborados na Região Metropolitana do Recife e atenta para o contexto do final dos anos 90 que evidencia a disseminação da ideia de cidades sustentáveis proposta pelo Banco Mundial. Segundo o autor, tornava requisito no tratamento dado à ideia de desenvolvimento nos planos estratégicos se reportar ao conceito de desenvolvimento sustentável, entendimento este permeado com algumas variações que, segundo ele, “quando se torna um amolecido consenso, uma referência ritual que não incomoda a ninguém, perde o seu valor” (BITOUN, 2001, p. 306).

Quanto à cidade que o Plano almeja, encontra-se: “uma cidade com alto nível de acessibilidade social aos bens e aos serviços para todos os seus moradores, realçando sua herança histórica, preservando seu ambiente natural e promovendo o conforto da vida urbana com justiça e equidade” (CEARÁ, 2000h, p. 4). Ao mesmo tempo em que propõe ações onde a cidade deva ser empreendedora, moderna e cosmopolita, e buscar ampliar a atratividade, promover lugares de concentração de investimento e dinamização da vida econômica. Para isso, traçou quatro linhas estratégicas:

Linha Estratégica 1: Juazeiro do Norte deverá ser um importante centro de turismo religioso da América Latina.

Linha Estratégica 2: Juazeiro do Norte deverá ser um centro comercial regional de qualidade.

Linha Estratégica 3: Juazeiro do Norte deverá ter uma economia industrial forte e descentralizada, com produtos de valor agregado cada vez maior.

Linha Estratégica 4: Juazeiro do Norte deverá ser um município atraente e equilibrado física e socialmente (CEARÁ, 2000g, p. 52).

Logo em seguida, busca trabalhar a ideia de desenvolvimento econômico com justiça social. De acordo com o PDDU:

O Município de Juazeiro do Norte deve obter seu desenvolvimento econômico sustentável com justiça social através da oferta de serviços de turismo e outros serviços de qualidade e de produtos industrializados de valor agregado cada vez maior, fornecendo aos moradores e visitantes uma cidade atraente e equilibrada física e socialmente (CEARÁ, 2000g, p. 52).

Em razão dessas linhas estratégicas, pode-se afirmar que o modelo adotado prioriza os aspectos do mercado através do desenvolvimento do turismo, do centro comercial e do investimento industrial. Esse modelo de gerenciamento, como observou Harvey (2005), prioriza a parceria público-privada, “em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento e novo investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (p. 172). Aspecto este também destacado no Relatório de Questões Módulo Conceito: “encorajar parcerias institucionais e financeiras para um melhor aproveitamento das atividades ligadas ao comércio, contribuindo para o desenvolvimento econômico” (CEARÁ, 2000h, p. 107).

Para o acompanhamento da Linha Estratégica quatro, pontuou os seguintes indicadores: frequência de atividades culturais; índice Gini; renda familiar; expectativa de vida; taxa de analfabetismo; nível de escolaridade; renda per capita; taxa de desemprego; distribuição espacial da população (CEARÁ, 2000g). Esse aspecto demonstra que na medida em que prioriza a cidade mercado, volta-se a atenção para alguns problemas sociais, porém suas soluções se prestam a acreditar piamente na promessa do desenvolvimento econômico. Observou-se que para alcançar a ideia (inserida no plano) da “cidade que queremos” foram estabelecidas seis metas: I. Obter a condição estratégica para o desenvolvimento; II. Gerenciar o crescimento; III. Desenvolver e manter uma imagem positiva da cidade; IV. Criar e manter vizinhanças saudáveis e diversificadas em toda a cidade e nos distritos; V. Proteger a qualidade do sistema ambiental; VI. Promover serviços públicos igualitários e eficientes (CEARÁ, 2000h). Essas são as mesmas metas encontradas em outros Plano Diretores promovidos pelo Prourb, a exemplo do município de Horizonte.

Esse aspecto ressaltado demonstra dois problemas, um diz respeito à ausência de pesquisa minuciosa da realidade local, o que por consequência prejudica a implementação das ações idealizadas; o outro aspecto problemático é gerado na medida em que coloca metas em comuns para realidades diferentes, transformando os espaços que, em sua essência, possuem características e valores específicos, em realidades “homogêneas”, o que por sua

vez afeta os próprios anseios da comunidade e inibe o descobrimento da singularidade dos espaços vividos no momento da elaboração do plano.

O conhecimento local deverá servir de base para o fortalecimento das políticas públicas de cunho participativo, inserido na forma de diálogo ao partir do conhecimento das pessoas para a construção de algo novo¹². Rechaçamos a ideia de modelo “pronto” aos moldes do PDDU, modelo esse que dificulta a criação de significado para as pessoas que fazem parte do processo.

Com isso, busca-se evitar duas espécies de alienação: uma é quando as pessoas ficam alijadas do processo participativo, e a outra diz respeito sobre a ausência de reflexão quanto à própria cidade e, conseqüentemente, do ser. O pensamento de Milton Santos corrobora com o primeiro aspecto quando observou que “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2006, p. 328); com relação ao segundo aspecto, encontra-se em Freire uma inspiração quando pontua: “se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolúvelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo” (FREIRE, 1979, p. 16).

No que toca ao caso em questão, o PDDU de Juazeiro do Norte aprovou cinco projetos estruturantes, os quais seguem em ordem de prioridade: 1. Roteiro da Fé; 2. Subsistema Troncal de Transporte e Acessibilidade (Anel Pericentral – Eixo Beira Trilho); 3. Subsistema Troncal de Transporte e Acessibilidade – Trecho Centro / Horto; 4. Parque das Timbaúbas – 2º Etapa; 5. Unidade de Vizinhança Piloto – UV Centro.

Quanto ao planejamento, utilizou-se da linguagem do Planejamento Estratégico, como: estratégia, planejamento estratégico, diagnóstico, forças competitivas, ambiente competitivo, diversificação, desempenho econômico e social, municípios concorrentes, quem são os clientes, como tem evoluído o mercado, sucesso, dentre outras.

¹² O pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2002) visa fortalecer e ampliar a emancipação social. A democracia para ele é uma conquista concreta de uma dada sociedade, daí não se pode tirar soluções universais. O autor dá ânimo ao debate e convida a buscar a democracia de alta intensidade, momento no qual evoca três teses: primeiro, pelo fortalecimento da demodiversidade; segundo, pelo fortalecimento da articulação contra hegemônica entre o local e o global; e, terceiro, pela ampliação do experimentalismo democrático.

Segundo o PDDU, os principais concorrentes do município de Juazeiro do Norte são Crato e Barbalha (municípios conurbados), Brejo Santo¹³, Iguatu¹⁴, Sobral¹⁵, Fortaleza¹⁶ e Canindé¹⁷, todos no Ceará. O Plano Estratégico (com dados de 1995/1996) contém seis quadros comparativos com seus principais concorrentes, considerando a base natural (quadro 11), base urbana e demográfica (quadro 12), base institucional (quadro 13), base social (quadro 14), base econômica (quadro 15) e indicadores socioeconômicos (quadro 16).

O mesmo Plano Estratégico¹⁸ oferece um quadro com elementos para o sucesso do desenvolvimento econômico e social de um município. Essas condutas versam, especialmente, sobre o investimento educacional e tecnológico, visando o desenvolvimento econômico, a melhoria da infraestrutura, a universalização do ensino e o atendimento de qualidade na saúde.

Ainda no cenário das soluções, com dados de 1998, propõe-se que o município deve investir nos seus principais setores econômicos, como: turismo religioso; comércio varejista; industriais (utensílios de alumínio; artesanato; joias; móveis; couros); confecções e calçados (CEARÁ, 2000g). Na sequência, o quadro 4, síntese 1 da concepção de desenvolvimento urbano no PDDU.

¹³ Sul Cearense distante aproximadamente 63km via CE-293.

¹⁴ Centro-Sul Cearense distante aproximadamente 155km via BR-122.

¹⁵ Noroeste Cearense distante aproximadamente 586km via CE-176.

¹⁶ Capital Cearense distante aproximadamente 515km via BR-116.

¹⁷ Norte Cearense distante aproximadamente 459km via BR-020 e CE-176.

¹⁸ O Plano Estratégico utiliza como referência o livro de Michael Porter “a vantagem competitiva das nações” (CEARÁ 2000g, p. 46).

Quadro 4. Síntese da concepção de Desenvolvimento Urbano no PDDU

| DESENVOLVIMENTO URBANO (ASPECTOS VALORIZADOS) | |
|---|---|
| PDDU | Atendimento de qualidade na saúde |
| | Bem-estar |
| | Centro comercial |
| | Desenvolvimento econômico sustentável |
| | Disciplinar o uso e ocupação do solo |
| | Distribuir a densidade demográfica |
| | Economia Industrial |
| | Educação |
| | Estabelecer mecanismos de participação da comunidade |
| | Estimular a expansão do mercado de trabalho e das atividades produtivas |
| | Garantir as funções sociais da cidade |
| | Implantar sistema integrado de planejamento e de democratização da gestão urbana |
| | Justiça social |
| | Melhorar as condições de acesso à moradia, ao trabalho, ao lazer, à cultura, aos transportes e aos equipamentos urbanos |
| | Município atraente e equilibrado física e socialmente |
| | Preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, cultural e natural |
| | Promover a universalização do ensino fundamental com garantia de qualidade |
| | Promover conforto da vida urbana |
| | Promover o crescimento da cidade |
| | Promover serviços públicos iguais e eficientes |
| Proporcionar maior eficiência na distribuição dos serviços públicos | |
| Qualidade de vida | |
| Reurbanizar áreas deterioradas | |
| Tecnologia | |
| Turismo religioso | |
| Unidade de Vizinhança | |
| Universalização do ensino | |

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Concepções e interesses de desenvolvimento urbano na visão dos agentes locais

Na visão dos entrevistados — os dois primeiros relatos são de pessoas da equipe técnica, depois apresenta-se a visão de mais quatro que participaram na elaboração do PDDU, mas não participaram oficialmente da equipe técnica, e os dois últimos foram vereadores na época —, o desenvolvimento urbano se configura com alguns aspectos. A seguir, as principais ideias do entrevistado A sobre a concepção de desenvolvimento urbano:

- a) Tratar a política ambiental e o direito ambiental;
- b) Controlar o uso do solo, limitando o poder do mercado imobiliário;
- c) Promover acessibilidade em todos os aspectos;
- d) Gerar maior credibilidade às lideranças populares;
- e) Atuar e buscar melhorar o espaço na escala da rua e do bairro;
- f) Aplicar Unidades de Vizinhança;

- g) Implementar políticas públicas que possam promover uma cidade mais humana e mais saudável;
- h) Estabelecer Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- i) Estabelecer qualidade de vida e igualdade social;
- j) Preservar o patrimônio;
- k) Valorizar o espaço público;
- l) Proteger a população de baixa renda;
- m) Investir na caminhabilidade da cidade (Entrevistado A, entrevista cedida em abril de 2018).

Sobre esse aspecto (concepção de desenvolvimento urbano), quando perguntamos a entrevistada B ela pontuou: “primeiro é tornar a cidade acessível, leia-se acesso geográfico mesmo! Porque Juazeiro é uma cidade que tem uma realidade própria por conta da romaria e o acesso físico é péssimo” (Entrevistada B, entrevista cedida em junho de 2018).

Na visão do entrevistado C (engenheiro Civil):

O desenvolvimento urbano, ele é importante, mas para que ele atenda à população no todo é importante que todos os setores participem, porque você só construir uma avenida, construir um viaduto, construir uma ponte, resolve parcialmente algum problema de fluxo, alguma coisa, mas, no geral, não resolve o problema da população. Então a coisa é muito mais abrangente, precisa-se ouvir a população no todo, porque as necessidades da população, elas são diversas. É importante que se tenha um maior número possível, a maior diversidade dentro da população para que a gente consiga fazer um projeto que atenda a todos (Entrevistado C, entrevista cedida em junho de 2018).

De acordo com entrevistado D, que teve participação ativa na elaboração do PDDU,

O propósito do desenvolvimento urbano no meu entendimento é o conforto para o cidadão e para cidadã, e esse conforto se dá através de vários mecanismos. O grau de satisfação meu não é o mesmo que o seu. Mas eu compreendo que todo esforço tem o sentido da felicidade do ser humano de estar naquele ambiente gostando, achando que ali é o lugar dele (Entrevistado D, entrevista cedida em outubro de 2018).

Na visão do entrevistado E, o desenvolvimento ocorre quando cada um exerce seu ofício, e todos podem usufruir dos benefícios da coletividade. Para ele, o desenvolvimento está relacionado à geração de emprego, a potencializar a vocação econômica da cidade, ao

aumento da renda *per capita*, à melhoria da infraestrutura da cidade. Ele cita, com destaque especial, o aeroporto e a implantação das faculdades (Entrevistado E, entrevista cedida em março de 2018).

Para o entrevistado F, que foi Presidente da Federação das Associações Comunitárias de Juazeiro do Norte,

[...] Ter uma cidade aonde as pessoas se sintam felizes, que os espaços urbanos sejam um cartão de visita para acolher esse público flutuante que dobra a população diariamente em Juazeiro, pessoal que num raio de 300km, 400km vem diariamente ao Juazeiro fazer suas compras, visitar, fazer suas romarias. [...] Acredito que não é pedir muito, é o sonho das pessoas, que se respeite os direitos de todos, que se sintam todos acolhidos e que cada um tenha a oportunidade de viver bem (Entrevistado F, entrevista cedida em setembro de 2016).

Para o vereador da época:

Primeiro tem que ter uma política de gestão e planejamento. O poder público tem que ser mais eficiente. Então, uma forma é o fortalecimento dos equipamentos públicos, da profissionalização do serviço público, das secretarias, com a intercomunicação entre elas. [...]. A cidade tem que ser planejada para o conforto do cidadão. Enquanto você não humanizar essas relações, aí você não vai ter revolução. No meu entender, a propriedade tem que cumprir sua função social, tem que cumprir sua função ambiental. [...]. Eu me arrepio todinho quando eu vejo dizer que o Brasil está crescendo tantos por cento ao ano, está dando tantos empregos. Sim! Mas esse tipo de desenvolvimento, ele é sustentável? Até quando? Até quando as estruturas vão aguentar? Então, defendo o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e não da forma como está posto pelo sistema. (Entrevistado G, entrevista cedida em junho de 2018).

De acordo com a vereadora entrevistada H, a função do poder público é gerar emprego, mas ela nota que no município de Juazeiro do Norte as pessoas estão com pouca qualificação. Nesse sentido, o seu pensamento revela que é preciso mudar a consciência para observar que a educação pode ser solução. Nas palavras da vereadora, “começa pelas famílias, que é a base, trabalhar o setor de educação. O papel de um professor é de uma grande importância para o futuro [...], o professor prepara aquele público [...], eu sempre pensei assim: preparar o jovem na sua totalidade” (Entrevistada H, entrevista cedida em junho de 2018).

Em geral, o desenvolvimento urbano, segundo a ótica dos entrevistados, acontece sob diversas perspectivas (educacional, acessibilidade, infraestrutura, qualidade de vida,

crescimento econômico, implementação de bons projetos, geração de oportunidades, aperfeiçoamento da administração pública e preparação para o mercado de trabalho). Apenas um entrevistado mencionou a premissa de ouvir a maior diversidade de cidadãos para estabelecer um projeto que atenda a todos. Apenas um entrevistado questiona e critica o modelo de desenvolvimento econômico vigente, enquanto outro cita a possibilidade de limitar o poder do mercado imobiliário.

Desse modo, a concepção de desenvolvimento urbano não está mera e exclusivamente atrelada ao ideal da cidade mercado como valor prioritário. Ainda assim, elementos de um outro polo (democracia direta) são vistos timidamente. Em síntese, nas reflexões oferecidas, reforçam o destaque para a proximidade (vivência pessoal) e o autointeresse na formulação das concepções de mundo. Pode-se conferir com o quadro cinco:

Quadro 5. Concepção do desenvolvimento urbano para os entrevistados da equipe técnica

| ENTREVISTADO | DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspectos valorizados) |
|----------------|---|
| Entrevistado A | <ul style="list-style-type: none"> Aplicar Unidades de Vizinhança Atuar e buscar melhorar o espaço na escala da rua e do bairro Controlar o uso do solo, limitando o poder do mercado imobiliário Estabelecer qualidade de vida e igualdade social Estabelecer Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Gerar maior credibilidade às lideranças populares Implementar políticas públicas que possam promover uma cidade mais humana e mais saudável Investir na caminhabilidade da cidade Preservar o patrimônio Promover acessibilidade em todos os aspectos Proteger a população de baixa renda Tratar a política ambiental e o direito ambiental Valorizar o espaço público |
| Entrevistada B | <ul style="list-style-type: none"> Acesso à educação Emancipação da mulher Segurança alimentar Tornar a cidade acessível (melhoramento da infraestrutura) |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 6. Concepção do desenvolvimento urbano para os entrevistados que participaram indiretamente

| ENTREVISTADO | DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspectos valorizados) |
|----------------|---|
| Entrevistado C | Ouvir a população em maior diversidade possível Participação de todos os setores Projeto que atenda a todos |
| Entrevistado D | Conforto para os cidadãos Proporcionar a felicidade do ser humano de estar naquele ambiente |
| Entrevistado E | Aumento da renda <i>per capita</i> Exercício do ofício Geração de emprego Implantação das faculdades do Ensino Superior Investir no aeroporto Melhoria da infraestrutura Potencializar a vocação econômica da cidade Usufruir dos benefícios da coletividade |
| Entrevistado F | Construção de espaço para acolher público flutuante Felicidade Garantir as políticas públicas Respeitar o direito de todos Revitalização dos espaços urbanos |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 7. Concepção do desenvolvimento urbano para os vereadores

| ENTREVISTADO | DESENVOLVIMENTO URBANO (Aspectos valorizados) |
|-------------------------------|--|
| Entrevistado G (vereador) | Cumprimento da função ambiental Cumprimento da função social da propriedade Desenvolvimento econômico em bases sustentáveis Fortalecimento dos equipamentos públicos Gerar conforto para o cidadão Humanizar as relações Poder público eficiente Profissionalização do serviço público Ter uma política de gestão e planejamento |
| Entrevistada H (vereadora) | Gerar emprego Investimento na educação Investir na base familiar Melhoramento da qualificação profissional |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Considerações finais

No que se refere ao nosso pressuposto de que PDDU incorpora as questões físicas do espaço, vimos que o mesmo foi parcialmente validado, pois o PDDU do município de Juazeiro do Norte-CE já demonstra relevância para um modelo de planejamento que envolve questões sociais e ambientais, no entanto, não espacializa algumas deficiências sociais encontradas no município, isto é, apresenta apenas o teor quantitativo e, portanto, demonstra ausência de um tratamento espacial. Quanto ao outro aspecto do nosso pressuposto, vimos que realmente houve uma significativa intenção para priorizar o desenvolvimento na perspectiva do crescimento econômico, compreendendo a cidade como mercadoria, deixando de lado os conflitos sociais.

O PDDU, mesmo ao evidenciar problemas e desigualdades no município de Juazeiro do Norte, fundamenta-se no paradigma cidade-mercado. Com as ideias de Planejamento Estratégico, privilegiou a compreensão de que o desenvolvimento urbano pode ser ofertado pela estratégia, especialmente, do crescimento econômico. Também viu as cidades vizinhas não como parceiras, mas como concorrentes, e traçou estratégias para estabelecer o sucesso, que é sinônimo de avanço e ampliação do mercado consumidor.

Nota-se que a própria definição de sustentabilidade e a ideia de natureza estão correlacionadas apenas à manutenção, pois não foi abordada uma política de planejamento para ampliar seu espaço natural. Como exceção, podemos citar o projeto do parque central que, na realidade, é um projeto inoperante, considerando o exorbitante gasto para desapropriar uma área que é bastante comercial (com proposta de localização na Rua São Paulo no centro da cidade), algo também reconhecido por nossos entrevistados.

Observou-se que a elaboração — “em série” e através de consórcio — desses planos lança sérios problemas, como a repetição das mesmas diretrizes para realidades diferentes, exemplo que pôde ser encontrado no PDDU do município de Horizonte, nessa grande empreitada do Prourb. Essas questões demonstram a ausência de uma qualidade essencial para um trabalho dessa magnitude: o conhecimento mais profundo do território local, que poderia ser ofertado através de mais pesquisa, diálogo e mais autonomia. Assim, o plano apresenta projetos que são produzidos em outra esfera (consultoria) sem contar com a efetiva participação local.

Quanto aos entrevistados, de modo geral, a ideia do bem-estar aparece como propósito do desenvolvimento urbano, aspecto que vai desde a humanização das relações sociais e garantia à infraestrutura, até a ideia de gerar mais acesso à saúde, à educação, à moradia, à segurança, ao saneamento, ao conforto urbano, ao emprego, ao cumprimento da função social da propriedade, dentre outros aspectos.

De todo modo, vimos que é insuficiente dizer se houve mais semelhanças ou o teor da diferença se sobressaiu na concepção de desenvolvimento urbano entre o plano e alguns entrevistados, pois muitas das ideias que aparecem nos quadros se repetem, tanto no quadro do PDDU, quanto no quadro dos entrevistados. Isso parece se dar muito em razão dos entrevistados (cinco deles) terem participado direta e indiretamente da formulação do plano diretor da cidade, pois o contraste maior aparece nas falas dos dois vereadores entrevistados.

No entanto, o que podemos observar foram algumas semelhanças e algumas diferenças em tais concepções de desenvolvimento urbano, as quais queremos destacar. Quanto às semelhanças, vimos a educação, a ideia de bem-estar, a valorização da visão que a cidade pode oferecer o conforto para o cidadão, a potencialização da vocação econômica do município, a reurbanização de áreas deterioradas, a ideia de desenvolvimento sustentável, a valorização do patrimônio, a defesa da unidade de vizinhança e a melhoria para o mercado de trabalho.

Quanto às principais diferenças, vimos que enquanto a saúde é contemplada no Plano, nossos entrevistados não a mencionaram como algo a ser tratado em uma concepção específica de desenvolvimento urbano. A ideia de distribuir a densidade demográfica aparece como uma preocupação para o plano, enquanto a sociedade não versa sobre tal temática. De acordo com o plano, deve haver investimento na economia industrial, mas os entrevistados não pontuaram tal aspecto, ao passo que a ideia de limitar o poder do mercado imobiliário e a emancipação da mulher foram destacados para alguns entrevistados, mas o plano não tratou de tais aspectos. Enquanto o plano valorizou a ideia do turismo religioso como um dos principais projetos estruturantes, os entrevistados não fizeram menção a esse aspecto como algo prioritário.

No entanto, é importante frisar que mesmo a ideia de justiça aparecendo no plano e não configurando um aspecto citado para nossos entrevistados, esse recorte foi tratado em outro âmbito, pois citamos em uma nota de rodapé que o conceito de justiça foi outro núcleo

de sentido objetivado em nossa tese. Assim, argumentamos que um quadro desse tipo deverá ser sempre (em uma perspectiva geográfica) contrastado e retificado pelo contexto espaço-temporal, pois o desenvolvimento urbano não é estabelecido *a priori*, mas um esforço coletivo em permanente reflexão de sua própria construção, cabendo para isso um teor maior de pesquisa e participação popular do que vimos ser tratado no Plano Diretor.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITOUN, J. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG). **Presidente Prudente: Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**, 2001, p. 291-309.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Management of cities in the information age**. London, New York: UNCHS, 1997.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. **Juazeiro do Norte: Plano de Estruturação Urbana**, 2000, 42 p. Disponível em: <https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf>. Acesso em 19 jan. 2020.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte**. Lei 2.569 Lei de Organização Territorial. Plano Estratégico, 2000a.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte**. Lei 2.570 Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, 2000b.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte**. Lei 2.572 Lei do Plano Diretor, 2000d. CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte: Plano de Estruturação Urbana**, 2000f.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte: Plano Estratégico**, 2000g.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte: Relatório de questões/módulo conceito**, 2000h.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte**. Estratégia de implementação, 2000i.

CEARÁ, Governo do Estado. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte**. Termos de Referência para Elaboração de Projetos Executivos. Projeto 01: Roteiro da Fé, 2000j.

CEARÁ, Governo do Estado. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte**. Termos de Referência para Elaboração de Projetos Executivos. Projeto 05: Ordenamento da Unidade de Vizinhança Piloto - Centro, 2000n.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.** [online]. 2009, n.24, p. 213-225.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.

GOMES, R. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GRAZIA, G. (Org.). Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

GRAZIA, G. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto (orgs.) **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE. p. 53-70. 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; et al. **Cidades rebeldes**, São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27 a 34.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LACERDA, N. **O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 15, p. 77-93, 2013

LEAL, S. **Fetichismo da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife**. Recife: Ed. do Autor, 2003, 351p.

PEREIRA, E. M. (org.). **A alegoria da participação: planos diretores participativos pós-estatuto da cidade**. Florianópolis: Insular, 2015.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003, 2 ed., 2012.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 11, p. 31, 2009.

SANTOS JUNIOR, O. Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, v. p. 293-314.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp 2006.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. 2. ed. Chapecó-SC: ARGOS Editora Universitária, 2010. 557p.

VAINER, C. B.; ARANTES, O.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2010. p. 169-243.

VILLAÇA, F. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: 2005, 94 p. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em: 05 de nov. 2012.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, FORMAS ESPACIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO CASO DE ARAÇATUBA (SP) E BIRIGUI (SP)

Augusto Marques da SILVA¹

Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)

Resumo

Como citar:

SILVA, A. M. da. Segregação socioespacial, formas espaciais e espaços públicos: uma análise do caso de Araçatuba (SP) e Birigui (SP). **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p 111-134, set-dez/2020.
DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8161

Recebido em: 2020-10-16

Devolvido para correções: 2020-11-05

Aceito em: 2020-12-02

O processo de segregação socioespacial, a partir da intensificação das desigualdades e diferenças socioespaciais na cidade contemporânea, gera formas espaciais, como os espaços residenciais fechados. O objetivo deste artigo é articular o processo de segregação socioespacial, suas formas espaciais e os espaços públicos nos municípios de Araçatuba e Birigui. O processo de autosegregação é realidade nestes municípios e vêm se intensificando a partir do crescimento de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão, principalmente a partir dos anos 2000. Os procedimentos metodológicos utilizados foram o levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Foi possível identificar os espaços residenciais fechados já construídos e os projetos de novos empreendimentos. Anteriormente, quase todos os espaços residenciais fechados eram provenientes de capital local. Entretanto, atualmente, empresas como Alphaville e Damha, construíram seus loteamentos fechados em Araçatuba e Birigui, respectivamente. Observou-se como realidades profundamente distintas podem habitar espaços próximos, sendo que, em ambas as cidades, empreendimentos imobiliários estão localizados próximas a conjuntos habitacionais populares.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Autosegregação; Formas espaciais; Araçatuba (SP); Birigui (SP)

¹Mestrado Acadêmico em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É integrante do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)

E-mail: guto_marques_silva@hotmail.com

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-1699-6354

SOCIO-SPATIAL SEGREGATION, SPATIAL FORMS AND PUBLIC SPACES: AN ANALYSIS OF THE CASE OF ARAÇATUBA (SP) AND BIRIGUI (SP)

Abstract

The process of socio-spatial segregation, from the intensification of inequalities and socio-spatial differences in the contemporary city, generates spatial forms, such as closed residential spaces. The purpose of this article is to articulate the process of socio-spatial segregation, its spatial forms and public spaces in the municipalities of Araçatuba and Birigui. The self-segregation process is a reality in these municipalities and has been intensified since the growth of closed residential spaces of medium and high standard, especially since the 2000s. The methodological procedures used were the bibliographic survey and fieldwork. It was possible to identify the closed residential spaces already built and the projects of new projects. Previously, almost all enclosed residential spaces came from local capital. However, currently, companies like Alphaville and Damha, have built their closed subdivisions in Araçatuba and Birigui, respectively. It was observed how profoundly different realities can inhabit nearby spaces, and in both cities, real estate developments are located close to popular housing developments.

Keywords: Socio-spatial segregation; Self-segregation; Spatial forms; Aracatuba; Birigui

SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL, FORMAS ESPACIALES Y ESPACIOS PÚBLICOS: UN ANÁLISIS DEL CASO DE ARAÇATUBA (SP) Y BIRIGUI (SP)

Resumen

El proceso de segregación socioespacial, a partir de la intensificación de las desigualdades y diferencias socioespaciales en la ciudad contemporánea, genera formas espaciales, como los espacios residenciales cerrados. El propósito de este artículo es articular el proceso de segregación socioespacial, sus formas espaciales y espacios públicos en los municipios de Araçatuba y Birigui. El proceso de autorregistro es una realidad en estos municipios y se ha intensificado desde el crecimiento de los espacios residenciales cerrados de nivel medio y alto, especialmente a partir de la década del 2000. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron el levantamiento bibliográfico y el trabajo de campo. Se pudo identificar los espacios residenciales cerrados ya construidos y los proyectos de nuevos proyectos. Anteriormente, casi todos los espacios residenciales cerrados procedían de la capital local. Sin embargo, actualmente empresas como Alphaville y Damha han construido sus subdivisiones cerradas en Araçatuba y Birigui, respectivamente. Se observó cómo realidades profundamente diferentes

pueden habitar espacios cercanos, y en ambas ciudades, los desarrollos inmobiliarios se ubican cerca de los desarrollos habitacionales populares.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Autosegregación; Formas espaciales; Araçatuba; Birigui

Introdução

A compreensão da forma, como os elementos constituintes do espaço se distribuem e se configuram é uma tarefa importante para o estudo geográfico. De acordo com Corrêa (2011), a organização espacial apresenta dimensões política, econômica e cultural e ocorre por meio do conjunto de formas, que podem ser ruas, casas, prédios etc., e pelas interações que englobam mercadorias, pessoas, informações e capital.

Santos (1985) estabelece algumas categorias para o estudo do espaço. Essas categorias se relacionam dialeticamente e são estrutura, processo, função e forma, indissociáveis entre si. Para o autor, a integração entre essas categorias é fundamental para a análise geográfica. O estudo individual de cada uma das categorias proporcionará uma análise incapaz de abranger elementos importantes e, portanto, consistirá em uma análise incompleta. As relações estabelecidas entre as categorias processo e forma podem ser convergentes ou divergentes (CORRÊA, 2011). No caso das relações convergentes, processos distintos dão origem a uma mesma forma espacial, enquanto nas relações divergentes, um único processo resulta em formas espaciais diferentes entre si.

A cidade capitalista é repleta de contradições, inerentes a este modo de produção. As desigualdades econômicas e sociais compõem a realidade desses espaços e são causa e consequências de alguns processos como, por exemplo, a segregação socioespacial. A segregação socioespacial representa um tipo de relação divergente entre processo e forma, uma vez que consiste em um processo que tem como resultado formas espaciais distintas. Estas formas podem ser espaços residenciais fechados e ocupações irregulares, como favelas, por exemplo.

O aumento no número de espaços residenciais fechados é uma realidade de muitas cidades brasileiras. Estudando o caso de São Paulo, Caldeira (2000) argumenta que a proliferação destes espaços provoca a segregação das classes média e alta da população (autossegregação). Como consequência, os espaços públicos tradicionais estão deixando de

serem utilizados por esses setores da sociedade, encontrando-se em situação de abandono, sendo utilizados apenas pela população mais pobre.

A partir do que foi exposto, este artigo tem o propósito de articular, por meio de um estudo de caso, o processo de segregação socioespacial a partir das formas que ele origina. A forma escolhida para a análise são os espaços residenciais fechados, com a questão da utilização dos espaços públicos. Primeiramente, serão apresentados, de maneira sucinta, os principais conceitos e processos abordados neste artigo. Posteriormente, no estudo de caso, desenvolveremos, a partir de uma discussão teórica, uma análise acerca dos municípios de Araçatuba e Birigui, locais onde os processos abordados podem ser verificados.

Segregação socioespacial

O conceito de segregação remete à separação de determinados grupos sociais e foi inserido nos estudos acadêmicos, a partir das contribuições de sociólogos da Escola de Ecologia Humana de Chicago como R.Park, E.Burgess e R.McKenzie (VASCONÇELOS, 2013). De acordo com o autor, o conceito de segregação passou a ser aplicado a outros contextos e realidades e, desta forma, foram somadas a ele novas adjetivações como “residencial” ou “socioespacial”, por exemplo.

Sposito (2013) utiliza o termo segregação socioespacial por esta adjetivação abarcar os dois principais aspectos representados por este processo, sendo eles: espacial e social. A autora defende que estes elementos diferem a segregação de outros processos que, não obrigatoriamente, constituem-se da dimensão espacial, como a discriminação, marginalização e estigmatização, por exemplo.

A segregação socioespacial torna-se realidade nos espaços urbanos por meio das desigualdades sociais e econômicas, inerentes à cidade contemporânea regida pelo modo capitalista de produção. Caldeira (2000), ao desenvolver uma análise acerca dos padrões de segregação na cidade de São Paulo, destaca que as regras responsáveis pela organização do espaço urbano são, fundamentalmente, padrões de diferenciação e separação. Carlos (2007) destaca a importância da “diferenciação espacial” para a análise geográfica, sendo que a introdução do aspecto social ao termo permite relacionar o espaço com a sociedade. Ou seja, seria possível a articulação entre uma teoria desenvolvida no âmbito da Geografia sobre

diferenciação espacial com práticas sociais enquanto produtoras do espaço. De acordo com a autora:

O raciocínio aqui apresentado aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se fez na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro (CARLOS, 2007, p. 47).

A relação entre diferenciação, desigualdades e segregação é tratada com cuidado por Sposito (2013). De acordo com a autora, a segregação ocorre a partir do agravamento da diferenciação, quando esta é capaz de promover profunda separação espacial e gerar ruptura relativa entre a porção segregada e os demais espaços da cidade. Sendo assim, ela ressalta que a diferenciação e suas formas, inerentes ao processo de urbanização, não gera, obrigatoriamente, a segregação. Entretanto, a segregação pode ser considerada resultado do aprofundamento das diferenciações (SPOSITO, 2013).

Como destacado anteriormente, a segregação é uma realidade característica das cidades contemporâneas. Sposito (2013) destaca que a segregação socioespacial se relaciona aos sujeitos sociais, ou seja, aqueles que, por determinadas razões, são segregados e aqueles que segregam. Nas palavras da autora:

[...] a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que estão segregados. Ela não resulta de dinâmicas da cidade em si, como se fossem resultado da competição “natural” entre diferentes grupos pelo uso do espaço. A cidade explica, apenas na medida em que revela os modos como, no âmbito de uma sociedade, as forças se estabelecem, as alianças se realizam, os conflitos emergem e se aprofundam, nos planos político, econômico e ideológico, conforme classes e segmentos sociais. Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa (SPOSITO, 2013, p. 67).

Desta forma, este processo não decorre da própria cidade e de suas estruturas, como, por exemplo, a presença de uma ferrovia separando duas áreas, mas sim de uma série de fatores objetivos e subjetivos intrínsecos aos sujeitos sociais, como identidade, intolerância, explicações e crenças (SPOSITO, 2013).

Autossegregação

A autossegregação consiste em um processo que se relaciona com a segregação socioespacial. Ocorre quando parte da população passa a residir em espaços residenciais fechados, dotados de infraestruturas de lazer próprias e sistemas de segurança, em conjuntos com outros indivíduos pertencentes a mesma classe social. Sendo assim, constatamos que este segmento opta pela sua própria segregação. É importante destacar que, especialmente nas cidades médias, essa prática, anteriormente realizada pelas classes altas, vem se tornando também uma prática das classes médias das cidades brasileiras

A sensação de insegurança vem sendo apontada como um dos principais elementos responsáveis por esse processo, bem como a busca por exclusividade (SPOSITO; GÓES, 2013). As autoras destacam a importância da questão da insegurança no entendimento de novas realidades que se configuram em cidades médias, por exemplo. Entretanto, as autoras argumentam que os índices de criminalidade apresentados por algumas destas cidades não são altos o suficiente para justificar a insegurança, em contraposição às metrópoles, onde esses índices são muito mais elevados. Magrini (2013) aponta os principais agentes responsáveis pela “produção das representações de insegurança”, sendo eles: a mídia, os promotores imobiliários, as empresas que oferecem equipamentos de segurança, os políticos e os próprios cidadãos.

Em contraposição aos cidadãos pertencentes as classes mais altas, que praticam a autossegregação, os cidadãos de baixa renda, impossibilitados de adquirir, por questões políticas ou econômicas, uma porção do espaço urbano para residir, acabam sendo submetidas à segregação. Desta forma, suas alternativas são residir em espaços periféricos, muitas vezes localizados em áreas de risco, estando também essas populações submetidas a situações de vulnerabilidade socioambiental. A partir disso:

Segregação e autossegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural, religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere a autossegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281).

Corrêa (1989) apresenta o papel do Estado e das classes dominantes na produção da segregação. Primeiramente, ele destaca que a habitação funciona como uma “mercadoria especial”, estando sujeita aos mecanismos do mercado e da disponibilidade de terras urbanas. Desta forma, aqueles que não possuem condições de comprar sua porção de terra urbana se veem excluídos desta realidade, não podendo construir suas próprias residências. Em relação ao Estado, o autor cita a necessidade de sua intervenção, podendo ela ocorrer de forma direta ou indireta:

A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária. Indiretamente, através do financiamento aos consumidores e as firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção, pelo próprio Estado, de habitações. A sublocação de residências deterioradas constitui-se em outra alternativa ao como morar por parte daqueles que não conseguem entrar no mercado capitalista de habitação; outras alternativas referem-se à autoconstrução na periferia urbana, e outra, ainda, à construção de barracos em favelas (CORRÊA, 1989, p. 63).

Em relação às classes dominantes, Corrêa (1989) destaca que a sua participação na produção da segregação nas cidades está relacionada ao fato de que estas populações podem escolher as melhores áreas da cidade para habitar, sendo esta a prática da autosegregação. Conforme o autor, as classes dominantes praticam a segregação na medida em que passam a habitar “bairros suntuosos” e espaços residenciais fechados (autosegregação), ao mesmo tempo em que controlam o mercado de terras e as incorporadoras imobiliárias, segregando, desta forma, as populações de baixa renda.

O aumento no número de espaços residenciais fechados vem sendo verificado em inúmeras cidades brasileiras, ou seja, a autosegregação tem se tornado uma prática cada vez mais comum entre as classes média e alta. Analisando o caso da cidade de São Paulo, Caldeira (2000) destaca que a proliferação destes “enclaves fortificados” é responsável por promover a segregação das classes média e alta da população (autosegregação). Como consequência, a autora destaca que os espaços públicos tradicionais, como, por exemplo, praças e calçadas, estão deixando de ser utilizados pelos segmentos médio e alto, encontrando-se em situação de abandono. Desta forma, estes espaços continuam sendo utilizados apenas pela população de baixa renda.

As práticas espaciais dos habitantes destes espaços residenciais fechados acabam configurando circuitos percorridos por estes indivíduos no espaço intraurbano. Por exemplo:

uma família de classe alta reside em um condomínio fechado de alto padrão na cidade de Campinas; os pais trabalham em um edifício comercial e os filhos estudam em escola particular; na hora do almoço, os pais buscam seus filhos na escola e vão ao *shopping center* almoçar; no período da tarde, a filha vai para um clube privado, onde terá aulas de natação e o filho para a aula particular de inglês; no final da tarde, os pais buscam seus filhos e voltam para sua residência.

Observamos, neste exemplo, que essa família teve pouco contato com a cidade além dos muros de seu condomínio ou das paredes de seus escritórios ou salas de aula. Esta é uma representação das práticas espaciais que cotidianamente são realizadas pelas classes altas e médias em muitas cidades brasileiras. É importante ressaltar que as práticas espaciais das classes médias podem variar de acordo com as cidades. No caso de uma metrópole, estas práticas podem ficar restritas as classes altas, uma vez que os custos e preços são mais elevados. No caso das cidades médias, que possuem custos mais baixos, as classes médias terão a oportunidade de habitar em espaços residenciais fechados, consumir em *shoppings centers* e estudar em colégios particulares (SPOSITO e GÓES, 2013).

Desta forma, espaços residenciais fechados, *shoppings centers*, parques temáticos, clubes privados, escolas particulares, dentre tantos outros espaços, compõe um circuito que é percorrido pelos segmentos altos e médios no interior das cidades, que consistem em suas práticas espaciais.

Processos e formas

Em sua obra “Espaço e Método”, Milton Santos (1985) propõe o espaço enquanto uma instância da sociedade, da política, da cultura/ideologia e da economia. No espaço, então, estão presentes todas as demais instâncias, enquanto ele também está presente em cada uma delas. Desta forma, para o autor, o espaço não é composto somente pelos objetos geográficos naturais ou artificiais, mas também pela sociedade, sendo que o social é a essência do espaço. Segundo Santos (1985, p. 49), “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.”

Santos (1985) aponta quatro categorias para a análise do espaço. Essas categorias são indissociáveis, sendo elas estrutura, processo, função e forma e estabelecem entre si relações dialéticas. Segundo o autor:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado espaço do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50).

Desta forma, de acordo com o autor, investigar cada uma das categorias individualmente impossibilitará uma análise completa e, portanto, incapaz de abordar elementos importantes ao estudo geográfico. Considerando-as em conjunto, é possível compreender o movimento em sua totalidade. Sobre isso, o autor argumenta:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Analisar a forma como os elementos formadores do espaço se distribuem em sua extensão é uma tarefa importante para a Geografia. Conforme Corrêa (2011), a organização espacial apresenta uma série de formas e interações entre pessoas, mercadorias, informações, que se distribuem sobre o espaço e obedecem a uma lógica funcional. Além disso, a organização espacial possui um caráter multidimensional e, portanto, apresenta as dimensões política, econômica e cultural.

Corrêa (2011) argumenta que é possível desenvolver uma análise geográfica a partir de duas categorias propostas por Milton Santos, sendo elas as categorias processo e forma. Para isso, o autor propõe alguns tipos de relações estabelecidas entre processo e forma. São elas:

- 1) Relações de Convergência;
- 2) Relações de Divergência;

- 3) Relações Envolvendo Refuncionalização;
- 4) Relações Via Processos Espaciais;
- 5) Relações Intercausais: Matriz e Marca;
- 6) Relações com a Escala (CORRÊA, 2009, p. 11).

A partir do estabelecimento desta tipologia de relações envolvendo processo e forma, o autor propõe que relações de convergência ocorrem quando processos distintos são responsáveis por dar origem a uma única forma espacial. Por outro lado, as relações de divergência ocorrem por meio de um único processo que origina formas espaciais distintas.

A relação entre processo e forma que nos interessa neste artigo é a relação divergente. Isso porque a segregação socioespacial é um processo que origina formas espaciais distintas, como, por um lado, a produção de espaços residenciais fechados e, por outro, a constituição de ocupações irregulares. Iremos abordar aqui uma forma espacial específica, os espaços residenciais fechados, cujo número vem crescendo de maneira significativa nos municípios a serem analisados, sendo eles Araçatuba e Birigui.

Estudo de caso: uma análise de Araçatuba e Birigui

O município de Araçatuba, localizado na porção noroeste do Estado de São Paulo, apresenta população estimada em 197.016 habitantes, 1.167,126 km² de área da unidade territorial e densidade demográfica de 155,54 hab/km² (IBGE, 2019). Possui, de acordo com SEADE (2019), grau de urbanização em 98,07%.

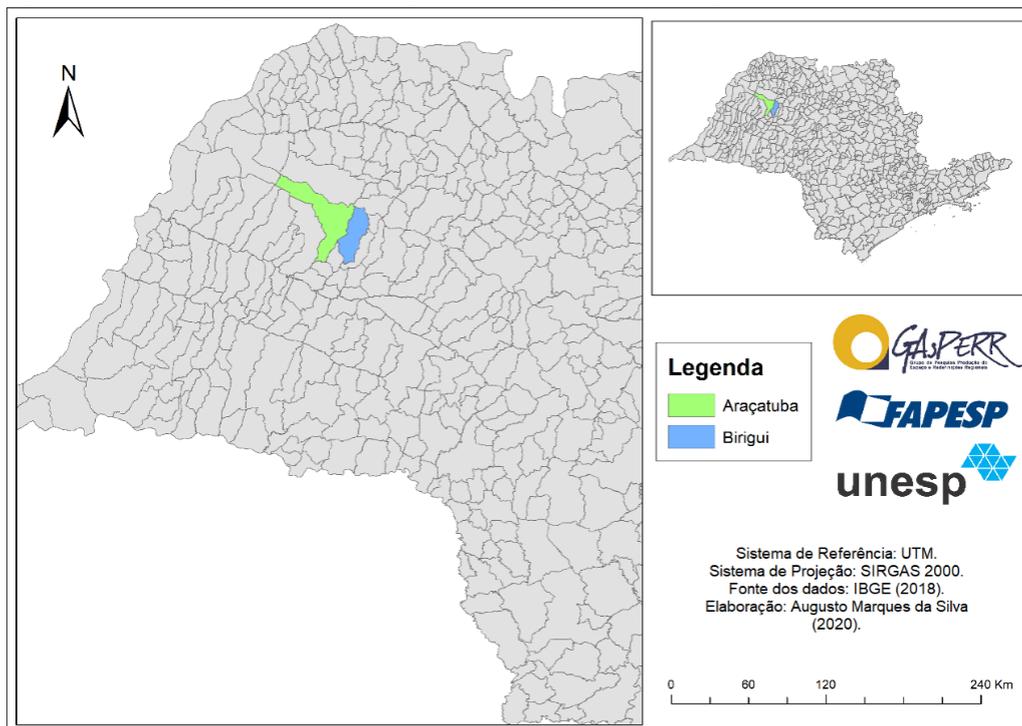
Araçatuba tem como principal atividade econômica a produção agropecuária, destacando-se o setor sucroalcooleiro e a carne bovina, sendo que o município é conhecido como “Terra do Boi Gordo”. Na década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro direcionou investimentos para a produção de combustíveis mais baratos, como o álcool. A partir disso, foi criado o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) com fundos provenientes do BNDES. Os proprietários de terras araçatubenses, quando as ações do programa chegaram à região, reduziram as atividades pecuárias e passaram a cultivar a cana de açúcar para a produção do álcool.

O município de Birigui, assim como Araçatuba, está localizado no noroeste do Estado de São Paulo. Apresenta população estimada em 123.638 habitantes, 530,031 km² de

área da unidade territorial e densidade demográfica de 204,79 hab./km² (IBGE, 2019). Conforme SEADE (2019), Birigui apresenta grau de urbanização de 97,33%.

Birigui apresenta como principal atividade econômica o setor industrial, com destaque para a produção de calçados infantis, sendo conhecida, desta forma, como “Capital nacional do calçado infantil”. De acordo com a SEADE (2017), a Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais é de 43,20% no ano de 2017. Para Cícero (2011), a indústria de calçados de Birigui consolidou-se como principal atividade econômica do município a partir do capital local.

Araçatuba e Birigui, juntamente com o município de Guararapes, compõe a Aglomeração urbana de Araçatuba. De acordo com a tipologia de aglomerações urbanas apresentada por Davidovich e Lima (1975 *apud* Moura, 2009, p. 90), a aglomeração urbana de Araçatuba é uma aglomeração urbana não metropolitana, uma vez que não possui continuidade entre seus respectivos tecidos urbanos e apresentam entre si funções complementares. Essa aglomeração caracteriza-se, então, não pela continuidade territorial (SPOSITO, 2004), mas pela continuidade espacial, que ocorre a partir das interações espaciais e fluxos materiais e imateriais estabelecidos entre as cidades componentes. A ligação entre as duas cidades ocorre por meio de dois eixos rodoviários: a rodovia Marechal Rondon (SP-300) e a rodovia Senador Teotônio Vilela. A Figura 1 mostra a localização de Araçatuba e Birigui.

Figura 1. Localização dos municípios de Araçatuba e Birigui no estado de São Paulo.

Fonte: IBGE (2018). Elaboração: Augusto Marques da Silva (2020).

Processo e forma: segregação socioespacial e espaços residenciais fechados em Araçatuba e Birigui

Como explicado anteriormente, a autosegregação é uma face do processo de segregação socioespacial, ocorrendo quando segmentos médios e altos optam pela sua própria segregação, passando a habitar os espaços residenciais fechados em busca de segurança e exclusividade. Sendo assim, o processo de segregação socioespacial gera formas espaciais, representadas pelos espaços residenciais fechados.

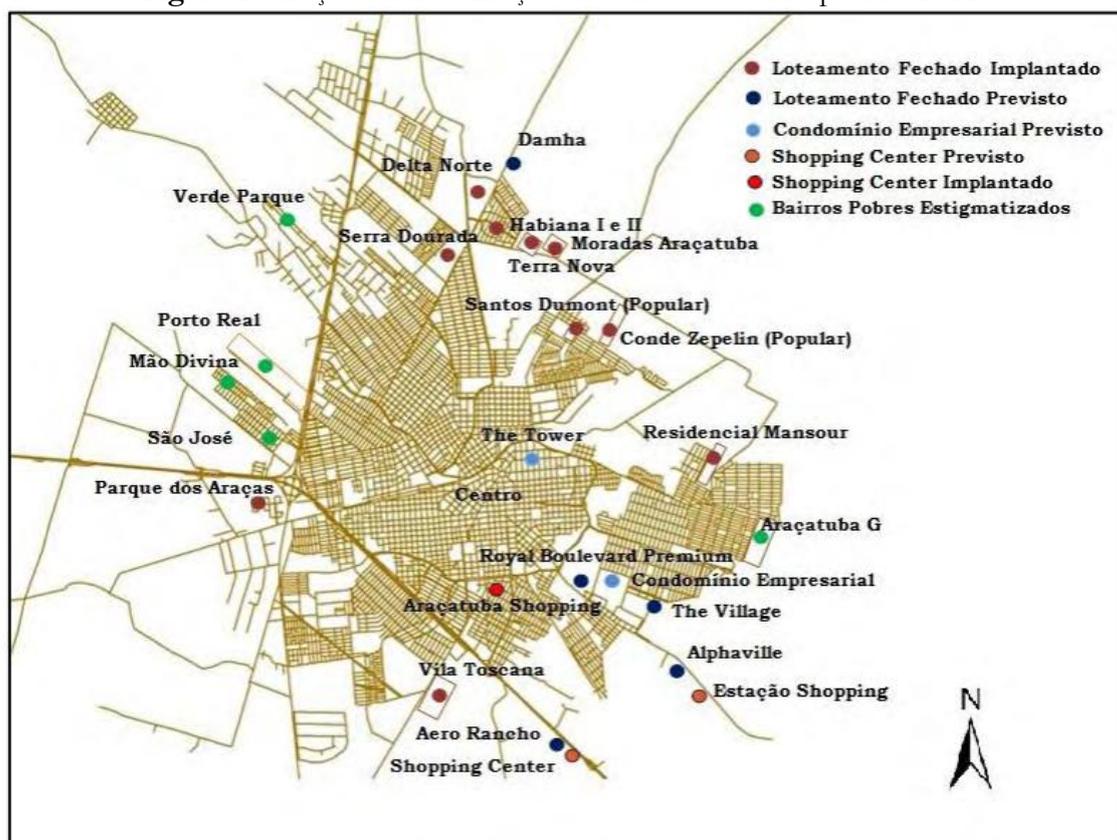
Assim como em muitas cidades brasileiras, o processo de segregação socioespacial, a partir da autosegregação, está presente nos municípios de Araçatuba e Birigui, originando formas espaciais, representadas pelos espaços residenciais fechados ou condomínios horizontais. O número destes espaços nas cidades analisadas é considerável e vem crescendo significativamente, principalmente a partir da década de 2000.

Alguns dos recentes empreendimentos imobiliários localizados em Araçatuba e Birigui, foram implantados nas duas rodovias que interligam as cidades, em áreas de expansão

urbana. De acordo com Sader (2018), a estrutura urbana das cidades de Araçatuba e Birigui vem sendo modificada, em decorrência das ações do capital incorporador, o que pode aprofundar as diferenças socioespaciais.

As Figuras 2 e 3, organizadas por Magrini (2013), apresentam, respectivamente, a localização dos enclaves socioespaciais em Araçatuba e Birigui. A Figura 2, mostra, em Araçatuba, os loteamentos fechados já implantados e aqueles que serão implantados futuramente. Apresenta também a localização do *shopping center* já implantado e, também, a localização do novo *shopping center*, além de mostrar os bairros pobres estigmatizados. É importante destacar que o trabalho desenvolvido por Maria Angélica Magrini foi finalizado no ano de 2013 e, portanto, os dados apresentados na Figura 2 são do ano de 2012. No citado ano, podemos observar que são oito espaços residenciais fechados, destinados aos segmentos médio e alto, e dois loteamentos fechados populares, totalizando dez (MAGRINI, 2013).

Figura 2. Araçatuba. Localização dos enclaves socioespaciais. 2012.

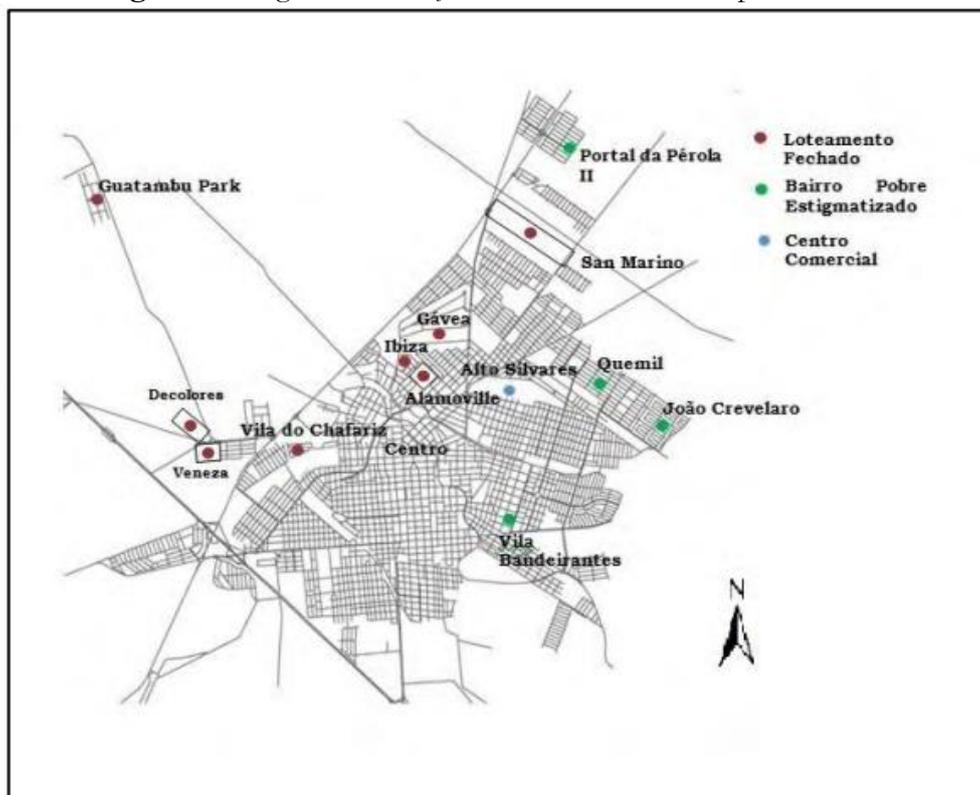


Fonte: Magrini (2013).

Atualmente, além dos espaços residenciais fechados apresentados na imagem, existem mais 16 empreendimentos, já implantados na cidade de Araçatuba, sendo eles o Alphaville II, Royal Boulevard Premium, Condomínio Residencial Barcelona, Costa Home, Vila Madalena, Residencial Laranjeiras, Green Park, Casablanca, San Marino, Villa Turin, Siena I, Siena II, Campos Sales I, Campos Sales II, Residencial Ankara e Residencial Sofia. Além desses, estão previstos a implantação do Vila Madalena II, GSP Golden, Barcelona II E Condomínio Flórida. É importante destacar que o espaço residencial fechado que seria implantado pelo Damha Urbanizadora em Araçatuba acabou sendo direcionado para Birigui.

A Figura 3 apresenta os loteamentos fechados, os bairros estigmatizados e o centro comercial de Birigui. Observamos que o município conta, no ano de 2012, com oito loteamentos fechados. Atualmente, sete novos empreendimentos foram implantados na cidade, sendo eles Damha Village, Condomínio Residencial Parque Inglês, Boa Vista Residencial, Art Ville, Campo Bello, Adisa Birigui e Villa Lobos.

Figura 3. Birigui. Localização dos enclaves socioespaciais. 2012.



Fonte: Magrini (2013).

Em relação à localização dos espaços residenciais fechados em Birigui, constatamos que eles se encontram predominantemente nos setores noroeste e oeste da área urbana, próximos às rodovias Marechal Rondon (SP-300) e Senador Teotônio Vilela, que ligam a Araçatuba. Os bairros estigmatizados estão localizados na porção oposta da cidade, no setor leste. Miyazaki (2013), ao analisar a espacialização na área urbana de Birigui dos espaços residenciais fechados e dos conjuntos habitacionais populares, destaca a distribuição intraurbana de renda. Na Figura 3 também é possível verificar esta constatação, uma vez que a localização dos espaços fechados e dos bairros estigmatizados são em setores opostos da cidade.

As Figuras 2 e 3, elaboradas por Magrini (2013), revelam, então, os espaços residenciais fechados e bairros estigmatizados de Araçatuba e Birigui. Ambos os espaços, de acordo com a autora, configuram enclaves, sendo estes “pretendidos ou impostos”. Pretendidos, no caso dos segmentos médio e alto e impostos, no caso da população de baixa renda. Ela afirma que estes enclaves são criados pelas barreiras propriamente físicas, os muros dos espaços residenciais fechados, e pelas barreiras simbólicas, que surgem a partir da representação dos bairros estigmatizados enquanto espaços que oferecem perigo, devendo ser evitados pelos demais habitantes da cidade.

Desta forma, os espaços residenciais fechados constituem-se formas espaciais, originadas a partir do processo de segregação socioespacial, que barram a entrada da classe baixa, enquanto as áreas estigmatizadas são evitadas pelos cidadãos por possuir a imagem de bairros violentos. As Figuras 4 e 5 mostram, respectivamente, o espaço residencial fechado Parque Inglês, em Birigui, e o espaço residencial fechado Alphaville, em Araçatuba. Ambos os empreendimentos são de alto padrão e estão localizados em eixos de expansão urbana de suas respectivas cidades. O Parque Inglês foi implantado próximo à rodovia Marechal Rondon (SP-300) e o Alphaville próximo à rodovia Senador Teotônio Vilela.

Figura 4: Birigui, SP. Condomínio Residencial Parque Inglês.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Figura 5: Araçatuba, SP. Condomínio Residencial Alphaville.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Freitas (2008) promove um estudo acerca dos loteamentos fechados enquanto principal produto imobiliário no Brasil, principalmente a partir da última década do século XX. A autora destaca que as periferias das cidades brasileiras, antes habitada pela população de baixa renda, vem tornando-se, atualmente, os espaços nos quais os espaços residenciais fechados de alto padrão estão sendo implantados.

O fato colocado acima é destacado por Magrini (2013), a partir da análise das Figuras 2 e 3. Nas duas cidades analisadas, os espaços residenciais fechados estão localizados nas áreas periféricas dos tecidos urbanos. Além disso, a autora enfatiza a proximidade entre estes espaços e alguns conjuntos habitacionais populares, sendo que em Araçatuba, cinco loteamentos fechados de alto padrão foram construídos próximos aos conjuntos populares. Em Birigui, há uma separação mais visível entre as áreas ocupadas por estes espaços, mesmo que ainda alguns espaços residenciais fechados estejam próximos a conjuntos habitacionais, como é o caso da Villa do Chafariz, próximo ao Residencial Pedro Marin Berbel e o Residencial Veneza, próximo ao bairro Eurico Caetano (MAGRINI, 2013).

É possível verificar, desta forma, que tanto em Araçatuba, quanto em Birigui, sendo que na primeira cidade este aspecto seja mais nítido, loteamentos fechados de médio e alto padrão estão localizados, em alguns casos, a curtas distâncias de conjuntos habitacionais populares. Sobre a implantação dos espaços residenciais fechados nas periferias, Sposito (2011) afirma:

A distância entre os desiguais, na cidade, não se opera mais, predominantemente, a partir da lógica de periferização dos mais pobres e de destinação, aos mais ricos, das áreas centrais e pericentrais, as melhores dotadas de meios de consumo coletivo (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos). Os sistemas de segurança urbana oferecem condições para que a separação possa se aprofundar, ainda que se justaponham, no “centro” e na “periferia” segmentos sociais com níveis *desiguais* de poder aquisitivo e com *diferentes* interesses de consumo (SPOSITO, 2011, p. 141).

A partir das palavras da autora, entendemos que as áreas periféricas das cidades, antes destinadas a ocupação pelas classes sociais de baixa renda, estão sendo ocupadas também pelos segmentos médio e alto, que anteriormente habitavam as áreas centrais e pericentrais. Estes segmentos passam a viver próximas das classes baixas, entretanto, separadas pelos muros dos espaços residenciais fechados nos quais habitam e pelos sofisticados sistemas de segurança dos quais estes espaços são dotados.

Como anteriormente destacado, os aspectos colocados no parágrafo anterior são verificados em Araçatuba e Birigui, sendo que em Birigui as ocorrências são menores (MAGRINI, 2013). Desta forma, ricos não se aproximam dos espaços habitados pelos pobres por medo da violência, provocado pela imagem de espaços inseguros representada por eles e os pobres não se aproximam dos ricos, por estes estarem cercados em seus condomínios horizontais murados e vigiados.

Neste sentido, Magrini (2013) frisa a perversidade das formas encontradas pela classe dominante de se afastar, cada vez mais, das classes dominadas. A perversidade destas formas é retratada a partir da proximidade e distanciamento simultâneos entre as classes média/alta e a classe baixa, uma vez que, embora estejam fisicamente próximas, estas classes permanecem distantes uma das outras em razão de “fronteiras bem demarcadas” que reforçam as “clivagens sociais”, impedindo-as de se relacionarem (MAGRINI, 2013). Em relação a estes fatos, Magrini (2013, p. 403) coloca que “os muros e outras barreiras visuais amenizam os contrastes por torná-los invisíveis, fato que possibilita, no plano das práticas e das representações, a superação das desigualdades socioespaciais, pois fazem com que ela não seja vivida, sentida e problematizada”.

Desta maneira, as desigualdades são mascaradas, escondidas, pois não são visualizadas. Classe dominante e classe dominada estão próximas e distantes, ao mesmo tempo. A presença dos muros dos espaços residenciais fechados em conjunto com outros elementos como, por exemplo, a presença de áreas verdes, impedem que as separações e profundas diferenças sejam notadas. Assim, os problemas relacionados as desigualdades socioespaciais, em decorrência da presença destas barreiras, passam despercebidos não somente pelos habitantes dos espaços fechados, mas também pelos habitantes da cidade aberta.

Utilização dos espaços públicos

As práticas espaciais cotidianas dos sujeitos autossegregados, como explicado anteriormente, em muitas situações ficam restritas a determinados espaços na cidade. Os espaços residenciais fechados, onde residem, *shopping centers*, parques temáticos, clubes privados e escolas particulares são alguns dos espaços frequentados pelos segmentos médio e alto, nas cidades médias.

Desta forma, os aspectos colocados no parágrafo anterior podem resultar em um abandono dos espaços públicos. De acordo com Roma (2008), os sujeitos autosegregados negam os espaços públicos, uma vez que são contrários à ideia de frequentarem os mesmos espaços que as classes baixas. Entretanto, de acordo com a autora, esses mesmos sujeitos fazem uso do espaço público a partir de seus interesses em habitar nos espaços residenciais fechados, que, para sua implantação, se apropriam de espaços públicos. Em suas palavras:

Desta forma, a autosegregação tende a negar o espaço “público”, criando espaços de uso coletivo, reafirmando a contradição da relação entre o público e o privado, e reforçando os espaços mercadoria. De outro lado, as pessoas que estão submetidas à segregação socioespacial involuntária necessitam aproximar-se do “público”, pois para terem boas condições de vida, precisam e dependem, inteiramente, de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos (ROMA, 2008, p. 44).

Caldeira (2000), ao analisar o caso da metrópole de São Paulo, argumenta que a classe dominante, ao se dirigir a seus “enclaves fortificados”, deixa os espaços públicos da cidade para a classe baixa e aos moradores de rua. Conforme a autora, os espaços públicos utilizados por grupos e classes sociais diversas foram significativamente reduzidos, uma vez que os indivíduos habitantes dos espaços residenciais fechados e os cidadãos da cidade aberta possuem rotinas distintas, as quais dificilmente irão se entrecruzar.

Sobre a vida pública moderna, Caldeira (2000) coloca:

Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições) (Caldeira, 2000, p.303).

A vida pública descrita acima, com essas práticas espaciais, vem tornando-se, dessa forma, cada vez mais incomum na cidade contemporânea. Loboda (2008) chama a atenção para o surgimento de novas práticas socioespaciais segregacionistas nestas cidades, sendo que estas práticas podem ocorrer nos espaços residenciais fechados, que se tornam “barreiras para a sociabilidade urbana”.

Em relação a questão da insegurança, Magrini (2013) apresenta algumas formas encontradas pelos cidadãos de limitar a sensação de inseguranças e, conseqüentemente, tornar suas rotinas mais seguras. Essas formas consistem em uma maior seletividade, por parte dos habitantes, sobre quais lugares frequentar e em quais horários do dia. A partir disso, a autora aponta uma retração nas experiências urbanas, uma vez que a cidade não é vivida com a mesma liberdade. Ela apresenta, a partir de entrevistas realizadas, o caso de alguns moradores de Araçatuba e Birigui que evitam determinados espaços, como os bairros estigmatizados. Além disso, esses moradores demonstram grande preocupação com algumas práticas, como andar no centro a pé, ir ao banco sacar dinheiro, redobrar a atenção quando estiver abrindo o portão da residência etc. Estes aspectos, então, comprometem a liberdade dos cidadãos, uma vez que há a limitação da sociabilidade e da circulação dos mesmos e, ao mesmo tempo, uma perda de confiança no outro (MAGRINI, 2013).

Sobre a liberdade dos cidadãos, Bauman (2003, *apud* Moura, 2013, p. 204) estabelece uma relação entre a liberdade e segurança. Liberdade e segurança seriam, então, inversamente proporcionais. A ampliação da sensação de segurança reduziria a liberdade do indivíduo, enquanto o aumento da liberdade comprometeria sua segurança. Desta forma, torna-se comum abdicar da liberdade em prol da segurança (MAGRINI, 2013).

Como destacado anteriormente, produtores imobiliários em conjunto com a mídia são alguns dos principais propagadores da sensação de insegurança nas cidades contemporâneas. Neste contexto, ganha força a produção dos espaços residenciais fechados e espaços de lazer e consumo controlados por sistemas de vigilância, como *shopping centers*.

Em relação as formas espaciais representadas pelos loteamentos fechados, Magrini (2013), por meio de entrevistas, busca entender o que estes espaços representam para os cidadãos de Araçatuba e Birigui, uma vez que o número de loteamentos vem crescendo significativamente em ambos os municípios. A partir dos resultados obtidos pelas entrevistas realizadas pela autora, é possível notar que alguns entrevistados se demonstraram favoráveis a ideia de habitar nos espaços residenciais fechados. Outros ponderaram a questão da segurança, argumentando que, por serem espaços habitados por segmentos médios e alto, tornam-se mais facilmente alvo de violência. Em outros casos, os entrevistados apresentaram pontos negativos em residir nesses espaços, como, por exemplo, a monotonia.

Considerações finais

A ampliação das desigualdades e diferenças socioespaciais nas cidades contemporâneas promovem o processo de segregação socioespacial. Este processo, gera formas espaciais distintas, sendo uma delas os espaços residenciais fechados. Estas formas espaciais surgem a partir do interesse da classe dominante em “autossegregar-se”, gerando, assim, um processo denominado autossegregação, que se difere da segregação das classes baixas, que têm opções muito mais limitadas quanto ao seu espaço de habitação.

O aprofundamento do processo de autossegregação, a partir do aumento no número de espaços residenciais fechados em conjunto com práticas espaciais dos sujeitos autossegregados, promovem a redução do uso dos espaços públicos por estes segmentos sociais. Sendo assim, estes espaços, em determinadas situações, passam a ser utilizados pelas classes sociais baixas e pelos moradores de rua.

O processo de autossegregação é verificado nos municípios de Araçatuba e Birigui, sendo possível afirmar que, a partir dos anos 2000, vêm se intensificando. Araçatuba, apresenta, atualmente, 18 espaços residenciais fechados, com mais dois empreendimentos previstos, enquanto Birigui conta com 13 espaços residenciais, sendo que há o projeto de implantação de mais um.

Grande parte destes empreendimentos imobiliários, em ambas as cidades analisadas, estão localizados nas periferias das respectivas cidades, em alguns casos próximos às grandes vias de acesso. Verifica-se, também, que estes espaços residenciais fechados, em determinados casos, foram implantados próximos a conjuntos habitacionais populares. Desta forma, em decorrência das divisões estabelecidas pelos muros vigiados por câmeras de segurança que cercam os espaços residenciais fechados, classe dominante e classe dominada estão, ao mesmo tempo, próximos e distantes, revelando mais uma contradição da cidade capitalista.

O aprofundamento do processo de autossegregação, a partir do aumento no número de espaços residenciais fechados em conjunto com práticas espaciais dos sujeitos autossegregados, promovem a redução do uso dos espaços públicos por estes segmentos sociais.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Brasil (FAPESP) – Código de Financiamento 2019/05179-5.

Referências

- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CICERO, Elaine Cristina. **A Indústria de Calçados de Birigui: origem, reestruturação produtiva e formação de uma economia de aglomeração**. 2011.182f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. **Processo, forma e significado: uma breve consideração**. Publicado no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 10/11/2009. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Processo,%20Forma%20e%20Significado.pdf>>.
- CORREA, Roberto Lobato. **Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados**. Geografia, Rio Claro, v. 36, p. 7-16, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial**. Cidades. Presidente Prudente, GEU, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracatuba/panorama>>. Acesso em: 26/12/2019.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/birigui/panorama>>. Acesso em: 26/12/2019.
- FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda. **Loteamentos Fechados**. 2008. 206f. Tese (Doutorado-Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008, 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves. O imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos.** 2013. 488f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista.** 2013. 305 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba.** 2009. 243f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SADER, Ana Paula Cabral. **O vetor de expansão urbana Araçatuba-Birigui: uma reflexão sobre a produção do espaço urbano.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v.6, n. 40, 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SEADE. **Perfil dos municípios paulistas: Araçatuba.** Página Inicial. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 26/12/2019.

SEADE. **Perfil dos municípios paulistas: Birigui.** Página Inicial. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 26/12/2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004b. 510f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.** In: CARLOS, Ana Fani. SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 359p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.; CORRÊA, Roberto Lobato.; PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61 – 93.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.;

CORRÊA, Roberto Lobato.; PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

REFLEXÕES SOBRE A HIDROGEOMORFOLOGIA DOS RIOS INTERMITENTES FRENTE ÀS DEFINIÇÕES DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE CURSOS D'ÁGUA NO BRASIL

Andreza Tacyana Felix CARVALHO ¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Avançado Pau dos Ferros (UERN-CAPF)

Resumo

De acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as faixas marginais de qualquer curso d'água de regime perene e intermitente, excluídos os efêmeros, são consideradas áreas de preservação permanente. Embora sejam elementos representativos da paisagem semiárida, os cursos d'água de regime intermitente ainda são alvos de degradação provenientes de ações de uso e ocupação da terra, por muitas vezes, respaldadas pela legislação ambiental. Neste sentido, o presente trabalho, de cunho descritivo e interpretativo, tem como objetivo discutir o comportamento hidrogeomorfológico dos rios intermitentes, na paisagem semiárida do Brasil, frente à delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para os cursos água estipuladas em lei. Desse modo, a partir de revisão bibliográfica e documental, aponta-se que apesar de funcionar como medida normativa do ordenamento territorial, as definições das APPs não consideram distintamente as particularidades de cada sistema fluvial, sendo aplicada arbitrariamente de forma generalizadora podendo inclusive, causar danos à hidrogeomorfologia dos cursos d'água intermitente, e prejuízos à sociedade. **Palavras-chave:** Semiárido; Geomorfologia fluvial; Hidrologia; Planejamento ambiental

Como citar:

CARVALHO, A. T. F. Reflexões sobre a hidrogeomorfologia dos rios intermitentes frente às definições das áreas de preservação permanente de cursos d'água no Brasil. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 135-150, set-dez/2020.
DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.7507

Recebido em: 2020-03-25

Devolvido para correções: 2020-06-28

Aceito em: 2020-07-04

¹ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Avançado Pau dos Ferros (UERN-CAPF) e membro do Núcleo de Estudos Geoambientais e Cartográficos (Negecart) e do Grupo de Pesquisa Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPEECH).

E-mail: andrezafelix@uern.br

Orcid iD: orcid.org/0000-0002-6642-3802

REFLECTIONS ON THE HYDROGEOMORPHOLOGY OF INTERMITTENT RIVERS IN FRONT OF THE DEFINITIONS OF THE AREAS OF PERMANENT PRESERVATION OF WATER COURSES IN BRAZIL

Abstract

According to Federal Law No. 12,651, of May 25, 2012, the marginal strips of any water course of perennial and intermittent regime, excluding the ephemeral, are considered permanent preservation areas. Although they are representative elements of the semi-arid landscape, intermittent water courses are still targets of degradation resulting from land use and occupation actions, often supported by environmental legislation. In this sense, the present work, of a descriptive and interpretative nature, aims to discuss the hydrogeomorphological behavior of intermittent rivers, in the semi-arid landscape of Brazil, in view of the delimitation of Permanent Preservation Areas (PPAs) for water courses stipulated by law. Thus, from a bibliographic and documentary review, it is pointed out that although it works as a normative measure of territorial ordering, the definitions of the APPs do not distinctly consider the particularities of each river system, being arbitrarily applied in a generalized way and may even cause damage hydrogeomorphology of intermittent water courses, and damage to society.

Keywords: Semi-arid; Fluvial geomorphology; Hydrology; Environmental planning

REFLEXIONES SOBRE LA HIDROGEOMORFOLOGÍA DE RÍOS INTERMITENTES FRENTE A LAS DEFINICIONES DE LAS ÁREAS DE CONSERVACIÓN PERMANENTE DE CURSOS DE AGUA EN BRASIL

Resumen

De acuerdo con la Ley Federal No. 12,651, del 25 de mayo de 2012, las franjas marginales de cualquier curso de agua de régimen perenne e intermitente, excluyendo lo efímero, se consideran áreas de preservación permanente. Aunque son elementos representativos del paisaje semiárido, los cursos de agua intermitentes siguen siendo objeto de degradación como resultado del uso de la tierra y las acciones de ocupación, a menudo respaldadas por la legislación ambiental. En este sentido, el presente trabajo, de carácter descriptivo e interpretativo, tiene como objetivo discutir el comportamiento hidrogeomorfológico de los ríos intermitentes en el paisaje semiárido de Brasil, en vista de la delimitación de las Áreas de Preservación Permanente (APP) para cursos de agua estipulados por ley. Por lo tanto, a partir de una revisión bibliográfica y documental, se señala que, aunque funciona como una medida normativa del ordenamiento territorial, las definiciones de las APP no consideran

claramente las particularidades de cada sistema fluvial, ya que se aplican arbitrariamente de manera generalizada e incluso pueden causar daños hidrogeomorfológica de cursos de agua intermitentes y daños a la sociedad.

Palabras clave: Semiárido; Geomorfología fluvial; Hidrología; Planificación ambiental

Introdução

Os rios são modeladores da paisagem que agem de forma dinâmica e integrada a outros elementos e fatores geográficos assumindo inclusive, papel ativo na evolução do relevo. Conforme destaca Carvalho (2019), como sistemas ambientais complexos, os cursos d'água são compostos por diversos elementos que se interagem, transformam, produzem, ligam e mantém o sistema como um todo. Dessa forma, alterações neste sistema, mesmo que de baixa intensidade, levam à sua desestabilização, provocando diversos impactos comprometendo também, a sua qualidade ambiental.

De modo geral, Girão e Corrêa (2015) citam que, mudanças verificadas nas áreas das bacias hidrográficas causam alterações no equilíbrio dinâmico dos elementos naturais que as compõem, onde as atividades antrópicas passaram a se constituir não só em um fator degradante para o meio natural, mas também, como fator de aceleração de alterações nas bacias hidrográficas, levando a intensas e impactantes modificações na paisagem em pequenos intervalos de tempo.

Considerando esses distúrbios e perturbações que o ser humano vem provocando nos rios ao redor do mundo, que destaca-se alguns estudos realizados por diversos pesquisadores que contribuíram substancialmente para o conhecimento das interações dos processos hidrológicos e geomorfológicos, mais especificamente sobre a relação entre os sistemas fluviais e de vertente, mostrando inclusive, sua influência sobre a paisagem geográfica, entre eles: Gilbert (1914), Horton (1945), Mackin (1948), Leopold *et al.* (1964), Scheidegger (1973), Schumm (1977), Gregory (1979), Richards (1988), Bridge (2003), Charlton (2008), Christofolletti (1981), Okunishi (1991), Cunha (1995), Marçal (2013), Stevaux e Latrubesse (2017).

Entretanto segundo Cavalcante (2018), na América do Sul, em especial no Brasil, estudos sobre o comportamento dos cursos d'água do semiárido ainda são pouco discutidos, mesmo diante do grande número de intervenções observadas nas bacias hidrográficas de drenagem no nordeste brasileiro. E, muito embora sejam elementos representativos da

paisagem semiárida, em face de seu comportamento hidrogeomorfológico, os rios intermitentes também conhecidos como rios temporários, são alvos comuns de degradação provenientes de ações de uso e ocupação da terra.

Maltchik (1996) cita que os rios intermitentes são ecossistemas fundamentais para as estratégias de sobrevivência da população humana local. Porém, conforme defende Carvalho (2019), é importante que as intervenções fluviais quando projetadas, sejam efetuadas tendo em vista a sustentabilidade, fundamentada por um conjunto de ações destinadas a regulação de uso, controle e proteção dos recursos hídricos, resguardadas também, por legislações específicas.

Desse modo, esta pesquisa de cunho descritivo e interpretativo, fundamentada através de revisão bibliográfica e documental legais, tem como objetivo, discutir o comportamento hidrogeomorfológico dos rios intermitentes frente à delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para os cursos água, definidas pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Para tal, utiliza-se de um breve panorama sobre como os cursos d'água de regime intermitentes são tratados pelas políticas ambientais e hídricas no âmbito na União, para dar suporte à reflexão sobre a aplicação das APPs neste tipo de curso d'água.

Assim, o intuito desta pesquisa visa colaborar para o fortalecimento de estudos da hidrogeomorfologia direcionados ao conhecimento dos rios do semiárido, contribuindo com informações sobre a sua relevância para a manutenção e equilíbrio ambiental, auxiliando inclusive, a conscientização popular sobre o papel APPs no âmbito do planejamento ambiental dessa região.

Os cursos d'água nas Políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Brasil

Os cursos d'água desempenham um papel vital na sociedade humana, fornecendo água para abastecimento público e industrial, apoiando a agricultura, necessidades municipais, geração de energia, navegação e recreação, entre outros (WANG et al., 2018). Partindo disso, de acordo com Carvalho (2019), temas como o manejo e a gestão de recursos hídricos vêm sendo objetos de atenção crescente por parte de pesquisadores e de órgãos ambientais e, sobretudo dos órgãos gestores de recursos hídricos, na tentativa de assegurar à

atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade das águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos demandados.

A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, bem como, outras providências, aborda os cursos d'água como elemento ambiental. Nela, o meio ambiente é definido como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981), dando oportunidade para que este ambiente tenha suas áreas e componentes protegidos para fins de conservação da qualidade do conjunto ambiental.

Neste contexto, a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1987 que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), coloca como diretrizes gerais de ação, a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade, considerando também, as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país. Contudo, observa-se que apesar de sua abrangência, a referida lei não aborda especificamente os cursos d'água como objeto direto de sua política, mas o traz diluído no sistema de gestão hídrica.

Neste caso, compreende-se que os cursos d'água passam a ser tratados como objeto de preservação derivados de sua importância quanto à funcionalidade hídrica e ambiental, como meio para obtenção do recurso natural água. No âmbito gerencial, o planejamento dos recursos hídricos é organizado em quatro grupos de planos, considerando as escalas geográficas nacional, regional e estadual, e indicadas que as ações planejadas devem considerar a totalidade das bacias hidrográficas e as sub-bacias hidrográficas de tributários do curso de água principal da bacia hidrográfica, ou de tributário desse tributário.

Desse modo, compreendendo que “as bacias hidrográficas são tidas no âmbito do planejamento territorial como a unidade básica de análise para o desenvolvimento de ações e medidas estruturais e não estruturais com a perspectiva de integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental” (CARVALHO, 2020), a PNRH além de definir a bacia hidrográfica como elemento principal de planejamento da gestão hídrica, indica que esta gestão seja executada de forma integrada com a gestão ambiental, havendo assim, a articulação do planejamento hídrico com o do uso da terra em diferentes escalas.

As Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água a partir do Novo Código Florestal brasileiro

As APPs são áreas protegidas que devem ser compreendidas como porções territoriais,

(...) delimitadas pelo Poder Público com o intuito de promover a proteção do meio ambiente, seja de forma integral ou não, tendo em vista a relevância dos atributos ambientais nela contidos. Isso implica dizer que as áreas ecologicamente representativas devem ser objeto de um regime jurídico especial de proteção, que tem a finalidade de proteger a biodiversidade e defender a qualidade de vida da população. (COUTINHO et al., 2015).

Sobre isto, destaca-se que as APPs possuem funções de preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, da biodiversidade, do solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Neste caso,

(...) a princípio, convém salientar que, dentre as funções exercidas pelas matas ciliares, existem aquelas relacionadas à proteção dos recursos hídricos, que são principalmente a estabilização de taludes e encostas, manutenção da morfologia do rio, retenção de sedimentos e nutrientes, proteção contra inundações e regulação da temperatura da água. (ANA, 2012).

Entende-se que,

(...) as APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e assim assegurar o bem-estar das populações humanas. (MMA, 2011).

Contudo, de acordo com Fernandes Neto et al. (2015) e o Ministério do Meio Ambiente (2011), esta concepção apenas foi fortalecida a partir da década de 1980 pois, levantamentos realizados na região Sul do país, mostraram que as pessoas e infraestruturas mais atingidas pelas cheias e deslizamentos de terra foram aquelas que ocupavam as áreas muito próximas aos rios, riachos e encostas com grande declividade.

Desse modo, alterando a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e instituída pela Lei Federal nº 7.803, de 18 de junho de 1989, as APPs para fins de preservação da vegetação natural que até então eram delimitadas a partir da faixa marginal, passaram a ter também, o nível mais alto de vazão do curso d'água para definição de suas larguras de faixas de preservação. Segundo Fernandes Neto et al. (2015), as APPs dos cursos d'água tiveram ampliação da faixa de 5 para 30 metros, da APP dos cursos d'água com largura inferior a 10 metros, assim como a ampliação de outros parâmetros, considerando além de aspectos

ambientais, a garantia do bem-estar das populações humanas. Assim, as APPs para os cursos d'água foram postas como mostra o quadro 1:

Quadro 1. Larguras das faixas de preservação permanente de cursos d'água instituídas pela Lei Federal nº 4.771/1965 e pela Lei Federal nº 7.803/1989.

| Largura mínima ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água | Faixa marginal de preservação permanente pela Lei Federal nº 4.771/1965 | Faixa marginal de preservação permanente conforme Lei Federal nº 7.803/1989 |
|--|---|---|
| Menos de 10 (dez) metros | 5 (cinco) metros | 30 (trinta) metros |
| De 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros | ----- | 50 (cinquenta) metros |
| De 10 (dez) a 200 (duzentos) metros | Igual a metade da largura do curso d'água | ----- |
| De 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros | ----- | 100 (cem) metros |
| Superior a 200 (duzentos) metros | 100 (cem) metros | ----- |
| De 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros | ----- | 200 (duzentos) metros |
| Superior a 600 (seiscentos) metros | ----- | 500 (quinhentos) metros |

Fonte: Elaborado pela autora (2020), a partir das Leis Federal nº 4.771/1965 e nº 7.803/1989

Conforme cita o MMA (2012), no caso das faixas mínimas a serem mantidas e preservadas nas margens dos cursos d'água (rio, nascente, vereda, lago ou lagoa), o Código Florestal (1965) considerava não apenas a conservação da vegetação, mas também a característica e a largura do curso d'água, independente da região de localização, em área rural ou urbana. Com a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro em 2012 através da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, revogando o Código Florestal instituído pela Lei nº 4.771/1965 e suas posteriores alterações, as APPs passaram a ser indicadas a partir do regime hídrico, tendo como estabelecimento “(...) as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular” (BRASIL, 2012).

Todavia, apesar do novo Código Florestal (2012) incluir em sua definição os regimes hídricos, e os valores das larguras das faixas de preservação terem sido mantidos

conforme o antigo Código Florestal (1989), a inclusão possibilitou modificação no padrão de referência para definição destas APPs.

Compreende-se que diferentemente da PNRH, o novo Código Florestal (2012) ao manter os valores das larguras da APPs, aborda os cursos d'água "(...) de forma igualitária para todo o território nacional, não levando em consideração as características ambientais específicas de cada ecossistema, que possui aspectos fisiográficos, regime hidrológico dos cursos d'água e dinâmica de uso e ocupação diferenciados" (FERNANDES NETO et al., 2015). E ainda, ao alterar a referência geomorfológica do leito maior, para a partir do talvegue ou leito regular, a nova versão da Lei traz implicações negativas significativas em termos de proteção da área da planície de inundação.

Neste contexto, ressalta-se que o novo Código Florestal (2012) define também, que a vegetação existente nas faixas marginais de preservação deve ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. E, em casos de supressão dessa vegetação, o responsável pela área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na mesma. Além disso, a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em APPs, segundo o Art. 8, pode ocorrer somente em hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas de acordo com a Lei.

Assim, pode-se considerar como exemplos de utilidade pública, o acesso de pessoas e animais para obtenção de água e a execução de obras para captação de água para abastecimento público. No entanto, observa-se que obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda, também podem ser realizadas em APPs, mesmo que abrigue vegetação nativa.

Sobre isto destaca-se que, independentemente das questões sociais envolvidas, do ponto de vista hidrológico, para uma atividade como esta "não existe a possibilidade de compensação das APPs, pois sua funcionalidade depende da localização e extensão e estas estão ligadas às características do solo, do clima, da declividade e do uso e ocupação do solo a montante do trecho do curso de água em análise" (ANA, 2012).

Por fim, como forma de ponderar estas ações, as atividades e empreendimento com propostas de intervenções em APPs de cursos d'água são objetos de processo de avaliação

de impacto ambiental. Tal instrumento de gestão ambiental, através de órgãos de controle e fiscalização ambiental e, de uso e ocupação da terra, são responsáveis por analisar e efetuar legalmente a tomada de decisão quanto às intervenções nestas áreas protegidas.

Hidrogeomorfologia dos rios intermitentes e a definição de suas Áreas de Preservação Permanente no Brasil

Em um rio, a velocidade das águas depende de fatores importantes como a declividade do perfil longitudinal, o volume das águas, a forma da seção transversal, o coeficiente de rugosidade do leito e viscosidade da água, fazendo com que a velocidade das águas tenha variações nos diversos setores do canal no qual ela flui (CHRISTOFOLETTI, 1979; COELHO, 2008). Porém, a simples interação entre esses elementos não forma um sistema se não forem capazes de criar algo que funcione como um todo integrado. Por outro lado, não é possível compreender totalmente esse todo se não entender quais são suas partes e como elas se interrelacionam (MATTOS & PEREZ FILHO, 2004).

Assim, no Brasil os cursos d'água de regime intermitentes são elementos particulares da região do semiárido, uma vez que, sua “característica está diretamente relacionada com a precipitação da região. Os rios e riachos são irregulares, onde o fluxo de água superficial desaparece durante seu período de estiagem” (MALTCHIK, 1996). Nos períodos de estiagem, as águas desses cursos d'água desaparecem, e por muitas vezes, a calha torna-se imperceptível diante da paisagem semiárida, como mostram as figuras 1 e 2.

Figura 1. Trecho de leito de um curso d'água durante período de estiagem, com estrutura de barramento, localizado no município de Custódia, semiárido de Pernambuco



Fonte: Arquivo da autora (2017).

Figura 2. Trecho de leito do rio Capibaribe durante período de estiagem, localizado no município de Toritama, semiárido de Pernambuco



Fonte: Arquivo da autora (2018).

Conforme cita Cirilo (2008) isto se deve, pois, a região semiárida brasileira é desprovida em termos de volume de escoamento de água dos rios, devido à variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes. Segundo Braga (2016)

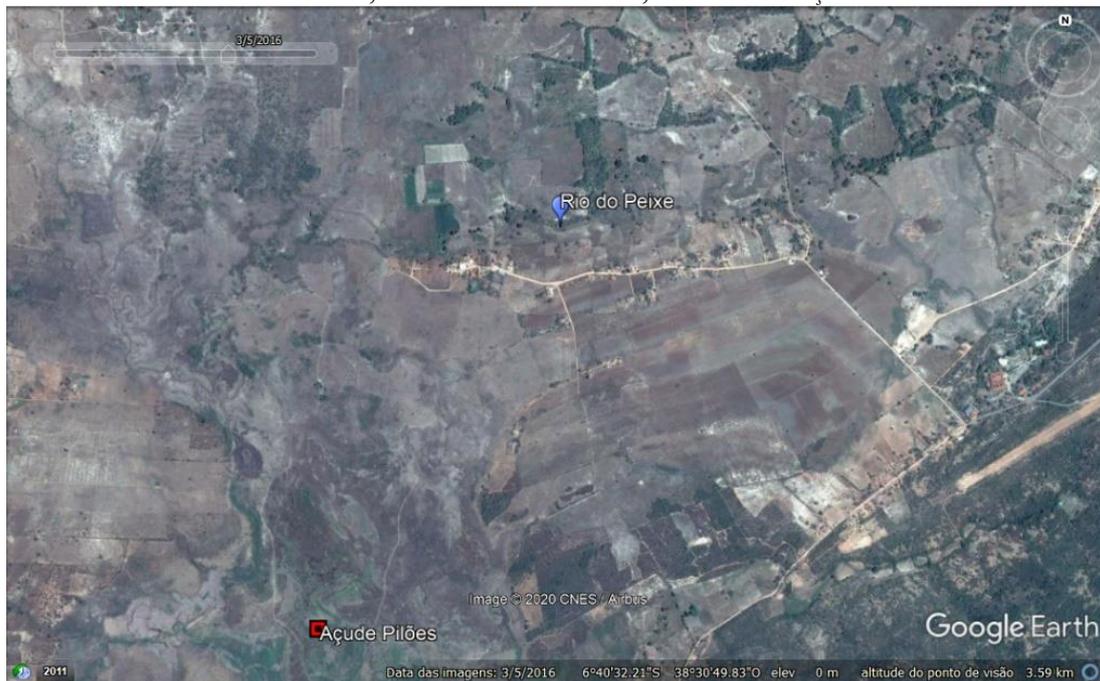
esta sazonalidade climática é marcada sobretudo, pela forte variação pluviométrica, que leva a precipitações anuais que oscilam entre 250mm/ano e 1200mm/ano, com média histórica que se situa em torno de 700mm/anuais.

Maltchik (1996) diz que os atributos da cheia e da seca (intensidade, duração, frequência e previsibilidade) são os agentes que exercem maior influência nos padrões e modelos de sucessão ecológica das comunidades aquáticas ao longo de cada ciclo hidrológico. Porém, “apesar do regime hídrico intermitente, os corpos de água temporários podem sustentar uma alta produtividade e biodiversidade, não só com relação à fauna e à flora aquáticas, mas também devido à concentração de outros animais e vegetais em suas proximidades” (SHIEL; GREEN; NIELSEN, 1998).

Neste sentido, o MMA (2011) cita que, mesmo que intermitentes, estes cursos d'água são absolutamente essenciais para a garantia do sistema hídrico, e a manutenção de sua integridade mostra estreita relação com a proteção conferida pela cobertura vegetal nativa adjacente. Mas, o novo Código Florestal brasileiro “(...) define APP pela calha por onde correm regularmente as águas do curso durante o ano, só que nos rios intermitentes isso não ocorre, as águas correm apenas após um período chuvoso.

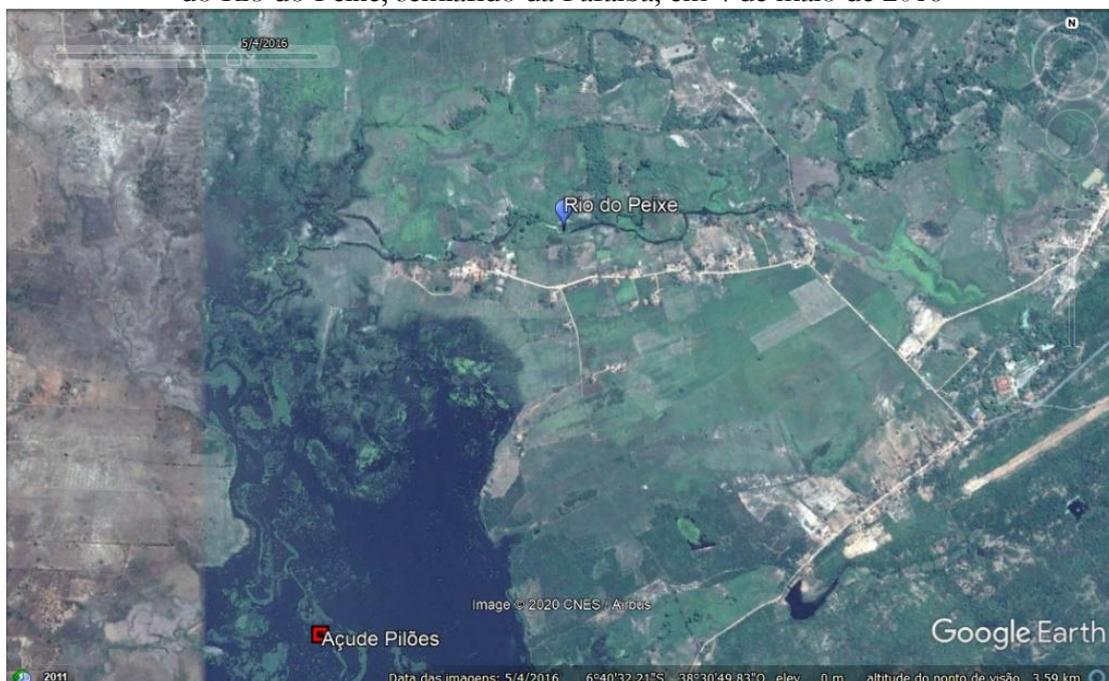
Sem contar a desconsideração com os rios efêmeros, que foram totalmente excluídos na nova Lei” (FERNANDES NETO et al., 2015). Como exemplo, pode-se observar a partir das figuras 3, 4 e 5, a espacialização da dinâmica hídrica de regime intermitente de um trecho do rio do Peixe com alguns de seus afluentes, em diferentes períodos do ano de 2016:

Figura 3. Fotografia aérea de trecho do Rio do Peixe localizado no município de São João do Rio do Peixe, semiárido da Paraíba, em 5 de março de 2016



Fonte: Elaborada pela Autora (2020), a partir de imagens do Google Earth (2016).

Figura 4. Fotografia aérea de trecho do Rio do Peixe localizado no município de São João do Rio do Peixe, semiárido da Paraíba, em 4 de maio de 2016



Fonte: Elaborada pela Autora (2020), a partir de imagens do Google Earth (2016).

Figura 5. Fotografia aérea de trecho do Rio do Peixe localizado no município de São João do Rio do Peixe, semiárido da Paraíba, em 3 de agosto de 2016



Fonte: Elaborada pela Autora (2020), a partir de imagens do Google Earth (2016).

Desse modo, a referida Lei mesmo com a intenção de preservação de área, oportuniza a inferência de APPs neste tipo de curso d'água, ignorando basicamente seu comportamento hidrológico e geomorfológico. Logo, destaca-se que intervenções antrópicas em suas APPs podem então ser respaldadas pela carência de conhecimentos sobre a hidrogeomorfologia dos rios intermitentes, trazendo assim, prejuízos ambientais, sociais e até mesmo, econômicos para a paisagem do semiárido.

Considerações finais

As APPs definidas na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 por sua própria natureza são genéricas e abstratas, se contrapondo com as diversidades espaciais presentes no territorial nacional. Nesta perspectiva, ao definir as APPs dos cursos d'água de regime intermitentes a partir da largura de sua calha, a Lei funciona como instrumento normativo do ordenamento territorial.

Entretanto, este tipo de curso d'água por possuir dinâmica hidrológica e geomorfológica diferente dos de regime perene, a delimitação da largura de sua calha não pode ser identificada a partir do fluxo regular. Tal parâmetro resulta que os cursos d'água do

ambiente semiárido brasileiro, tenham sua natureza negligenciada no processo de planejamento territorial e na gestão hídrica, trazendo prejuízos irreparáveis à população, ao meio ambiente e até mesmo, à econômica local. Desse modo, indica-se que os estudos direcionados à compreensão da hidrogeomorfologia dos cursos d'água intermitentes são fundamentais tanto para entender a evolução das paisagens, como para respaldar à tomada de decisão e aplicação de instrumentos de planejamento urbano e ambiental. Pois, diante do contexto legal e socioambiental em que estes elementos se inserem, pode-se compreender que esses estudos podem ser fundamentais para dar suporte à atualização da legislação em relação às APPs dos cursos d'água ou, que estes estudos possam ser indicados em Lei para que sirvam como instrumento para delimitação de APPs, considerando assim, as suas particularidades hidrogeomorfológicas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Nota técnica nº 12/2012/GEUSA/SIP-ANA**, de 09 de maio de 2012. Disponível em:

http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20120509_NT_n_012-2012CodigoFlorestal.pdf. Acesso em 22 de março de 2020.

BRAGA, R. A. P. (Org.). **Águas de areia**. Recife: Clã, 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em 15 de março de 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em 12 de março de 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1987. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em 20 de março de 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 21 de março de 2020.

BRIDGE, J. S. **Rivers and floodplains: forms, processes, and sedimentar**. Record, 2003.

CARVALHO, A. T. F. Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento: discussão sobre os impactos da produção social na gestão de recursos hídricos no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 1, p. 140-161, 2020.

CARVALHO, A. T. F. Sistemas Fluviais e o uso de indicadores de sustentabilidade: discussão sobre a utilização do instrumento para gestão de cursos d'água no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, v. 1, p. 86-99, 2019.

CAVALCANTE, A. A. Geomorfologia Fluvial no semiárido brasileiro. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 4 (especial XII SINAGEO), p. 254-268, 2018.

CHARLTON, R. **Fundamentals of Fluvial Geomorphology**. London: Routledge, 2008. 234p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CIRILO, J. A. Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 61-82, 2008.

COELHO, A. N. Geomorfologia fluvial de rios impactados por barragens. **Caminhos de Geografia**, v. 09, n. 26, p. 16-32, 2008.

COUTINHO, F. S. N.; MELO, G. K. R. M. M.; FARIAS, T. **Direito Ambiental**. Bahia: JusPODIVM, 3ª ed., v. 30, 2015.

FERNANDES NETO, S.; MELO, G. K. R. M. de; LIMA, V. L. A. de; NETO, J. D. Áreas de Preservação Permanente: a aplicabilidade da legislação ambiental frente aos recursos hídricos do semiárido brasileiro. **Ciência e Natura**, v. 37 n.42, p. 210 – 219, 2015.

GILBERT, G. K. **The transportation of debris by running water**. Washington: U.S. Geological Survey, n. 86,1914. 263p.

GIRÃO, O.; CORRÊA, A. C. B. Progressos nos estudos de geomorfologia fluvial urbana ao final do século XX. **Geo UERJ**, n. 26, p. 245-269, 2015.

GOERL, R. F.; KOBAYAMA, M.; SANTOS, I. dos. Hidrogeomorfologia: princípios, conceitos, processos e aplicações. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.13, n.2, p.103-111, 2012.

GREGORY, K. J. Hydrogeomorphology: how applied should we become? **Progress in Physical Geography**, v.3, p. 84-101, 1979.

HORTON, R. E. Erosional development of streams and their drainage basins: a hydrophysical approach to quantitative morphology. **Bulletin of the Geological Society of America**, v.56, n.3, p. 275-370, 1945.

LEOPOLD, L.B.; WOLMAN, M.G. **River Channel Patterns: Braided, Meandering and Straight**. Washington: U.S. Government Printing Office, 282-B, 1957. 51p.

MALTCHIK, L. **Nossos rios temporários, desconhecidos, mas essenciais.** Ciência Hoje, São Paulo-SP, v. 21, n. 122, p. 64-65, 1996.

MARÇAL, M. S. Análise das mudanças morfológicas em seções transversais ao rio Macaé/RJ. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 14, n. 1, 2013.

MATOS, S. V. & PEREZ FILHO, A. Complexidade e estabilidade em sistemas geomorfológicos: uma introdução ao tema. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, ano 05, n. 01, p. 11-18, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco** - O que uma coisa tem a ver com a outra? Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro. Brasília: MMA, 2011.

OKUNISHI, K. Hydrogeomorphological interactions: a review of approach and strategy. **Transactions, Japanese Geomorphological Union**, n. 12, p. 99-116, 1991.

SCHEIDEGGER, A. E. Hydrogeomorphology. **Journal of Hydrology**, n. 20, p. 193-215, 1973.

SCHUMM, S.A. **The Fluvial System**. Ed. The Blackburn Press. Colorado: Press, The Blackburn. 1977. 338p.

SHIEL, R. J.; GREEN, J. D.; NIELSEN, D. L. Floodplain biodiversity: why are there so many species? **Hydrobiologia**, v. 387-388, p. 39-46, 1998.

STEVAUX, J.C.; LATRUBESSE, E.M. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.